



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE BAIANO
PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS

**O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EM O CONTO DA
AIA DE MARGARET ATWOOD**

IVE FRÓES CÂNDIDO

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

2024

IVE FRÓES CÂNDIDO

**O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EM O CONTO DA
AIA DE MARGARET ATWOOD**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem como requisito final e obrigatório para obtenção de do título de mestra da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano.

Profa. Orientadora: Dra. Márcia Santos Lemos

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

2024

C223t

Cândido, Ive Fróes.

O trabalho de reprodução social das mulheres em O Conto da Aia de
Margareth Atwood. / Ive Fróes Cândido, 2024.

120f.

Orientador (a): Dr.^a Márcia Santos Lemos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa
de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, Vitória da Conquista,
2024.

Inclui referência F. 111 - 120

1. Conto da Aia. 2. Mulheres. 3. Trabalho. 4. Teoria da Reprodução Social. I.
Lemos, Márcia Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de
Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem III. T.

CDD 809.89287

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

IVE FRÓES CÂNDIDO

O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EM O CONTO DA AIA DE MARGARET ATWOOD

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Márcia Santos Lemos (UESB)

Orientadora e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Abreu Barbosa (UESB)

Examinadora interna

Prof.^a. Dr.^a Fatima Gabriela Soares de Azevedo (U.Porto)

Examinadora externa

Àqueles/as que abrem caminhos.

AGRADECIMENTOS

É muito sincero dizer que estas margens não cabem as pessoas que de alguma forma contribuíram para a pesquisa. Se as interações e diálogos nos constituem enquanto sujeitos/as, nunca saberemos ao certo qual será a palavra que irá nos arrebatá-lo, abalar nossas estruturas e mudar não apenas o nosso pensamento, mas, e, mais importante, nos mudar enquanto seres humanos que se relacionam com outros seres humanos (e a natureza). Como se fosse possível limitar afetos, esta aqui é uma tradução em palavras da gratidão que sinto às pessoas que me fizeram ser “mais pessoa” no período de duração do mestrado.

Agradeço a minha mãe por me permitir sonhar. Ao meu pai por me ensinar o amor pela música. Ao meu irmão Igor que sempre me apoia nos momentos mais sensíveis, e aos meus sobrinhos, Gabriel e Benjamin, pelas risadas que aquecem o coração.

Agradeço a Angélica e Lizandra, amigas que fiz na graduação em Direito em João Pessoa/PB, que continuam firmes e fortes (talvez não tão firmes e nem tão fortes) nessa caminhada conjunta. A Talles por ser a janela em que posso respirar nos momentos em que falta o ar. A Paula, Illa e Wolfram por tornar os dias mais agradáveis. A Bertha, Nadya, Monise e Kléia pelos cafés, vinhos e livros (que às vezes eram só vinho ou café).

A meus colegas de turma, PPGCEL UESB 2022, em especial a Andressa, Joana e Brena pela companhia, apoio e conversas. E a Péricles pelas fofocas e desabafos pessoais. As Rosas de Luxemburgo, que continuemos a espalhar sementes em novos jardins.

À CAPES/CNPq pelo apoio financeiro indispensável para conclusão desta pesquisa.

À Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, seu corpo docente, servidores e funcionários terceirizados. Em especial ao professor Cássio Borges pelo apoio e incentivo.

A professora e orientadora Márcia Santos Lemos por ter aceitado o desafio da pesquisa, me acolhido não apenas enquanto pesquisadora, mas como ser humano, por seu olhar analítico sobre o trabalho e, por consequência, saber mais sobre mim do que eu mesma. Por abrir as portas, e, mais importante, por acreditar.

As professoras Dra Adriana Maria de Abreu Barbosa e Dra. Fatima Gabriela Soares de Azevedo por aceitarem o convite de composição da banca examinadora, gentileza nas palavras, observações e indicações valiosas.

Ao grupo de pesquisa LeMarx pela disponibilização de cursos formadores, imprescindíveis para meu entendimento teórico. A todos/as que de alguma forma participaram na construção dos encontros, por serem sempre acolhedores. Em especial a professora Cleide de Lima Chaves sempre com interpelações valiosas sobre o tema.

A todas e todos que de alguma forma contribuíram para a pesquisa, as autoras e autores, pesquisadoras/es, produtoras/es de conteúdo. Àquelas/es que torceram e emanaram energias positivas. Aos encontros (e desencontros) e, principalmente, àqueles/as que andam comigo.

Vivemos no capitalismo. O seu poder parece ser inevitável. Assim era o poder divino dos reis. Os seres humanos podem resistir a qualquer poder humano e mudá-lo. A resistência e a mudança muitas vezes começam na arte, e muitas vezes mais na nossa arte — a arte das palavras.

Ursula Le Guin, parte de discurso no recebimento de prêmio no National Book Award em 2014.

A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo: eu quero aproveitar o meu tempo de forma que eu me humanize.

Antônio Cândido, discurso na inauguração da biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST SP, em 2006.

A noite não adormece nos olhos das mulheres.

Conceição Evaristo, Poemas da recordação e outros movimentos (2017, p. 26).

RESUMO

CANDIDO, Ive Froes. **O Trabalho de reprodução social das mulheres em O Conto da Aia de Margaret Atwood**. 2024. 124 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens) - Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, Bahia.

O Conto da Aia é uma narrativa distópica lançada originalmente em inglês, em 1985, por Margaret Atwood. O enredo apresenta uma sociedade capitalista em que houve uma diminuição da fertilidade humana, após desastres ambientais e guerras, que acaba causando uma instabilidade política e social no mundo. Nos Estados Unidos da América (EUA), um grupo religioso toma o poder constituído, instaurando um regime teonômico militar, denominado República de *Gilead*. Com base numa interpretação da bíblia de tradição veterotestamentária, o poder político e econômico *gileadiano* organizou mulheres e homens em torno de funções a serem desempenhadas por eles/elas, a partir de uma rígida divisão sexual do trabalho. O Estado institucionalizou a violência contra as mulheres a partir de uma justificativa retirada da religião, regulamentando o trabalho de reprodução social. O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres e compreender o Estado e a religião enquanto estruturas de controle na sociedade *gileadiana*. Para formular essa análise, utiliza-se a Teoria da Reprodução Social (TRS), que resgata a importância da regeneração dos/as trabalhadores/as, em seu sentido mais amplo, para a manutenção do modo de produção capitalista. A TRS associada ao dialogismo da linguagem desenvolvido por Mikhail Bakhtin permite problematizar na narrativa de Margaret Atwood, os lugares das mulheres em uma sociedade capitalista, patriarcal e fundamentalista.

Palavras-chave: Conto da Aia. Mulheres. Trabalho. Teoria da Reprodução Social.

ABSTRACT

The Handmaid's Tale is a dystopian narrative originally published in English in 1985, by Margaret Atwood. The plot presents a capitalist society in which there has been a decrease in human fertility due to wars and environmental disasters, which ended up causing political and social instability around the world. In the United States of America (USA), a religious group seized power, establishing a military theonomic government called the Republic of Gilead. Based on an interpretation of the Bible's Old Testament, the Gileadean political and economic power organized women and men around roles to be performed on a rigid division of labor by gender. The State institutionalized violence against women, with a justification drawn from religion, regulating the social reproductive labor. The goal of this research is analyzing the dynamics of the work of social reproduction carried out by women and understanding the State and Religion as control structures in Gileadian society. In an attempt to formulate this analysis, the Social Reproduction Theory (SRT) is the tool which highlights the importance of the regeneration of workers, in its broadest sense, for the maintenance of the capitalist mode of production. SRT was combined with the dialogism developed by Mikhail Bakhtin, making it possible to problematize, in Margaret Atwood's narrative, the locus of women in a class, patriarchal and fundamentalist society.

Keywords: The Handmaid's Tale. Labor. Social Reproduction Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. A REPÚBLICA DE GILEAD	19
1.1 A República de <i>Gilead</i>	19
1.2 “Sob seus Olhos”	33
1.3 As mulheres em <i>Gilead</i>	42
2 “EM DEUS CONFIAMOS, PARA TODOS OS OUTROS PAGAMENTOS EM DINHEIRO”.....	52
2.1 “O Espírito de estados de coisas embrutecidos”	53
2.2 Benditas São as Vozes das Mulheres	63
2.3 “Pai, afasta de mim esse cálice”	70
3. PATRIARCADO, CAPITALISMO E O CONTO DA AIA	81
3.1 “Bendito Seja o Fruto”: Patriarcado e capitalismo	81
3.2 Vermelho, Azul e Cinza	92
3.3 A Teoria da Reprodução Social e O Conto da Aia.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

O Conto da Aia, livro de distopia escrito por Margaret Atwood e lançado originalmente em inglês em 1985 no Canadá, chega as minhas mãos em 2018, numa versão traduzida para o português, lançada em 2017, como indicação de um clube de leitura de que fazia parte. Este, sendo composto apenas por mulheres, trouxe uma percepção conjunta sobre a ausência de incentivo à leitura de autoras. Escolhemos, então, três livros escritos por mulheres para discussão no terceiro trimestre de 2018, sendo um deles o romance de Margaret Atwood. Três anos depois, o enredo da obra mencionada ainda ressoava na minha mente, em grande parte por a história apresentar a forma mais visceral de violência contra as mulheres: aquela que acontece no cotidiano.

Atrevo-me a dizer que talvez aquilo que nos une enquanto mulheres não seja as características que nos sexualizam ou nos diferenciam, mas um elo metafórico, ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, o nó na garganta, o aperto no peito, a sensação de impotência diante da opressão vivenciada no dia a dia, aquilo que não sabemos dar nome, mas que nos subjuga continuamente, mesmo que nem sempre percebamos. Considerando-me uma pessoa à esquerda no espectro político, a leitura de autores críticos e a defesa dos direitos de grupos socialmente marginalizados atravessou toda a minha trajetória estudantil, profissional, política e pessoal. É a teoria que, muitas vezes, aporta sentido sobre aquilo que passamos para que possamos, enfim, dizer o não dito.

O que é esperado de uma pessoa pela família, religião e Estado¹, arranja um jeito de forçar a constituição da personalidade, em um conjunto de “dever-ser” amalgamado aquilo apontado como padrão de gênero, sexualidade e trabalho. Não me foi ensinado com palavras, mas desde criança aprendi quais assuntos eram tópicos de conversa para as mulheres e para os homens, quais eram os lugares que cada gênero poderia frequentar, quem tem direito a ser respeitado, quem tem o direito de fala, e, atravessado por esse conjunto, quais atividades eram por elas e eles desempenhados na manutenção da vida. A Teoria da Reprodução Social (TRS) aparece para mim “por acaso” em indicações de/a produtores/as de conteúdo, contudo, vem se tornando a referência que nomeia as inquietações perceptíveis desde a minha infância.

¹ Utilizado com inicial maiúscula no texto, como substantivo próprio, para referenciar a organização de uma nação com estrutura política jurídico-formal positivada, diferente das unidades federativas de um país (estado da Bahia) e substantivo comum que determina condição de algo ou alguém.

Olhando pelo retrovisor da história, parece ser mais fácil que as pessoas se indignem com as situações experimentadas em períodos de austeridade, mas o que faz com que nos acostumemos com a brutalidade do dia a dia? Quem define quais são os períodos como passíveis de compaixão e quais não construiremos memória? E por que as diferenças entre mulheres e homens continuam a conceber como “possível” o abuso físico, sexual e psicológico?

A escolha d’**O Conto da Aia**, do meu lugar de existência, perpassa a sua importância dentro do campo de estudos feministas, não apenas na literatura, uma vez que o enredo retrata a reorganização de uma sociedade, com o uso da força institucional do Estado, em uma regulamentação das atividades de reprodução social, após a diminuição da fertilidade humana em decorrência de guerras e devastação ambiental de uma sociedade capitalista. O objetivo desta pesquisa, assim, é entender a dinâmica do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres e compreender o Estado e a religião enquanto estruturas de controle no romance distópico, que tem como resultado uma hierarquização e desigualdade de tratamento dado a mulheres e homens, em desfavor das primeiras.

A primeira versão do livro foi lançada no Canadá pela *McClelland & Stewart*, selo de *A Penguin Random House Company*, sendo publicada em 1986 no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). No Brasil, foi traduzido pela primeira vez em 1987, por Márcia Serra, através da Editora Marco Zero. Em 2006, o livro passou a ser publicado no Brasil pela Rocco, com tradução da Ana Deiró, recebendo uma nova edição em 2017, que será utilizada como fonte desta pesquisa, por ser a edição que foi primeiramente lida, ainda comercializada, e por não haver alteração da semântica do texto em relação às versões de 2006 e a mais atual de 2021 (edição em capa dura, lançada após a série televisiva).

O Conto da Aia é um livro de 366 páginas, com 46 capítulos segmentados em blocos intitulados e enumerados de um a quinze em algarismos romanos (I – XV). Ainda há uma seção em forma de apêndice chamada de *Notas Históricas*, de único capítulo nomeado *Notas históricas sobre O Conto da Aia*, encontrado nas páginas 351 a 366, que remonta, em metalinguagem, um período posterior àquele desenvolvido nos capítulos anteriores. É neste capítulo em que são explicados alguns dos aspectos políticos e sociais para a instauração do regime teonômico militar, a República de *Gilead*, por isso seu destaque em relação aos outros. Para cotejar com a tradução brasileira, foi utilizada uma edição em inglês lançada pela *Houghton Mifflin Harourt*, em 2017. Esta edição possui 311 páginas, sendo dividida em seções e capítulos da mesma forma que a tradução da Editora Rocco.

O romance foi adaptado para filme (1990), ópera (2003), história em quadrinhos (*graphic novels*) em 2019 e em uma série produzida pelo serviço de *streaming* Hulu (2017), além de ter concorrido a prêmios relacionados à literatura e ficção científica, dentre eles o *Governor General's Literary Awards* (1985), Arthur C. Clarke (1987), *Man Booker* (1986), *Nebula* (1986) e *Prometheus* (1987), tendo vencido os dois primeiros.

O *Governor General 's Literary Awards* é uma condecoração canadense estabelecida em 1936, que premia o melhor trabalho em inglês ou tradução francês-inglês, geralmente em literatura ou poesia. Margaret Atwood foi vencedora duas vezes na mesma categoria, uma por seu livro de poesia *The Circle Game* em 1966 e depois pelo **O Conto da Aia** em 1985 (Britannica, 2023). Já o Arthur C. Clarke foi instituído em 1986, com sua primeira premiação no ano subsequente, seu nome foi escolhido em homenagem ao autor, matemático e físico Arthur C. Clarke, que promoveu a popularização da ficção científica no século XX (King 's College London, [S.I]). O prêmio é concedido para a melhor novela de ficção científica² publicada no Reino Unido, escolhida por uma comissão de membros que fazem parte das organizações que financiam a premiação: a *British Science Fiction Association*, *the Science Fiction Foundation* e *the Sci-Fi-London film festival* (The Arthur C. Clarke Award, [S.I]). As premiações mencionadas demonstram o impacto que o livro causou nos países em que foi publicado desde o seu lançamento, de um lado pelo reconhecimento da coesão e importância do enredo, e por outro gera como consequência uma maior publicização do/a escritor/a para seus/suas futuros leitores/as, estúdios de televisão e editoras estrangeiras, que se dispõem com mais facilidade a realizar as traduções dos/as autores/autoras indicados/as e vencedores/as.

Traduzida em mais de 22 idiomas, Margaret Atwood nasceu em Ottawa no Canadá, em 1939, cursou a *Victoria College*, na Universidade de Toronto e tornou-se mestra pela *Radcliffe* em 1962, foi professora em universidades no Canadá e EUA. Poetisa, contista, ensaísta, romancista e crítica literária, a autora tem uma vasta lista de livros publicados³, ficou famosa por descrever, em suas novelas ficcionais, mulheres como personagens principais, inclusive no romance distópico objeto desta pesquisa.

O Conto da Aia descreve a história de um futuro imaginado por Margaret Atwood, em que, após guerras, desastres ambientais e devastação dos recursos naturais, houve uma diminuição da fertilidade humana, o que gerou uma insegurança social. Um grupo religioso, os Filhos de Jacob, utilizando-se da instabilidade dos baixos índices de natalidade, e

² Do inglês “*science fiction novel*”.

³ Informações oficiais coletadas do website da autora, disponível em <http://margaretatwood.ca/>.

ancorando-se em justificativas retiradas da bíblia veterotestamentária, tomou o poder estatal nos EUA, instaurando uma nova República.

Houve um golpe ao Estado estadunidense pelos Filhos de Jacob que altera a estrutura social para constituir uma teonomia militarizada, inclusive com a mudança do nome do país, que passou a ser chamado de República de *Gilead*. Após a conquista do poder político, os Filhos de Jacob usaram a força coercitiva do Estado para privar o acesso de determinados grupos sociais a direitos políticos e civis, em especial as mulheres. E, a partir disto, organizar as pessoas em torno das funções a serem desempenhadas por cada grupo social, observando, para isso, uma distribuição generificada do trabalho – acompanhada por uma cisão entre classes, destacando-se a centralidade da atividade de reposição geracional, principalmente em favor da classe dominante.

No contexto ficcional, o sexo era permitido apenas para o propósito da procriação. O casal cisheteronormativo da classe dominante era composto pelo Comandante, participante do controle militar e político da República e sua Esposa, normalmente mulheres já casadas com os Comandantes antes do golpe de Estado. Quando este casal não produzia descendentes biológicos, uma mulher, denominada Aia, era introduzida pelo Estado no ambiente do casal para cumprir a função de reposição geracional. Havia uma cerimônia mensal para a ritualística de fecundação desta Aia, justificada por uma passagem extraída da bíblia, do livro de Gênesis, 30:1-3, em que a personagem Raquel, por não conseguir ter filhos/as, oferecia sua serva Bilha ao seu esposo, Jacob, para engravidar por ela, sendo os descendentes dessa relação vinculados à Raquel e Jacob.

Além das Esposas dos Comandantes e Aias, existiam as funções de Tias, mulheres mais velhas e inférteis, que prestavam serviço ao Estado no disciplinamento das Aias, no Centro de Raquel e Lia; as Marthas, mulheres mais velhas e inférteis que prestavam serviço doméstico na casa dos Comandantes; as Econoesposas, esposas dos trabalhadores em geral, que acumulavam as atividades de gestação, prestação de serviço doméstico e o gerenciamento do lar; e as Não-mulheres, aquelas que não se amoldavam ao governo⁴ ou escolhiam não participar da estruturação *gileadiana*, e eram enviadas para as Colônias - lugares de trabalho forçado em campos tóxicos ou agricultura - ou para Casa de Jezebel, “clube” de mulheres que eram prostituídas pelo Estado para atender os Comandantes e homens de alta patente. Em relação aos homens, estes desempenhavam os cargos de Comandantes, chefes políticos e

⁴ Apesar de poderem ser usados como sinônimos, para o campo do Direito existe uma diferença entre os conceitos de Estado (sociedade política), governo (grupo político que administra o Estado) e regime (conjunto de regras ou maneira de reger um governo).

militares; Guardiões, militares de menor patente, prestadores de serviços gerais para o Estado ou para os Comandantes; Anjos, militares ativos em guerra; Olhos, destacamento para policiamento secreto e de vigilância de agentes contrários ao governo. A partir do enredo é possível verificar a presença em *Gilead* de diversos/as trabalhadores/as tais como motoristas, médicos, vendedores, prestadores de serviços de limpeza etc, ou seja, pessoas que mantinham a sociedade *gileadiana* funcionando. Inclusive havia a comercialização e fabricação de mercadorias, seja porque existia um comércio de alimentos de forma expressa, seja na presença de trabalho gerador de produtos, que aparecem, principalmente, nas descrições dos ambientes que a narradora visitou e apresentou a partir de sua vivência. Desta organização da produção, controle e circulação de pessoas e mercadorias, conclui-se que a República de *Gilead* estava cindida em classes sociais e hierarquia de gênero, conforme o modo de produção capitalista na sua fase neoliberal, entre 1970 e 1980, aludido pela autora em sua sociedade distópica.

O Conto da Aia foi escrito em primeira pessoa, por uma Aia, narradora e personagem principal do enredo, denominada pelo governo *gilediano* de *Offred*, em decorrência da qualificação das Aias a partir do uso do prefixo “de”, em inglês “*of*”, somado ao nome do Comandante ao qual a pessoa estaria vinculada, no caso da narradora, ao Comandante Fred (*of* + *Fred*). No primeiro capítulo do livro, ao descrever o lugar de treinamento para Aias, o Centro Vermelho ou Centro de Raquel e Lia, *Offred* apresenta o grupo de mulheres que formavam as Aias da cidade em que ela estava vivendo: “Alma. Janine. Dolores. Moira. June” (Atwood, 2017a, p. 12).

Exceto por June, os outros nomes aparecem como personagens com quem *Offred* conversou ou mencionou ter visto. Janine e Moira foram importantes na história uma vez que a primeira mostrou-se subjugada pelo treinamento dado às Aias, adaptando-se, de certa forma, ao contexto, e a segunda por ser a representação de insubordinação a esse mesmo treinamento, já que esta personagem foi descrita pela narradora como insubmissa aos ensinamentos das Tias. Moira foi uma amiga pessoal de *Offred* antes do golpe de Estado, sendo por isso retomada em sua consciência como símbolo de resistência.

Destaca-se a recorrência de outras personagens no enredo como Tia Lydia, que representava a voz do Estado na imposição religiosamente orientada de submissão das mulheres às regras organizacionais *gileadianas*; Rita e Cora, Marthas que trabalhavam na casa do Comandante Fred; Serena Joy, Esposa do Comandante Fred; *Ofglen*, parceira de *Offred* nas caminhadas para compras de alimentos; Luke, ex-marido de *Offred*, que é apresentado

apenas nas lembranças da narradora; Comandante Fred, quem constrange a narradora a ter com ele um relacionamento extraoficial; a Mãe de *Offred*, que não recebeu um nome no texto, mas que representa as memórias do movimento feminista na época pré-*gileadiana*; Nick, guardião por quem *Offred* se apaixona; e a personagem do professor Pieixoto, estudioso do período *gileadiano*, apresentado apenas no último capítulo do romance.

A narradora descreveu sua história a partir de sua vivência enquanto Aia do Comandante Fred, expondo a configuração socioeconômica e espacial de *Gilead*, detalhando uma composição do bairro em que morava, que separava a classe dominante dos trabalhadores. Os passeios com *Ofglen* revelam um caminho por onde era permitido às Aias deslocarem-se, dentre esses lugares existia o Muro, local onde os corpos de pessoas subversivas ou violadoras das normas *gileadianas*, assassinadas pelo Estado, eram pendurados.

Por ter participado de um momento anterior à tomada de poder, *Offred* mostrou através de *flashbacks* partes da sua vida antes do golpe de Estado, o que fez com que fosse possível costurar os pedaços da história em um sentido mais linear e fazermos comparações entre os lugares do período pré-*gileadiano* e pós-*gileadiano*. Inclusive, é no último capítulo (*Notas históricas...*) que muitas explicações sobre a alteração da República de *Gilead* aparecem de forma detalhada. É também neste capítulo que é mostrado a/ao leitora/leitor que o relato de *Offred* ocorreu de forma oral, em gravações em fitas cassetes transcritas pelas personagens do professor Pieixoto e professor Wade, estudiosos do período *Gileadiano*.

Margaret Atwood não marca a temporalidade da tomada de poder e imposição da República de *Gilead* de forma expressa no romance distópico, mas aponta indícios na voz das personagens e, principalmente nos *flashbacks* de *Offred*, de que se tratava de uma sociedade próxima ao tempo em que escreveu o romance, qual seja, a década de 1980.

Em entrevista para Sylvia Colombo (2020), para **Folha de São Paulo**, Margaret Atwood afirma que a primeira fagulha para a criação d'**O Conto da Aia** ocorreu quando ela trabalhava para a Anistia Internacional no Canadá, no final da década de 1970, quando soube do programa de raptos de crianças promovido pelo governo ditatorial argentino (1976-1983). As crianças, filhas de pessoas consideradas subversivas pelo governo, eram entregues às famílias dos militares. Essa prática foi denunciada pelos grupos das Mães da Praça de Maio e Avós da Praça de Maio criados com o intuito de unir os/as filhos/as de desaparecidos/as políticos a suas famílias biológicas. Margaret Atwood manteve contato com as organizações de Direitos Humanos do país, sendo, inclusive, homenageada pelas “jovens feministas

argentinas” no período de votação do projeto de lei para a legalização da prática de aborto na Argentina – aprovado em dezembro de 2020 (Colombo, 2020, n.p).

Em entrevista para a **VICE Life**, a autora afirmou que “parece que todos os governos autoritários do planeta sempre tiveram um grande interesse nos direitos reprodutivos das mulheres”⁵ (Life, 2m37s, tradução nossa). A Alemanha nazi-facista possuía, por exemplo, uma política de criação de residências “racialmente puras”- *Lebensborn*, em que as mulheres norueguesas eram forçadas a terem filhos com os militares alemães, no intuito de criar um núcleo de “raça forte” (Revista Planeta, 2022, n.p).

O Conto da Aia só veio a ser escrito realmente em 1984, quando Margaret Atwood estava morando na Berlim ocidental, em uma Alemanha dividida por um muro (Aguilar, 2019, n.p), marca do período de Guerra Fria (1947-1991), em que havia uma separação político-espacial entre o bloco de países capitalistas e socialistas. O período das décadas de 1960 a 1980 foi assinalado por uma conjuntura de guerras, como a do Vietnã, popularização de uma cultura americana no ocidente, profusão da televisão e veículos de comunicação em massa, ditaduras na América Latina, disputa pela exploração espacial entre países como EUA e União Soviética (URSS), e iminência de uma guerra nuclear. Nos EUA e Inglaterra, as políticas do *New Deal* e o Estado de Bem-Estar Social europeu começavam a apresentar sinais de declínio, com a alteração do regime capitalista atrelado a investimentos sociais para um período de políticas de austeridade. Ao mesmo tempo, neste período, havia o interesse dos países do Norte Global sobre o cenário ambiental. Em 1972, o Clube de Roma publicou um relatório alertando sobre as limitações do modelo econômico em decorrência dos problemas ambientais por ele produzido. No mesmo ano, foi realizada a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em que se sugeria um desenvolvimento economicamente sustentável (Pott; Estrela, 2017).

Apesar de não ser um tema aprofundado n’**O Conto da Aia**, a questão ambiental é uma das premissas que faz com que a história se inicie. A diminuição da fertilidade, argumento de desenvolvimento do enredo, que gera a tomada de poder político pelo grupo religioso dos Filhos de Jacob, é uma consequência do período de guerras, acidentes nucleares, vazamentos químicos e biológicos, conforme aponta a personagem do professor Pieixoto no apêndice do livro (Atwood, 2017a, p. 358). Envolta no ativismo ambiental e das mulheres, Margaret Atwood afirmou na entrevista para Sylvia Colombo que “ser ativista pelos direitos das mulheres e pelo meio ambiente são coisas que caminham juntas” (Colombo, 2020, n.p.).

⁵ No original: “*It does seem to be that, every totalitarian government on the planet, has always taken a very great interest in women’s reproductive rights*”.

Na mesma entrevista, a autora disse ser comum que as pessoas tenham vivenciado algum dos aspectos da história contada n’**O Conto da Aia**: “mesmo que aterradora, a realidade em Gilead é baseada ‘só em coisas reais feitas contra mulheres, ao longo da humanidade”” (Colombo, 2020, n.p, aspas no original). Esta afirmação reforça a regra criada pela autora, apresentada em um artigo publicado para o portal **The Guardian**, em 2012, do uso de situações reais para escrever seu romance distópico.

Eu fiz uma regra para mim mesma: eu não iria incluir nada que a humanidade já não tivesse feito em algum lugar ou tempo, ou nenhuma tecnologia que já não existisse. Eu não queria ser acusada de intenções obscuras, distorcidas ou de deturpar a potencialidade do ser humano em comportamentos deploráveis. O enforcamento de grupos, a destruição de seres humanos, as roupas específicas para castas e classes, a gestação forçada e apropriação dos resultados, as crianças roubadas por regimes e inseridas nas famílias do alto escalão de oficiais, a proibição de instrução formal, a proibição de direitos de propriedade: tudo teve precedência, e vários deles podem ser achados não em outras culturas ou religiões, mas nas sociedades ocidentais e dentro de uma tradição “cristã” (Atwood, 2012, n.p, tradução nossa, aspas no original)⁶.

Neste mesmo artigo, Margaret Atwood escreveu que ficções sobre o futuro perpassam questões imaginativas como um “e se?” (do inglês *what if?*). Para ela, pensar sobre uma possível instauração de uma ditadura nos EUA somente seria possível a partir de um retorno ao puritanismo da Nova Inglaterra do século XVII, marcado pelo uso da religião cristã.

Como qualquer teocracia, esta selecionaria algumas passagens da Bíblia para justificar as suas ações e inclinar-se-ia fortemente para o Antigo Testamento, não para o Novo. Como as classes dominantes sempre se certificam de obter os melhores e mais raros bens e serviços desejáveis, e como um dos axiomas do romance é que a fertilidade no Ocidente industrializado estava ameaçada, o raro e o desejável incluiria mulheres férteis – sempre na lista de desejos humanos, de uma forma ou de outra – e controle reprodutivo. Quem terá bebês, quem reivindicará e criará esses bebês, quem será culpado se algo der errado com esses bebês? Estas são questões com as quais os seres humanos se ocupam há muito tempo (Atwood, 2012, n.p, tradução nossa, grifos no original)⁷

⁶ No original: “I made a rule for myself: I would not include anything that human beings had not already done in some other place or time, or for which the technology did not already exist. I did not wish to be accused of dark, twisted inventions, or of misrepresenting the human potential for deplorable behavior. The group-activated hangings, the tearing apart of human beings, the clothing specific to castes and classes, the forced childbearing and the appropriation of the results, the children stolen by regimes and placed for upbringing with high-ranking officials, the forbidding of literacy, the denial of property rights: all had precedents, and many were to be found not in other cultures and religions, but within western society, and within the "Christian" tradition, itself”.

⁷ No original: “Like any theocracy, this one would select a few passages from the Bible to justify its actions, and it would lean heavily towards the Old Testament, not towards the New. Since ruling classes always make sure they get the best and rarest of desirable goods and services, and as it is one of the axioms of the novel that

Ao contrário do que autora afirmou em 2012, a conclusão a que chego a partir desta pesquisa é que não houve um “retorno” ao puritanismo pura e simplesmente, mas uma alteração significativa de uma sociedade capitalista do final do século XX. Margaret Atwood retratou no romance ficcional um país do Norte Global em fase de transição de um projeto político pautado na perspectiva do Bem-Estar Social, imposta pela destruição pós Segunda Guerra Mundial, voltado a distribuição de renda e disponibilização de serviços públicos gratuitos, para um período de austeridade, conhecido como neoliberalismo. Iniciado em 1980 nos governos de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, o projeto de política neoliberal levou a redução da participação do Estado no âmbito social, com enfraquecimento dos sindicatos e forte repressão institucional nos conflitos sociais da época. Ainda que, contraditoriamente, possam ser percebidas reconhecimentos de direitos a grupos sociais vulnerabilizados nas legislações nos EUA (Fraser, 2023; Marques, 2022; Anderson, 1995).

O Conto da Aia é uma pintura de violências experimentadas ao longo dos anos pela humanidade, limitadas por uma moldura que parte da premissa da consequência de uma infertilidade humana provocada pelos efeitos da industrialização. A própria premissa estabelecida por Margaret Atwood parte de uma base socioeconômica para o enredo, *Gilead* só foi possível porque embaixo de todas as camadas de violência contra as mulheres, justificativa religiosa e coerção estatal, existiu uma forma de produção alicerçada na exploração da força de trabalho, provocadora de guerras e desastres ambientais. A resposta institucional e religiosamente fomentada pelos Filhos de Jacob foi senão uma maneira de manutenção desta forma socioeconômica, readaptando-a a uma crise de produção e reprodução social.

A partir da ficção é possível ultrapassar os limites da realidade, mas o seu imaginário e regras são desenvolvidos com base na experiência humana do passado e presente social da escrita. Por isso, ao analisar um enredo ficcional, é possível encontrar conteúdos ideologicamente orientados, ainda que em discordância desses. O uso de uma determinada forma e estética pode ser associado a um tempo histórico, em uma relação dialética entre conteúdo-forma, que alberga em si os movimentos relativamente autônomos da história

fertility in the industrialised west has come under threat, the rare and desirable would include fertile women – always on the human wish list, one way or another – and reproductive control. Who shall have babies, who shall claim and raise those babies, who shall be blamed if anything goes wrong with those babies? These are questions with which human beings have busied themselves for a long time”.

literária das formas, determinantes ideológicas dominantes e relação público-autor/a (Eagleton, 1976, p. 41-42). Forma e conteúdo ajustam-se mutuamente, como, no exemplo dado por Terry Eagleton no livro **Marxismo e Crítica Literária** (p. 39-42), o surgimento do Romance no século XVIII, na Inglaterra, em meio a uma concretização da ideologia dominante em torno do “indivíduo”.

A ficção científica (Science Fiction, Sci-Fi ou SF) pode ser entendida como uma narrativa mediadora entre a experiência humana e o presente vivido, normalmente ambientada no futuro. No mundo contemporâneo, o ser humano seria tão oprimido pelo capitalismo, que uma das possibilidades de apreensão do real seria pela ficção, sendo necessária para isso uma forma particular de literatura e estética (Grecca, 2018, p. 45).

É necessário explicar que não pretendo aprofundar nesta pesquisa os estudos do gênero literário em si, por isso escolho a classificação dada a **O Conto da Aia** enquanto distopia, geralmente associada como subgênero da ficção científica, apesar deste livro também ser considerado por Margaret Atwood⁸ e autores/as estudiosos do romance como ficção especulativa – subgênero da ficção científica associado a uma especulação de mundos futuros, mas que tem por base uma realidade concreta (Freire, 2020; Mccrum, 2010).

Margaret Atwood, ao escrever uma distopia com um forte teor sobre as opressões e subordinações das mulheres, aponta uma sociedade capitalista e patriarcal que destaca a importância do trabalho de reprodução social para sua continuidade. Realçando as violências vivenciadas do cotidiano, a autora torna o costumeiro em um absurdo fantasioso, e por ser comum, a ficção precipita-se na realidade.

A Teoria da Reprodução Social, originada das discussões dos movimentos feministas da década de 1970-80 e resgatada no início do século XXI, apresenta-se como um suporte teórico para entender a relação entre as diferentes opressões e o sistema capitalista no mundo concreto, servindo também para orientar como essas violências amalgamadas são retratadas

⁸ Em um texto de resposta à Ursula Le Guin, Margaret Atwood explica: “The motive imputed to me is not in fact my actual motive for requesting separate names. (...) What I mean by “science fiction” is those books that descend from H. G. Wells’s **The War of the Worlds**, which treats of an invasion by tentacled, blood-sucking Martians shot to Earth in metal canisters—things that could not possibly happen—whereas, for me, “speculative fiction” means plots that descend from Jules Verne’s books about submarines and balloon travel and such—things that really could happen but just hadn’t completely happened when the authors wrote the books. I would place my own books in this second (...)”. Tradução livre: “O motivo que me é imputado não é, de fato, o meu motivo real para solicitar nomes separados. (...) O que quero dizer com “ficção científica” são aqueles livros que descendem de **A Guerra dos Mundos**, de H. G. Wells, que trata de uma invasão por marcianos sugadores de sangue com tentáculos, atirados para a Terra em recipientes de metal – coisas que não podem acontecer – enquanto, para mim, “ficção especulativa” significa enredos que descendem dos livros de Júlio Verne sobre submarinos, viagens de balão e coisas assim – coisas que realmente poderiam acontecer, mas simplesmente ainda não ocorreram quando os autores escreveram os seus livros. Eu colocaria meus próprios livros neste segundo” (Atwood, 2011, p. 13).

no romance. As/Os autoras/es da TRS apontam que para além de ser um sistema econômico de produção de mercadorias, o capitalismo é também, e ao mesmo tempo, um sistema que precisa de determinadas relações sociais para sua manutenção. O conceito de trabalho, assim, expressa não apenas o trabalho que produz mais-valor, trabalho produtivo, mas todas atividades desempenhadas pelo ser humano. Nesse sentido, os afazeres para preservação da vida, considerados como de reprodução social, “trabalho doméstico” e “de cuidado” passam a ser vistos como essenciais para manutenção desta forma de produção, muito porque, existe uma mercadoria especial chamada força de trabalho que não é produzida de maneira industrial, ao contrário, a força de trabalho é uma característica de um ser psíco-sócio-biológico: o indivíduo (Saffioti, 2005; Sears, 2023; Bathatcharya, 2023; Marx, 2013 [1867]).

Uma das contradições do capitalismo aparece no binômio trabalho-capital, uma vez que a força de trabalho é a principal mercadoria para produção de valor, e que necessita de condições favoráveis a sua sobrevivência, como a sua regeneração por meio de acesso a água e alimentação, descanso físico e psicológico, apoio emocional, afetivo e sexual etc, além de uma reposição geracional por meio dos/as seus descendentes, que irão substituir esses/as trabalhadores/as no futuro. A manutenção do sistema socioeconômico tem como condição a existência de pessoas com vida, mas estas estão a todo momento sendo disputadas no campo político e social, influenciando o aumento ou diminuição de salário, flutuação de acesso a bens e serviços e dos investimentos em educação, saúde e distribuição de renda pelo Estado.

Para o materialismo histórico dialético, o ser humano se constitui *nas* e *pelos* relações sociais que estabelece com outros seres humanos e a natureza. Em um sistema de produção que expropria os sujeitos dos meios de sobreviver, cercando-os a uma vinculação ao assalariamento, e por isso, a venda da única mercadoria da qual não foram despossuídos – a força de trabalho. As relações sociais em si e a própria constituição da subjetividade humana estará a todo tempo refletida por esta forma predatória de produção, ainda que seja possível refratá-la (Bakhtin, 2014; Sears, 2023; Iasi, 2014; Carvalho, 2019).

A Teoria da Reprodução Social aponta, assim, que por mais dispersos que possam parecer à forma de produção capitalista, a sexualidade, a raça, o gênero, a territorialidade são desigualdades que se apresentam nas relações sociais que se constituem no desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista, tornando-se essenciais a este sistema, já que são necessárias hierarquias entre os grupos sociais para sua manutenção e produção de mais-valor.

O conceito de reprodução social aparece no conjunto de obras de Karl Marx (Bhattacharya, 2023, p. 24) significando as condições necessárias para manutenção do

capitalismo, abrangendo as reposições de maquinário, desenvolvimento da tecnologia, processos de expropriação, regeneração e reposição geracional dos/as trabalhadores/as. Para as/os teóricas/os da TRS, reprodução social ganha um sentido mais próximo àquilo que se denomina como as atividades de trabalho doméstico ou de cuidado, mas não somente pois esse conceito, para autoras como Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, não está restrito a quem fornece esse serviço, se privado ou público, se feito por homens ou mulheres, se assalariado ou não. Cinzia Arruzza apresenta uma diferença entre os termos reprodução social e reprodução societal, utilizada nesta pesquisa para fins didáticos. A reprodução societal estando associada a toda e qualquer forma de manutenção do sistema socioeconômico e a reprodução social relativa àquelas atividades de “renovação e manutenção da vida” (Arruzza, 2017, p. 40).

Na sociedade *gileadiana* as mulheres foram regulamentadas em funções de regeneração e reposição geracional, por isso, proponho aplicar a TRS ao estudo d’**O Conto da Aia**. E para construir a ponte entre o embasamento teórico e a literatura objeto de estudo, foram utilizados os conceitos de dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin (2014), uma vez que Margaret Atwood capta as vozes ressoantes na sociedade para construir o seu enredo. Dessa forma, foi realizado um mapeamento das personagens para compreender os principais temas apresentados por esta autora, sendo necessária a formulação de um quadro comparativo das atividades regulamentadas pelo governo *gileadiano* e sua distribuição entre os homens e as mulheres, o fichamento de falas e cenas para entender como as vozes ressoam os assuntos tratados em uma comparação imanente com a realidade experimentada nas décadas de 1970-80.

Para análise da fonte primária foi utilizada a literatura produzida sobre o tema, que versa sobre a narrativa, sua construção e interpretações, reunidas através de pesquisa nas plataformas da CAPES, Scielo e Google Acadêmico, aplicando como palavras-chave o título da obra em português. Essa busca teve como objetivo apreender as diferentes abordagens metodológicas possíveis e a multiplicidade de interpretações sobre o enredo ficcional pelas/os pesquisadoras/es. A abertura d’**O Conto da Aia** a diferentes enfoques coaduna com os conceitos propostos por Mikhail Bakhtin (2014) na sua análise marxista da linguagem. O discurso é uma permanente relação dialógica entre indivíduos, sendo a significação um resultado das interações verbais, não apenas no sentido da existência da possibilidade de uma multiplicidade de vozes em um texto centrífugo, ou seja, que permite a suas personagens destoarem do pensamento do/a autor/a, como também envolve uma abertura a distintas

interpretações a depender das ressonâncias ideológicas do momento em que se interpreta (Bakhtin, 2014).

Importante salientar que durante a pesquisa foram usadas as palavras para nomear segmentos e grupos conforme aqueles utilizados na tradução d'**O Conto da Aia** feita por Ana Deiró, na edição da Rocco de 2017. Para estar de acordo com a fonte da pesquisa, decidi utilizar as mesmas palavras do enredo distópico, com isso, podem existir diferenças gráficas entre termos como Jacob/Jacó, Martha/Marta, Bilha/Bila/Bala, *Gilead/Gileade* quando comparadas com citações de autores e autoras de artigos trazidos para fundamentar a argumentação e traduções da bíblia usadas como referência para a pesquisa, o que, porém, não altera o conteúdo semântico.

Observadas as determinações que envolvem o objeto de pesquisa em análise, o primeiro capítulo apresenta o contexto do romance ficcional, localizando-o como uma sociedade que tem por base a forma de produção capitalista, de regime em transição do *New Deal* norteamericano para o neoliberalismo, na década de 1980. A tomada de poder político institucionalizado no Estado serviu para legitimar a violência contra as mulheres, estabelecendo um aprofundamento e realocação de pessoas numa estrita divisão sexual e social do trabalho. Apresento, dessa forma, quadros comparativos das funções e cargos desempenhados por homens e mulheres, os lugares e vozes recorrentes do romance para melhor visualização da história contada por *Offred*.

O segundo capítulo se concentra na análise do uso da religião e do Estado, em *Gilead*, no processo de disciplinamento dos indivíduos pelos Filhos de Jacob numa divisão generificada do trabalho. Destaco a voz da Tia Lydia enquanto propagadora do discurso religioso *gileadiano* na sujeição das Aias ao trabalho de reposição geracional para a classe dominante. Em contraponto, Moira torna-se o símbolo de resistência para *Offred*, por ser a personagem mais agitadora, durante o treinamento no Centro Vermelho, dentre aquelas apontadas como Aias pela narradora.

Ainda neste contexto, para demonstrar o impacto do Estado e da religião em *Gilead*, escolho resgatar as categorias da alienação e reificação, conceitos que derivam da mesma fonte: o trabalho assalariado. A alienação pode ser considerada como um processo complexo oriundo da abstração do trabalho, em um primeiro momento, no alheamento do/a trabalhador/a do fruto da sua produção. Nesse processo, além de estar distante da mercadoria que produz, o ser humano alheia-se também do caráter ontológico do trabalho, para sua

constituição enquanto ser social, e das relações sociais estabelecidas com outros seres humanos (Carvalho, 2019; Iasi, 2017, Arruzza, 2016, Mézsáros, 2016).

É no desenvolvimento do trabalho assalariado que a força de trabalho passa a ser uma mercadoria, reificando o sujeito. Essa coisificação humana não se expressa apenas no momento da venda da força de trabalho para seu comprador, mas se reflete em outras atividades da vida, principalmente em como a sociedade constitui as relações com outros seres humanos, com a natureza, e com aspectos da vida como sexualidade e definições dos papéis de gênero (Arruzza, 2016; Mézsáros, 2016; Sears, 2023, Bhattacharya, 2023). Esses conceitos são trazidos para análise do romance para explicar a força produtora de subjetivação do modo de produção capitalista nos indivíduos. As pessoas no mundo concreto, e em consequência as personagens do romance, são socializadas e reproduzem nas suas relações sociais aspectos da reificação e alienação.

O capítulo três tem como escopo discutir o patriarcado no trabalho de reprodução social desempenhado pelas mulheres *gileadianas*. O capitalismo é uma totalidade complexa e contraditória de relações sociais, um todo vivo, que se constitui a partir de duas unidades indissociáveis: a maneira como opera a produção e a maneira como opera a reprodução das condições que mantém a produção (reprodução societal). O capitalismo se desenvolve e reinventa a partir da expropriação continuada de terra, da colonização e imperialismo, da divisão sexual e racial do trabalho, relações desiguais necessárias para o binômio trabalho-capital, e que estão em constante resignificação em razão das disputas no campo social e político. Para Cinzia Arruzza (2015, p. 37) “não existe mais um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo”.

Nesse sentido, a forma como houve a divisão do trabalho n’**O Conto da Aia** representa o reforço dos Filhos de Jacob aos valores sociais patriarcais, centralizando a importância da reprodução social para continuidade de um modo de produção capitalista, principalmente ao realocar um grupo de mulheres especificamente para a reposição geracional da classe dominante. A família é, assim, um espaço indispensável para conservação de ideais de hierarquização, produtividade e constitui uma unidade de dependência econômica, afetiva e de segurança para a subjetivação de pessoas. Ainda que existam diferentes formas de família, e que também, como afirma bell hooks (2021), ela seja um espaço de segurança para determinadas comunidades.

A forma como a reprodução social se manifesta, diante de toda a cartografia⁹ de desigualdades em *Gilead* afigura-se em complexas relações que se estabelecem em uma zona acinzentada, em que resistem em uma mesma situação as contradições de liberdade e imposição, vulnerabilidade e controle, segurança e violência, consentimento e coerção. Negociações que são estabelecidas para sobrevivência. Mas quando as condições negam a vida, o que nos resta a trocar?

⁹ Conceito utilizado no sentido de apreensão da totalidade social a partir de uma visualização das unidades que compõem o todo, não no sentido de catalogação.

1. A REPÚBLICA DE GILEAD

Quando o caminho traçado pela industrialização nos leva a uma diminuição da fertilidade humana, quais serão as atitudes tomadas pela sociedade para manutenção da sua própria espécie? Essa é uma questão que apareceu como premissa para Margaret Atwood, no seu romance distópico **O Conto da Aia**, publicado pela primeira vez em inglês em 1985, uma obra influente até os dias de hoje.

O romance foi ambientado nos Estados Unidos da América (EUA), após um golpe de Estado e imposição de um novo formato de organização institucional, a República de *Gilead*, o enredo narra a história de *Offred*, uma mulher designada como "Aia" e submetida a um regime opressivo que subjogou as mulheres, restringindo o trabalho a papéis tradicionalmente definidos pela sociedade patriarcal. O trabalho de reprodução social foi regulamentado pelo Estado, sendo a reposição geracional da classe dominante um de seus maiores interesses.

A partir da compreensão dos elementos trazidos pela autora, será apresentada a forma como se organizou, no contexto da obra, homens e mulheres, considerando, dentro de cada tópico, as possíveis inferências com o texto bíblico e as teorizações acerca dos momentos históricos concatenados por Margaret Atwood no romance distópico. Através de uma análise crítica do enredo, das personagens e dos temas abordados pela autora, busco não apenas compreender a riqueza literária da obra, mas também investigar suas implicações mais amplas para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas de nossa própria sociedade.

1.1 A República de *Gilead*

O Conto da Aia é um romance distópico narrado em primeira pessoa por uma personagem chamada *Offred*, que descreveu em um relato não linear, a história de sua vivência em uma sociedade após guerras, desastres ambientais e devastação dos recursos naturais, em que houve a diminuição da fertilidade humana em todo o planeta. Essa baixa na reprodução da espécie humana causou uma preocupação social geral, apresentando-se nos Estados Unidos da América (EUA) em um conflito político interno em razão da manutenção, mesmo após diminuição dos índices de natalidade, de autorização jurídico formal para uso de meios contraceptivos e de garantia ao direito de liberdade ao aborto pelas mulheres.

Assim, grupos religiosos passaram a responsabilizar a liberdade sexual das mulheres como o fator preponderante para a diminuição das gestações, implicando em uma ampla publicização da necessidade de uma atuação institucional do Estado, voltada a regulação e controle de natalidade e, conseqüentemente, da sexualidade feminina, justificada a partir de um discurso apontado à moral, à família e aos valores tradicionais religiosos,

[Tia Lydia] As mulheres tomavam medicamentos, comprimidos, os homens pulverizaram árvores, as vacas comem a relva, todo esse mijo com a força comprimida fluía para os rios. Para não mencionar a explosão de usinas de energia atômica, ao longo da falha de San Andreas, não por culpa de ninguém, durante terremotos, e a cepa mutante de sífilis que nenhum tipo de mofo conseguia tocar. Algumas fizeram sozinhas, mandaram fazer ligaduras de categute fechando-se ou feriram-se para sempre com substâncias químicas. Como foram capazes de fazer uma coisa dessas?, dizia Tia Lydia. Ah, mas como foram capazes de fazer uma coisa dessas. Jezebéis! Desprezando as dádivas de Deus! (Atwood, 2017a, p. 137).

O grupo denominado Filhos de Jacob conseguiu alcançar o poder político do país, destituindo o Presidente e demais representantes do Estado, com fechamento do Congresso e suspensão da Constituição. Instaurando, após um período de transição, um novo regime político-estatal, a República de *Gilead*, baseado em uma junção entre Estado e religião, com uso massivo de uma força militar repressiva.

Após o golpe de Estado, manobras legais foram adotadas no período de transição para direcionar a sociedade estadunidense em uma organização estrutural baseada em uma divisão social e sexual do trabalho explicitamente patriarcal, com tratamento desigual entre homens e mulheres. Inicialmente houve o fechamento das fronteiras do país, impossibilitando a fuga por parte da população, confisco do patrimônio das mulheres, a ser movimentado pelo parente homem mais próximo da família consanguínea, anulação de casamentos ocorridos após o primeiro divórcio; e a proibição, para as mulheres, de determinados eixos de trabalho assalariado, conforme podemos perceber em um diálogo estabelecido entre duas personagens:

[Moirá] Eles congelaram as contas, disse ela. A minha também. A da cooperativa também. Qualquer conta com um F em dez de um M. Tudo que precisaram fazer foi apertar alguns botões. **Estamos deserdadas.** Confiscaram tudo. (...)

Mulheres não podem mais possuir bens, disse ela. É uma nova lei. Você ligou a televisão hoje? (...)

Vão transferir seu número para ele [marido de *Offred*], ou pelo menos é o que dizem. Marido ou parente mais próximo do sexo masculino. (...)

[*Offred*] Mas por quê?, perguntei. Por que fizeram isso?

Não nos cabe querer saber por quê, disse Moira. Eles tinham que fazer desse jeito, as Compucontas e os empregos, ambos ao mesmo tempo. Caso contrário, pode imaginar como estariam os aeroportos? **Não querem que a gente vá a lugar nenhum**, pode apostar nisso (Atwood, 2017a, p. 214, grifo nosso).

O confisco de patrimônio por meio do bloqueio das contas só foi possível porque, anos antes do golpe de Estado, houve uma paulatina substituição da forma de pagamento do dinheiro em papel moeda pelo uso do cartão de crédito e, depois, por um número identificador no “Compubanco”, um acesso a crédito virtualizado com uso de um computador.

[*Offred*] Imagino que tenha sido assim que puderam fazer, da maneira como fizeram, tudo ao mesmo tempo de uma só tacada, sem que ninguém soubesse com antecedência. Se ainda tivesse sido dinheiro vivo, que se pudesse ter em mãos, teria sido mais fácil (Atwood, 2017a, p. 208)

As atuações políticas dos Filhos de Jacob foram orientadas para uma regulamentação da sociedade, atribuindo cargos aos homens e mulheres a partir das funções a serem desempenhadas por eles/as. Essa estatização das atividades parte da cisão entre classes sociais e papéis de gênero, representadas pelo uso de uma cor específica para cada cargo. Os homens foram divididos em Comandantes, Anjos, Guardiões, Olhos; e as mulheres em Esposas dos Comandantes, Tias, Aias, Marthas, Econoesposas e Não-mulheres; além de toda uma gama de trabalhadores/as que compunham a indústria e prestação de serviços.

Para melhor compreensão desta estratificação, as funções serão apresentadas em uma breve síntese neste momento, com a construção de um quadro sinóptico ao final. Sendo assim, eram chamados de Comandantes os chefes políticos da República de *Gilead*, organizadores do golpe de Estado; os homens chamados de Guardiões eram os militares de menor patente, podendo ser atribuído a eles as tarefas de patrulhamento ou prestação de serviço doméstico aos Comandantes e suas Esposas; os Anjos eram homens destacados para participação efetiva na guerra¹⁰; os Olhos faziam parte do policiamento secreto e de vigilância. O enredo deixa transparecer a existência de diversos trabalhadores e trabalhadoras que não receberam um nome específico, como por exemplo, em uma cena narrada por *Offred*, ela menciona a atividade de motorista de um automóvel chamado “Partomóvel”, usado para levar todas as Aias da região para nascimento de uma criança na casa de um dos Comandantes: “O Guardião

¹⁰ [*Offred*] Primeiro, as linhas de combate. Na verdade não são linhas de combate: a guerra parece estar em curso em vários lugares ao mesmo tempo (Atwood, 2017a, p. 101).

fecha e tranca as portas duplas e embarca na frente, ao lado do motorista; através da grade de metal coberta de vidro podemos ver suas nuças”. (Atwood, 2017a, p. 135).

Quadro 1 – Quadro sinóptico das funções dos homens em *Gilead*

Cargo	Atividades/funções
Comandantes	Políticos, chefes do Estado. Originalmente pertencentes ao grupo Filhos de Jacob.
Guardiões	Prestação de serviços em postos de controle; Prestação de serviço direta para os Comandantes e Esposas (motorista, jardineiro, etc) ou; Poderiam ser prestadores de serviços como recepcionistas de consultórios, caixas de mercado etc.
Anjos	São descritos como o destacamento militar da guerra, ainda que não haja menção expressa contra quem ou qual país ou em que local esta ocorra. Algumas batalhas são televisionadas, sendo apresentadas ao público apenas as vitórias.
Olhos	Destacamento para vigilância constante – ficavam infiltrados em outras funções para descobrir possíveis indivíduos subversivos.
Demais trabalhadores/as	Não há uma definição de nome para os homens e mulheres que possivelmente trabalhavam na indústria, distribuição de produtos, prestação de serviços e comércio. Expressamente no texto aparecem profissões como os enfermeiros, médicos das Aias, motoristas, vendedores.

Fonte: autoria própria, 2024.

As mulheres eram divididas em: Esposas dos Comandantes, mulheres originalmente casadas com os chefes políticos antes da instituição do novo regime; as Tias eram funcionárias do Estado, organizando casamentos, educando e movimentando as Aias entre as casas dos Comandantes; as Aias que serviam ao propósito de gestação para os Comandantes e suas Esposas, usadas para fins de procriação; para as Marthas foram designadas as mulheres mais velhas e inférteis, com o intuito de prestar o serviço doméstico na casa dos

Comandantes¹¹; as Econoesposas eram as mulheres de homens pobres, que prestavam serviço doméstico, como esposas e como gestadoras para seus maridos trabalhadores; as Não-mulheres, eram aquelas que não se amoldaram ao novo contexto, por serem consideradas como dissidentes de gênero e de sexualidade (mulheres bissexuais e lésbicas)¹², também por serem contrárias ao governo *gileadiano*. Por fim, as Jezebéis eram Não-mulheres alocadas na Casa de Jezebel, prostíbulo não oficial utilizado pelos Comandantes e chefes políticos estrangeiros.

Quadro 2 - Quadro sinóptico das funções das mulheres em *Gilead*

Cargos	Funções/atividades
Esposas	Esposas dos Comandantes (poderiam ser também consideradas as esposas dos Anjos); chefiavam a organização da casa; tinham maior liberdade para encontrar outras Esposas, acesso a mercado informal e fartura em comida e bebidas. Mulheres férteis ou inférteis.
Tias	Mulheres utilizadas pelo Estado para disciplinamento das Aias, organizavam os casamentos entre Esposas e Comandantes, os pedidos de Aias pelos Comandantes, tinham autorização para uso da violência, acesso à escrita e leitura; eram comumente mulheres mais velhas e consideradas inférteis. As Tias podiam circular de forma mais livre, sem qualquer questionamento nos postos de controle. Ainda que não tenha sido explicitado no romance como o assalariamento ocorria, percebe-se que as Tias tinham mais acesso a bens e serviços.
Aias	Grupo de mulheres disponibilizadas para a gestação dos Comandantes e suas Esposas; consideradas como férteis.

¹¹ Serviço doméstico aparece aqui como expressão utilizada em análises sobre **O Conto da Aia** para melhor demonstrar a divisão do trabalho das mulheres dentro do contexto do romance distópico, sendo a atividade principal das Marthas. Para a TRS, há o reconhecimento que todas as mulheres são trabalhadoras enquanto pessoas que atuam na regeneração de indivíduos, seja esta atividade realizada no âmbito doméstico de forma “gratuita” ou assalariada.

¹² Não há menção expressa à transgeneridade no romance distópico, contudo, entendo que qualquer pessoa considerada dissidente ou “traidora de gênero” (referência utilizada aos homossexuais no romance) seriam deslocados/as às Colônias para trabalho forçado caso não se dispusessem a participar da divisão social e sexual *gileadiana*.

Marthas	Prestadoras de serviço doméstico na casa dos Comandantes; Mulheres mais velhas, inférteis.
Econoesposas	Esposas de “homens pobres”, que prestavam serviço doméstico aos seus maridos, podendo conceber filhos. Demonstram uma acumulação de atividades de reprodução social para a classe trabalhadora.
Não-mulheres	Feministas, lésbicas ou bissexuais, mulheres contrárias ao governo <i>gileadiano</i> . Eram enviadas para trabalho forçado nas Colônias de agricultura ou limpeza de campos tóxicos.
Jezebéis	Consideradas inicialmente Não-Mulheres; trabalhavam com serviços sexuais na Casa de Jezebel. Conforme descrito por Moira, são mulheres tornadas inférteis pelos Filhos de Jacob, para evitar problemas com uma possível descendência ¹³ .

Fonte: autoria própria, 2024.

Para melhor entendimento quando referenciadas no decorrer do texto nesta pesquisa, apresento abaixo um quadro com as principais vozes encontradas no enredo, ainda que exteriorizadas por uma única narradora, e uma síntese dos temas trazidos por elas dentro do romance distópico.

Quadro 3 - Vozes das principais personagens

Personagem	Temas
<i>Offred</i>	Narradora principal, expõe sua concepção de <i>Gilead</i> na sua vivência como Aia e o tempo anterior à <i>Gilead</i> com <i>flashbacks</i> . É a personagem quem apresenta todas as outras, exceto no apêndice.
<i>Ofglen</i>	Aia que faz companhia para <i>Offred</i> , é uma participante da resistência. É por ela que sabemos da existência de dissidentes.

¹³ [Moira] “Eu tinha a minha escolha, isto aqui ou a Colônia. Bem, merda, ninguém exceto uma freira escolheria as Colônias. Quero dizer, eu não sou uma mártir. Já tinha mandado ligar minhas trompas, anos antes, então nem precisava da operação. Ninguém aqui tem ovários viáveis também, você pode imaginar o tipo de problemas que causaria” (Atwood, 2017a, p. 295-296).

Tia Lydia	Tia Lydia aqui apresenta-se como voz de todas as Tias. É a chefe deste grupo, exercendo a função com um discurso disciplinador e conservador, a partir da religião, para as Aias. Por vezes <i>Offred</i> retoma as falas de Tia Lydia em sua consciência.
Moira	Mulher lésbica, é apresentada como a melhor amiga de <i>Offred</i> no período anterior à <i>Gilead</i> , momento em que participava de movimentos estudantis. É uma das Aias que aparece durante o treinamento no Centro Vermelho, e, após sua fuga, a reencontramos como uma Não-Mulher na Casa de Jezebel. Retorna ao texto a partir de <i>flashbacks</i> de <i>Offred</i> .
Janine	É uma Aia que passa pelo disciplinamento na mesma época que <i>Offred</i> no Centro Vermelho. É uma personagem que sucumbe à opressão de Tia Lydia. Também é a Aia a partir da qual sabemos sobre as gestações no romance distópico, uma vez que ela consegue engravidar e dar à luz no período descrito pela narradora.
Mãe de <i>Offred</i>	A mãe de <i>Offred</i> não recebe nome, foi uma participante ativa do movimento feminista, aparecendo em <i>flashbacks</i> e em comentários sobre as Não-mulheres nas Colônias.
Cora e Rita	São as Marthas do Comandante Fred, com quem <i>Offred</i> tem contato direto. Sendo Rita mais severa com a Aia e Cora mais empática.
Serena Joy	É a esposa do Comandante Fred, com quem <i>Offred</i> tem contato direto. É a representação das esposas, portanto. Foi famosa por seus discursos conservadores no período anterior ao golpe de Estado, mas depois não pode mais participar da política institucional.
Comandante Fred	Comandante do último posto da narradora, com quem é obrigada a ter um relacionamento não oficial. Principal voz masculina sobre o propósito político dos Filhos de Jacob.
Luke	Esposo de <i>Offred</i> no período pré <i>gileadiano</i> , aparece em <i>flashback</i> .
Nick	Guardião por quem <i>Offred</i> se apaixona no decorrer do enredo ficcional. Descobrimos ao final da história que ele é também um Olho.
Professor Piexoto	Estudioso do período <i>gileadiano</i> , quem transcreve o relato oral de <i>Offred</i> em texto. É descrito apenas nas atas do Simpósio de sua palestra no apêndice do romance.

Fonte: autoria própria, 2024.

Interessante notar que as principais vozes que constituem o texto do romance distópico são de mulheres, desde a narradora *Offred* até a maior força disciplinadora para as Aias - Tia Lydia. Isto pode ser compreendido como uma consequência lógica da própria divisão sexual do trabalho, já que *Offred* estava mais próxima das mulheres no contexto do romance e, ao mesmo tempo, possui um caráter subversivo: são, afinal, as mulheres quem estão relatando as violências sofridas, por elas mesmas e por todos, no período *gileadiano*.

Apesar de extrapolar os limites do visível, a ficção não está disassociada do contexto em que é escrita. Segundo Antônio Cândido (2011), a literatura, em seu sentido mais amplo, possui três faces: um caráter humanizador, ao elaborar uma estruturação ordenada do mundo, em uma sequência coesa de palavras; ela é uma forma de conhecimento e, ao mesmo tempo, é uma expressão de sentimentos e visões de mundo. Mikail Bakhtin (2014) explica que na construção da linguagem há sempre um Outro, é na relação com este que o sentido é construído. Esse Outro não é apenas com quem se fala, mas pode ser considerado também como um Outro ideológico. Assim, as vozes dissonantes em uma determinada sociedade são postas de forma harmônica no texto, estabelecendo uma construção de mundo estruturada para expressar, refletindo ou refratando, as ideias de um tempo.

Antes de aprofundar divisão estratificada de *Gilead* é preciso entender como os Filhos de Jacob encontraram espaço para ascensão ao Estado e sua posterior manutenção. Não houve na narrativa do *Conto da Aia* marca de temporalidade dos acontecimentos por *Offred*, somente no apêndice - intitulado *Notas Históricas sobre O Conto da Aia (Notas Históricas...)* - encontrou-se menção sobre o possível período de instauração da República de *Gilead*. Esta seção foi escrita, com uso de uma metalinguagem, em forma de uma transcrição parcial de atas de um Simpósio sobre Estudos *Gileadianos*, datado de 25 de junho de 2195, ocorrido na Universidade de Denay, em que uma personagem chamada professor James Darcy Pieixoto apresentou uma análise sobre a história contada pela narradora.

Sabemos a partir da transcrição das atas do Simpósio, no apêndice do livro, que o relato de *Offred* ocorreu de forma oral, em gravações em fitas cassetes, tornadas públicas após escavações no sítio arqueológico que ficava em Maine, EUA, região intermediária da “Rota Clandestina Feminina”, usada pelos rebeldes principalmente para transportar mulheres para fora do território de *Gilead*. Foi achada uma coleção com cerca de trinta fitas cassetes, encontradas em um baú de metal, sendo a gravação manuscrita pelas personagens dos professores Pieixoto e Wade, responsáveis pela edição, revisão e disponibilização do arquivo.

[Professor Pieixoto] Havia no total em torno de trinta fitas na coleção, com proporções variadas de música e narrativa em palavras. De maneira geral, cada fita começa com duas ou três canções, como camuflagem sem dúvida: então a música é interrompida e a voz da narradora ocupa o resto (Atwood, 2017a, p. 354).

Existe, assim, dentro do próprio **O Conto da Aia**, uma descrição posterior ao período *gileadiano*, feita a partir de estudos de cunho investigativo e histórico pelo professor Pieixoto, que tentaram explicar os motivos ensejadores para instauração de *Gilead*, por mais que o professor também tivesse dúvidas sobre a autenticidade narrativa - o tema da sua palestra foi “Problemas de autenticação com Relação a *O Conto da Aia*” (Atwood, 2017a, p. 352, grifos no original). A partir da leitura do enredo, considero que *Gilead* foi instaurada no final da década de 1980 e início de 1990, perecendo antes dos primeiros anos do século XXII, permitindo uma análise de um momento pré- *Gilead*, *Gilead* e pós- *Gilead*. Nos dizeres da autora Margaret Atwood em artigo publicado no **The Guardian**:

(...) e eu também permiti um epílogo, a partir de uma perspectiva que tanto a Aia quanto o mundo em que ela viveu retrocederam na história. Quando perguntam se “O Conto da Aia” é sobre um “vir a ser”, eu lembro a mim mesma que existem dois futuros no livro, e se o primeiro foi possível, o segundo também o é. (Atwood, 2012, n.p, tradução nossa)¹⁴.

Conforme mencionado, **O Conto da Aia** foi narrado em primeira pessoa por *Offred*, uma mulher exercendo o papel social de Aia, que descreveu a sua vivência na casa do Comandante de seu último posto. As Aias eram qualificadas a partir da construção do nome do Comandante e o prefixo inglês “of” (de), designando seu pertencimento ao homem chefe da casa em que servia enquanto nela permaneceu. A narradora foi chamada durante todo o livro por seu nome imposto enquanto pertencente à casa do Comandante Fred: *Offred* (de Fred).

A partir da narrativa registrada em fita cassete, *Offred* encontrou uma maneira de expor suas experiências durante o período *gileadiano*, lembrando também a partir de *flashbacks* um período pré-*Gilead*, esclarecendo a tomada do poder político pelos Filhos de Jacob. Uma vez que, após a instauração da República de *Gilead*, existiram alterações jurídico-

¹⁴ No original: “(...) and I also permitted an epilogue, from the perspective of which both the Handmaid and the world she lived in have receded into history. When asked whether *The Handmaid's Tale* is about to “come true”, I remind myself that there are two futures in the book, and that if the first one comes true, the second one may do so also” (Atwood, 2012, n.p, grifo no original).

legais para institucionalizar uma divisão patriarcal do trabalho, reconhecendo, inclusive, as atividades de reprodução social da vida enquanto trabalho, principalmente em favor da classe dominante. As medidas de alteração dos direitos civis e econômicos das mulheres permitiu seu maior controle e hierarquização pelo Estado, já que destituídas dos seus recursos financeiros, mobilidade física e social, elas se tornavam mais vulneráveis a apropriação pública. Nesse sentido,

O patriarcalismo em Gilead fica evidente quando mencionadas as duas frentes usadas pelo governo para a imposição da submissão às mulheres: a anulação dos direitos civis e o confisco das fontes de independência financeira. (...) O ataque à independência financeira completou a violência de gênero retirando das mulheres qualquer possibilidade de resistência à nova estrutura social e evitou possíveis fugas para outros países (Molari, 2019, p. 184).

Nas *Notas Históricas...*, a personagem do professor Pieixoto reforçou a atribuição da diminuição da fertilidade à ampla distribuição de meios de controle de natalidade, acrescentando a informação sobre uma dissiminação da cepa-R de sífilis e epidemia de Aids (sic), acidentes em usinas nucleares, vazamentos de estoques de armas químicas, biológicas, depósitos de lixo tóxicos, uso desmedido de inseticidas químicos, herbicidas e outras substâncias nocivas depositadas em esgotos de forma legal e ilegal (Atwood, 2017a). Implicando uma soma de fatores que poderiam ter causado a infertilidade humana e diminuição de nascimentos de crianças com vida.

O professor argumentou ainda que os “*serviços de reprodução humana*” (Atwood, 2017a, p. 358, grifo nosso) já eram utilizados no período anterior à *Gilead*, com as contratações de barrigas de aluguel, inseminação artificial e clínicas de fertilidade. Em sua palestra, afirmou que

A Romênia, por exemplo, havia se antecipado a Gilead nos anos 1980 ao banir todas as formas de controle de natalidade, impondo testes de gravidez compulsórios a toda a população de sexo feminino, e vinculando promoções e aumentos de salários à fertilidade. (Atwood, 2017a, p. 358).

Foi relatado por *Offred*, a apresentação de um gráfico por uma Tia no Centro Vermelho ou Centro Raquel e Lia – espaço de disciplinamento das Aias – em que se mostrava o coeficiente de natalidade diminuindo até abaixo de zero. Ela também apontou que, no final dos anos 80, as últimas escolas infantis fecharam por falta de crianças (Atwood, 2017a). Aliada a diminuição das gestações, quando estas ocorriam havia o risco de abortos

espontâneos ou partejo de fetos natimortos, que poderiam ser decorrência dos problemas ambientais causados na época pré-gilead.

O desespero de mulheres que desejavam engravidar e tinham abortos espontâneos, ou davam à luz a fetos natimortos, multiplicou-se a ponto de ser uma raridade encontrar alguém que conseguisse levar uma gravidez de forma natural e bem-sucedida (Grecca, 2018, p. 48).

Offred descreveu inclusive uma situação experienciada com seu marido, antes do golpe de Estado, quando no supermercado uma mulher tentou raptar sua filha:

Eu me virei e ela estava desaparecendo mais abaixo no corredor, nos braços de uma mulher que nunca tinha visto antes. (...) Estava chorando e dizendo que era o bebê dela, que o Senhor o dera a ela, que lhe enviara um sinal. (...) Pensei que fosse um evento isolado, na época (Atwood, 2017a, p. 79).

Observada todas as informações disponibilizadas no romance, considero que a queda da natalidade, assim, foi uma consequência dos problemas ambientais e guerras tóxicas provocadas pela forma de produção capitalista. Ao por a lente do materialismo histórico sobre a narrativa, Rooholla Roozbeh, no texto *The Handmaid's Tale Through the Lens of Marxism* (2018), expõe as similaridades entre as estruturas sociais de *Gilead* e a sociedade do capital, uma vez que em ambas existem: uma sociedade classes; religião como ópio das massas; um aparato ideológico estatal; e proletariado. O romance distópico apresenta diferentes trabalhadores que compunham a divisão social do trabalho *gileadiana*, abastecendo a sociedade, seja com serviços como os profissionais de saúde, no comércio ou na indústria. Expressamente foi descrita a presença de pessoas “pobres”, de onde se infere a continuidade de uma sociedade dividida em classes:

[*Offred*] Há outras mulheres com cestas, algumas vestidas de vermelho, algumas do tom verde opaco das Marthas, algumas com os vestidos listrados, de vermelho, azul e verde, ordinários e feitos com pouco tecido, que são típicos das mulheres dos homens mais pobres. Econoesposas, é como são chamadas. Essas mulheres não estão divididas segundo funções a desempenhar. Elas têm que fazer tudo; se puderem. (Atwood, 2017a, p. 35).

Ainda que não se esquadrinhe n’**O Conto da Aia** como as relações entre o econômico e político foram estabelecidas, havia uma posição de superioridade política e financeira dos Comandantes em relação aos demais oficiais, eles detinham o poder político estatal, as melhores residências e maior acesso a bens, serviços e às mulheres. *Offred* descreveu em um

de seus passeios a mudança entre os bairros mais nobres até as lojas de alimentos, deixando entrever que os Comandantes ficavam alojados nos bairros mais ricos, em casas de luxo, separados dos demais trabalhadores:

Embora não estejamos mais na área cercada reservada aos Comandantes, aqui também há casas grandes. (...) Houve uma época em que aqui moravam médicos, advogados, professores universitários. (...) Luke e eu costumávamos passear juntos, de vez em quando, por estas ruas. Costumávamos falar em comprar uma casa como uma dessas, uma grande casa velha, e restaurá-la. (...) Embora soubéssemos que não era muito provável que algum dia viéssemos a ter condições para isso, era um assunto de conversa, uma brincadeira de domingo. (Atwood, 2017a, p. 34).

A divisão entre classes aparece no romance distópico a todo momento no romance, como por exemplo no trecho transcrito acima, em que há um comparativo entre o passado (*pré-Gilead*) e o presente de *Offred (Gilead)*, contudo, apesar das alterações políticas-espaciais provocadas pelos Filhos de Jacob, àquilo que estrutura a sociedade permanece o mesmo: um sistema socioeconômico capitalista. Margaret Atwood partiu de parâmetros reais para a elaboração do enredo distópico *gilediano*, tecendo em um único momento situações já experimentadas pelas sociedades modernas ocidentais (Colombo, 2020, n.p). Ao enredo não escapa o sustentáculo de ser uma ficção imaginada sobre o modo de produção capitalista neoliberal da década de 1980, que se atualiza a partir das alterações normativas em desfavor das mulheres. E o que isso implica?

Para a Teoria da Reprodução Social (TRS), o capitalismo é um sistema socioeconômico complexo que compreende relações sociais dinâmicas estabelecidas não apenas na produção, mas em todas as condições para manutenção desta forma específica de produção. Explica Rhaysa Ruas (2020) que esta teoria parte da concepção dialética de totalidade social proposta por Marx no livro **Grundrisse** [1857-1858] (edição pela Boitempo de 2011). Para apreensão da realidade é necessário entender que esta é a síntese de múltiplas determinações, isso significa dizer que cada particularidade é mediada por uma outra, que lhe é contrária e, ao mesmo tempo, dependente. É de maneira aparente e “real” que a produção e consumo são diferentes, pois mantém cada uma suas próprias lógicas internas, mas são fragmentos de uma relação em que cada singularidade é (inter)mediada por sua subsequente: a produção só existe se for possível o consumo; é o consumo que abastece as necessidades da produção. “Dessa perspectiva, é possível afirmar que cada categoria ganha sentido sistemático

apenas por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo” (Ruas, 2020, p. 388).

A sociedade capitalista contém uma relação contraditória intrasponível entre trabalho e capital, a que chamo durante a pesquisa de binômio trabalho-capital. Apesar de o trabalho estar subsumido ao capital, ele é a sua condição mais básica. A força de trabalho, porém, é uma mercadoria orgânica, não dissociada da pessoa que trabalha, portanto, várias são as relações e atividades que têm que ser desenvolvidas para a continuidade da “produção” desta “mercadoria” especial, que não se desenvolve industrialmente, mas por meios biopsicosociais.

Para Marx (2013 [1867]), o ser humano é constituído socialmente a partir do trabalho concreto, percebido como aquele que satisfaz as necessidades básicas de produção e reprodução social. Diferente dos animais que exercem atividades por necessidades de sobrevivência, o ser humano adiciona a sua intencionalidade para produção objetiva da vida. Sua característica, assim, é a finalidade no desenvolvimento da sua atividade de produção e reprodução social. Em uma sociedade capitalista, o trabalho abstrai-se, sujeitando-se aos critérios de produção e circulação de mercadorias, uma vez que é necessário atribuir-lhe um determinado valor para que possa ser comprado. A força de trabalho será considerada uma mercadoria e trocada pela forma-dinheiro chamada salário, que, em tese, garantiria ao/a trabalhador/a suas necessidades mais básicas de substância. Essa permuta é medida através de tempo à disposição do comprador da força de trabalho, mas o salário pago ao/a proletário/a não corresponde em uma mesma medida igual para igual, ou seja, o valor pago pela força de trabalho do/a trabalhador/a é inferior à efetiva riqueza gerada com a produção dele/a.

Para além disso, se por um lado, o sistema de acumulação de capital precisa de trabalhadores/as cuja força de trabalho produza mais-valor, em paralelo e integrada à produção, existe uma força reprodutiva, em especial das mulheres, que garante: a) a reposição de novos trabalhadores/as, a partir da gestação; b) a sua regeneração, com apoio de alimentação, organização do espaço privado; c) regeneração de não-trabalhadores/as, tais como crianças, pessoas enfermas e idosas (Bhattacharya, 2019a).

Por mais que pareçam não estar conectadas com o desenvolvimento econômico-produtivo, e que, possam dele se distanciar, as condições de vida são limitadas pelo capitalismo. Isso significa que o modo como os sujeitos sociais irão se relacionar está cercado pelas tensões provocadas pelo binômio trabalho-capital, inclusive o trabalho de reprodução social, considerado pelas teóricas feministas como aquele necessário para a manutenção da vida por meio da regeneração dos/as trabalhadores/as - atividades desempenhadas nos espaços

privados ou públicos para alimentação, cuidado com a saúde física e psicológica, diversão, sexualidade, afeto etc; e reposição geracional.

A necessidade do capital em aumentar a produção de mais-valia também implica uma contradição estrutural entre o trabalho doméstico (do qual depende a reprodução da força de trabalho) e o trabalho na produção capitalista. (...). Portanto, *do ponto de vista do capital*, o trabalho doméstico seria *simultaneamente* indispensável e um obstáculo à acumulação. A longo prazo, a classe capitalista procuraria estabilizar a reprodução da força de trabalho a um baixo custo e com um mínimo de trabalho doméstico, degradando-o sempre que possível. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, seja como uma força unida ou fragmentada em setores concorrentes resistiria, esforçando-se para conquistar as melhores condições possíveis para sua própria renovação, o que poderia incluir um determinado nível e tipo de trabalho doméstico (Ruas, 2020, p. 393, grifos no original).

A reprodução social, em sentido ampliado, é denominada por Cinzia Arruzza como relação societal (2017, p. 41), termo não cunhado pela autora, mas por ela utilizado para diferenciá-la da regeneração direta e indireta da força de trabalho. Nesta pesquisa será utilizada a diferenciação proposta por Cinzia Arruzza, para fins didáticos, para melhor destacar quando estiver sendo usado um conceito mais amplo, de manutenção das condições de produção ou especificamente quando o termo estiver mais próximo do trabalho de manutenção e renovação da vida. Esclarecendo que a expressão “reprodução societal” não é utilizada por outros/as autores/as trazidos/as nesta pesquisa como o Alan Sears, a Susan Ferguson, Lise Vogel ou Tithi Bhattacharya. Dessa forma, o termo “reprodução societal” aparecerá para explicitar o sentido abrangente das condições de manutenção do sistema produtivo, e a expressão reprodução social ficará vinculada à manutenção e renovação dos/as trabalhadores/as. Essa é uma escolha que busca evitar equívocos de interpretação construídos a partir de uma leitura restrita do conceito na obra de Karl Marx.

Respondendo à questão acima trazida, implica dizer, então, que o modo que os Filhos de Jacob encontraram, n’**O Conto da Aia**, para organizar homens e mulheres decorre de uma reação às consequências ambientais criadas pelo uso desenfreado da natureza em uma produção em larga escala e que visa apenas a manutenção de aumento de capital. A análise do enredo do livro, a partir da TRS, considera, pois, a totalidade das relações vivenciadas no seu contexto, empenhando-se em conceber o estabelecimento de uma teonomia militarizada como expressão de um momento de agudização de uma crise na reprodução social e societal. Por ser o movimento do real um complexo de relações co-constituídas, as alterações sociais e de

direitos em desfavor das mulheres devem ser consideradas conectadas às tensões provocadas pelas tendências de crises do capitalismo na produção e nas condições que o mantêm.

Sendo o capitalismo um sistema integrado de relações socioeconômicas, nos momentos de crise de produção (e/ou reprodução societal), a ordem econômica irá tensionar as instituições sociais, provocando não apenas alterações na produção, como também mudanças na organização da sociedade.

(...) o capitalismo, quando enfrenta uma crise, esforça-se por encontrar uma solução que passa por duas vias conectadas: (a) tentar reestruturar a produção, como podemos perceber pelas medidas de austeridade, e (b) tentar reorganizar a reprodução social, evidenciado nos seus esforços em reforçar as identidades de gênero e na recirculação de certas ideologias sobre a família da classe trabalhadora. (Bhattacharya, 2019b, p. 17).

A divisão sexual do trabalho em *Gilead* é marcadamente patriarcal, regulando homens e mulheres em diferentes funções a serem exercidas para manutenção da sociedade, apesar de a leitura do enredo enfatizar uma alteração profunda da sociedade, essa estatização do trabalho apenas escamoteou a diferenciação mais profunda dessa sociedade, qual seja, a divergência entre aqueles que possuíam o poder político-econômico e aqueles/as que tinham seu trabalho explorado.

1.2 “Sob seus Olhos”

No artigo publicado no **The Guardian**, em 2012, Margaret Atwood afirmou que a obra não deveria ser classificada como uma distopia feminista, argumentando que antes de ser uma sociedade com superioridade masculina incondicional, haveria uma hierarquia de funções, em que alguns dos homens poderiam ter menos privilégios que mulheres.

O Conto da Aia tem sido chamado de “distopia feminista”, mas o termo não é estritamente acurado. Em uma distopia feminista pura e simples, todos os homens deveriam ter melhores direitos do que todas as mulheres. Seria uma estrutura de duas camadas: homens na camada superior, mulheres na camada inferior. Mas *Gilead* é uma ditadura usual: formada como uma pirâmide, com poderosos em ambos os sexos, os homens geralmente superando as mulheres no mesmo nível; em seguida, descendo níveis de poder e status com homens e mulheres em cada um, até a base, onde os homens solteiros

devem servir nas fileiras antes de serem premiados com uma Econoesposa (Atwood, 2012, n.p., aspas no original)¹⁵.

Não se pretende com a pesquisa enquadrar o enredo ficcional no conceito de “escrita feminina”, isso porque parto da premissa de que não existe uma essência feminina ou um conteúdo próprio às mulheres. Considero que a significação dos papéis de gênero é construída nas relações estabelecidas em determinada sociedade, aquilo que se considera “feminino” e “masculino” está ligado a como são desenvolvidas as normatizações jurídicas, morais e sociais sobre sexo e sexualidade dentro de um determinado contexto espacial e temporal (Saffioti, 2015; Bhattacharya, 2023; Biroli, 2020; Sears, 2023).

Por outro lado, Vigínia Woolf (2020) escreve sobre uma sombra que atravessa a escrita das mulheres, ao perceber que determinados temas não eram aceitos ou considerados como possíveis de escrita para elas. Em um ensaio sobre a profissão de escritora, a autora descreve sobre como a imaginação poderia fluir nas jovens romancistas, estado de catarse que encontra uma barreira:

A consciência do que diriam os homens sobre uma mulher que diz a verdade sobre suas paixões lhe tinha despertado do estado de inconsciência próprio do artista. Sua imaginação já não funcionava. Creio que essa é uma experiência muito comum entre as escritoras: o convencionalismo extremo do sexo oposto constitui uma obstrução para elas. Porque, apesar dos homens sensatamente outorgarem para si mesmos uma grande liberdade nesses aspectos, duvido que compreendam ou possam controlar a extrema severidade com que condenam essa mesma liberdade nas mulheres (Woolf, 2020, p. 143).

Fato é que Margaret Atwood é uma mulher e construiu uma narradora em seu romance distópico que também se definia enquanto mulher, que falava por tantas outras mulheres dentro do texto. Também tenho uma percepção, a partir de relatos em diferentes contextos pessoais, que existem barreiras ainda hoje em decorrência da designação de gênero das autoras na literatura, não apenas no incentivo à leitura de seus livros, mas na dificuldade das mulheres em conseguir serem publicadas sem que sejam etiquetadas no rol de “livros para mulheres” nas livrarias e bibliotecas. Independente da autora já ter querido distanciar o

¹⁵ No original: “*The Handmaid's Tale has often been called a "feminist dystopia", but that term is not strictly accurate. In a feminist dystopia pure and simple, all of the men would have greater rights than all of the women. It would be two-layered in structure: top layer men, bottom layer women. But Gilead is the usual kind of dictatorship: shaped like a pyramid, with the powerful of both sexes at the apex, the men generally outranking the women at the same level; then descending levels of power and status with men and women in each, all the way down to the bottom, where the unmarried men must serve in the ranks before being awarded an Econowife*” (Atwood, 2012, n.p).

romance distópico da classificação (“distopia feminista”), vejo, pois, **O Conto da Aia** enquanto feminista, assim como sua autora, principalmente considerando a sua participação ativa em movimentos sociais em prol de direitos relativos às mulheres.

O argumento principal nesta pesquisa é de que Margaret Atwood apreendeu a complexidade das relações em uma sociedade capitalista estadunidense da década de 1980, configuradas no conjunto harmônico de vozes que aparecem no romance distópico, em que é possível perceber a continuidade de uma diferença entre classes, além da divisão sexual e social do trabalho, e onde os papéis de gênero e a sexualidade integram a composição da classe trabalhadora como um todo.

As violências que recaíram sobre as mulheres em *Gilead* são violências que recaem sobre a toda a humanidade, por mais que sejam as mulheres que imediatamente as sofram. Isto porque a violência física ou psíquica sobre um indivíduo é apenas uma parte de um todo integrado, que permite que se chegue a sua consumação. A descrição de uma violência sexual, por exemplo, perpassa uma série de outras violências permitidas dentro do corpo social – considerado como o conjunto de relações sociais em determinada sociedade.

Margaret Atwood construiu, assim, uma segmentação complexa, considerando uma divisão social do trabalho entre os homens baseada em uma organização militar, liderada por um poder político estatal composto por um conjunto de Comandantes. N’**O Conto da Aia**, *Offred*, em sua narrativa, deixou transparecer a existência de uma força armada ligada aos Filhos de Jacob, o que pode ser justificado pela consequente tomada violenta do Estado, e seu posterior uso no combate aos demais grupos de resistência. Ao lembrar o dia de sua demissão, a personagem destacou que: “Até o exército estava lá, e tudo o mais. Então me lembrei de algo que eu tinha visto, mas não havia reparado na ocasião. Não era exército. Era outro exército” (Atwood, 2017a, p. 215).

Na concepção veterotestamentária da bíblia é possível vislumbrar um viés militarizado do texto, uma vez que há a descrição, nesta mitologia de origem, do desejo de conquista da terra prometida Canaã (região atual de Israel) pelo povo hebreu. Explicitando um propósito de dominação de território e povos a partir de justificativas com base em uma fé monoteísta (Szklarz, 2016). Assim, em cotejo com a obra distópica, percebe-se que os Comandantes seriam os chefes políticos e militares de um exército da fé *gileadiana*, estruturados hierarquicamente dentro de um Estado religiosamente orientado e uma sociedade gendrada e cindida em classes sociais baseadas no lugar na produção de mercadorias.

Para Mészáros (2011), o Estado é uma exigência absoluta da forma de produção capitalista, entendida enquanto sistema socioeconômico, e, dialeticamente, torna-se ao mesmo tempo pressuposto indispensável para conseqüente articulação deste conjunto, uma vez que aquele é a instituição que detém a legitimidade para regulamentar políticas e legislações, protegendo direitos como a manutenção da propriedade privada sob o paradigma da igualdade formal.

O Estado tem um caráter totalizador e corretivo de controle das insubmissas forças antagônicas de suas unidades socioeconômicas particulares e interdependentes (circulação, produção e consumo), de forma direta ou indireta, mantendo a subsunção do trabalho ao capital, mesmo quando aparentemente as medidas legais defendem interesses antimonopolistas. O Estado, assim, não é um terceiro mediador dos interesses conflituosos “inerentes” à sociedade, mas um aparato jurídico e político saneador das tendências de crise do capital, voltado a intervir, em última instância, sempre a favor da continuidade da dominação e subordinação da classe trabalhadora. O referido autor não é oriundo da TRS, mas traz uma definição de Estado que compreende a categoria da totalidade e as mediações entre as unidades diversas que podem contribuir para o entendimento de que o Estado capitalista não é alheio às lutas de classes, tampouco é uma ferramenta favorável à classe trabalhadora, ainda que existam ganhos jurídicos formais, estes ocorrem pelo esgarçamento do tecido social quando das disputas de condições de vida (Mészáros, 2011; Bhattacharya, 2023).

No contexto d’**O Conto da Aia**, a justificativa para o controle da natalidade, com um viés conservador, assegurou um consenso social, legitimando a conquista dos Filhos de Jacob sobre o controle dos aparelhos de Estado. A utilização destes para mediação e transformação da vida, com a alteração da forma política estatal, pode parecer ter estabelecido uma estrutura social diferente da anterior, mas a sua base material permaneceu a mesma.

Nas *Notas Históricas...*, apêndice do livro, o professor Pieixoto, na tentativa de descobrir a autenticidade do relatado pela Aia, analisou possíveis candidatos para o Comandante Fred: Frederick R. Waterford e B. Frederick Judd, ambos participaram da instituição da filosofia e estruturação social de *Gilead*, nos ultrassecretos Laboratórios de Ideias dos Filhos de Jacob (Atwood, 2017a, p. 359). O primeiro foi considerado como o mais provável Comandante Fred, descrito como um homem engenhoso e criativo:

[Professor Pieixoto] Waterford tinha uma formação e passado de trabalho em pesquisa de mercado, e foi, de acordo com Limpkin, responsável pelo

design das indumentárias femininas e pela sugestão de que as Aias usassem vermelho (...). (Atwood, 2017a, p. 360).

Essa descrição coaduna com as conversas que *Offred* se referiu, durante a narrativa, quando passou a ser convidada pelo Comandante para encontros no escritório dele. A partir desse momento, a Aia conseguiu acesso a conversas informais, jogos, leitura e, posteriormente, à Casa de Jezebel.

O comércio ilegal também foi descrito por *Offred*, ainda que ela não soubesse como as trocas se davam. Esses momentos se tornaram espaços de acesso da personagem ao proibido, demonstrando que as restrições impostas eram, na verdade, permitidas àqueles que detinham o poder político e econômico, mesmo no caso das Esposas dos Comandantes, que possuíam privilégios como acesso ao comércio ilegal, às bebidas alcoólicas, poderiam encontrar outras Esposas de Comandantes para tomar chá. Para a consolidação da hierarquia entre os homens, a posição incluía também o seu maior ou menor acesso a bens, serviços e mulheres. Inclusive, havia uma graduação interna entre os próprios Comandantes, mencionada por *Offred* quando a Aia do Comandante Warren, Janine, consegue dar à luz ao bebê Angela. Nesse momento também, a narradora nos apresenta a casa deste outro Comandante, que parece ter uma posição política maior que a do Comandante Fred: “Enquanto estou subindo a escadaria, degraus largos com um vaso de pedra de cada lado, o Comandante de Ofwarren deve ser de status mais alto do que o nosso [...]” (Atwood, 2017a, p. 139).

Os Guardiões, massa de trabalhadores do governo, não poderiam entrar em contato com as mulheres até serem promovidos (Tolan, 2005, p. 153). Eles serviam tanto ao patrulhamento nos postos de passagens, como prestadores de serviços para os Comandantes, como motoristas e acompanhantes das suas Esposas. Foi descrito por *Offred* o uso de uniformes na cor verde e boina.

Atrás da barreira, esperando por nós na passagem estreita do portão, estão dois homens, com os uniformes verdes dos Guardiões da Fé, com o escudo de armas nos ombros e nas boinas: duas espadas cruzadas, acima de um triângulo branco. Os Guardiões não são soldados de verdade. São usados no policiamento de rotina e em outras funções sem importância, cavar o jardim da Esposa do Comandante, por exemplo, e ou são burros ou mais velhos ou incapacitados ou muito jovens, exceto pelos que são Olhos ocultos. (Atwood, 2017a, p. 30-31).

Os Guardiões, aparecem, assim, como protetores e sentinelas, principalmente assegurando os postos de passagem, e quando promovidos tornariam-se Anjos, estes descritos

como o conjunto de homens à serviço dos confrontos armados com a resistência e outros países, eles se qualificavam para casar e, caso sua esposa fosse infértil, poderiam lhes ser disponibilizadas Aias (Atwood, 2017a, p. 33 e 263). Não há expressamente descrito no livro a possibilidade de ascensão dos Anjos a Comandante ou uniforme com cor específica para eles.

Os Olhos faziam parte do policiamento secreto *gileadiano* criado para vigilância e eliminação de possíveis grupos contrários ao governo. Eles tinham livre circulação no distrito, podendo passar por postos de controle sem precisarem ser identificados (Atwood, 2017a, p. 33), e poderiam estar disfarçados em todas as demais funções com a finalidade de descobrir os planos dos refratários, era um conjunto armado mantido pelo poder político *gileadiano* para desagregação dos dissidentes e contrários ao governo. Até os Comandantes poderiam vir a sofrer consequências graves caso fossem considerados inimigos políticos.

A todo momento, no decorrer d'**O Conto da Aia**, *Offred* revelava um medo subjacente de ser denunciada, mesmo quando não havia motivos contrários a ela. Isso porque, em *Gilead*, houve um afastamento dos procedimentos legais de direito, como o devido processo legal, qualquer denúncia poderia levar as pessoas a um julgamento sigiloso, cujo resultado era apresentado no Muro, lugar de disposição dos indivíduos mortos pelo governo. Esse disciplinamento a partir do medo pode ser pensado enquanto atravessado por um aparato ideológico dominante, com uso massivo de força coercitiva, no intuito de manutenção das condições necessárias para as condições de produção e reprodução societal. Não se sabia quem eram os Olhos, por isso qualquer um poderia sê-lo. A única apresentação conhecida era o uso de uma van de cor preta, usada para extrair o elemento subversivo de forma violenta da sociedade.

[*Offred*] Quando as camionetes pretas chegam a um posto de controle, são recebidas com acenos para passar direto sem nenhuma pausa. Os Guardiões não queriam correr o risco de olhar para dentro, de revistá-las, de duvidar das autoridades delas. Não importa o que pensem (Atwood, 2017, p. 33).

A cor das roupas que diferenciam cada função eram utilizadas com o propósito de acentuar a identificação das mulheres: Aias em vermelho, Marthas em verde escuro, Esposas em azul e Tias em bordô. Para além das interpretações sobre a representação do vermelho, a cor era destacável em eventual fuga. Os próprios passeios das Aias eram tomados em duplas,

[*Offred*] Supostamente isso é para nossa proteção, embora a ideia seja absurda: já somos bem protegidas. A verdade é que ela é minha espiã, como eu sou a dela. Se alguma de nós duas escapulir da rede por causa de alguma

coisa que aconteça em uma de nossas caminhadas diárias, a outra será responsável. (Atwood, 2017a, p. 29).

Ao justificar o uso das cores para identificação, Margaret Atwood esclareceu em entrevista dada à Jeniffer Vineyard, disponibilizada pela **Folha de São Paulo** em 2017, que no Canadá o vermelho foi usado como roupa dos prisioneiros de guerra, pois se destacava na neve. Ainda, a autora aduziu que a iconografia cristã renascentista utilizava, geralmente, os trajes azuis para a Virgem Maria e o vermelho para a Maria Madalena (Vineyard, 2017, n.p.).

Organizar pessoas de acordo com o que elas vestem é uma vocação humana muito, muito antiga, diz Atwood. Data do primeiro código legal conhecido, o Código de Hamurabi, que dispunha, por exemplo, que apenas damas aristocráticas tinham o direito de usar véus. Se uma escrava fosse apanhada usando um véu, a pena era de morte. Usar o véu significava fingir ser quem ela não era. (Vineyard, 2017, n.p.).

Under His eyes, ou “sob os olhos Dele”, era uma das formas de saudação utilizada pelas pessoas em *Gilead*, que tem um duplo aspecto: concebida enquanto pessoas sobre os olhos de um Deus onisciente e onipresente; por outro lado, se se pensar como foi construída a força policial destacada, pode-se perceber que a significação perpassa também por um sentido de “sob os Olhos dele”, ou seja, sob os Olhos do Estado/Comandante.

Esse tema tem especial atenção na construção de obras distópicas, uma de suas características marcantes é a existência de um governo autoritário, controlador e opressor, sendo atribuído um caráter violento contra os dissidentes, essa vigilância constante une-se a necessidade de manter-se latente o medo e tensão nas pessoas para que aceitem as condições estabelecidas e não existam insurreições contra o regime.

N’O **Conto da Aia**, antes mesmo do período de tensão social, *Offred* apontou indícios de um movimento conservador que se fazia constante. Ao recordar o rosto da Esposa do Comandante Fred, Serena Joy, a narradora percebeu que ela foi uma das vozes conservadoras marcantes de uma geração, inicialmente com um programa de músicas religiosas na televisão quando a Aia tinha em torno de 8 a 9 anos (Atwood, 2017a, p. 26), e posteriormente, ambas já mais velhas, Serena Joy reapareceu como propagadora de discursos morais no jornal noturno de sua cidade:

[*Offred*] Seus discursos [de Serena Joy] eram sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesmo não ficava, em vez disso, Serena Joy fazia discursos, mas apresentava essa falha como um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos. (...) Luke e eu

costumávamos vê-la, de vez em quando, no último jornal da noite na televisão. De roupão e tomando drink antes de deitar. Observávamos seu cabelo duro de laquê e sua histeria, e as lágrimas que ela ainda conseguia produzir sempre que queria, e o rímel tingindo de negro suas faces. Àquela altura estava usando mais maquiagem. Achávamos que era engraçada. Ou Luke achava que era engraçada. Eu apenas fingia que achava. Na verdade ela era um pouco assustadora. Estava falando sério (Atwood, 2017a, p. 58).

Ainda como exemplo, houve o cancelamento do festival Humphrey Bogart, com Lauren Bacall ou Katherine Hepburn, do qual lembrou *Offred*, “Elas usavam blusas com botões abotoados na frente que sugeriam as possibilidades da palavra desabotoar, desatar” (Atwood, 2017a, p. 36). E quando estudante na universidade de *Harvard*, *Offred* mencionou a percepção de uma separação dos dormitórios entre homens e mulheres: “Aquele dormitório outrora tinha sido misto (...). Mas na época em que cheguei lá tinham posto homens e mulheres de volta como era antes” (Atwood, 2017a, p. 72). Existiu, então, um conjunto de ações com base em uma moralidade que ganhou visibilidade no momento em que a diminuição da fertilidade foi compreendida como um problema para a humanidade. No contexto do romance distópico, há uma maior preocupação estatal para a reposição geracional da classe dominante, em que pese que para a manutenção das condições de produção ser essencial a reprodução da classe trabalhadora. Conforme apontam as histórias reais utilizadas pela autora como base para o romance, qual seja, a ditadura militar Argentina (1976 e 1983) e o nazi-fascismo itálo-germanico (1917-1945), em momentos de austeridade há a realocação de crianças às famílias de militares, políticos ou de pessoas que apoiam o governo. Parece-me que essa estratégia tem o cunho voltado a, de um lado, diminuição da sociabilidade de pessoas contrárias ao regime, ao deslocar a educação dessas pessoas de acordo com os preceitos de famílias que apoiam ou são apoiadas pelo governo autoritário, e, de outro, de manutenção dessas próprias famílias, já que em tempos de guerra há a diminuição da natalidade e risco imane de falecimento, mesmo nas famílias “ricas” ou “de poder”, necessário, portanto, garantir herdeiros/as para continuidade do patrimônio. Entendo, assim, que ambas as estratégias foram utilizadas na organização social do romance.

Para a autora Nancy Fraser (2023) o capitalismo apresentou três ciclos distintos no decorrer do seu desenvolvimento e em cada ciclo houve uma alteração da forma de organização das suas condições socio-reprodutivas. O primeiro é chamado pela autora de “capitalismo competitivo liberal do século XIX”, em que havia a exploração industrial na Europa com expropriação de terras e exploração de mão-de-obra nas colônias do Sul Global. Nos países europeus, o trabalho na indústria sujeitava mulheres e crianças, o que apontava

uma certa “autonomia” em relação à reprodução social dos/as trabalhadores/as, ainda que existissem para as mulheres de classe média e burguesa uma diferenciação de tratamento baseada na era vitoriana.

O resultado foi uma crise em pelo menos dois níveis: uma crise de reprodução social entre os pobres e as classes trabalhadoras, cujas capacidades de sustento de reposição foram esticadas até o ponto de ruptura, e uma crise de pânico moral entre as classes médias, que ficaram escandalizadas com o que elas entendiam como a “destruição da família” e a “dessexualização” das mulheres proletárias. (...) Mas o que de fato aconteceu foi exatamente o contrário: com o tempo, as sociedades capitalistas encontraram recursos para gerenciar essa contradição, e parte da solução foi criar “a família” em sua nova forma moderna e restrita, inventando novos significados intensificados de diferença de gênero e modernizando a dominação masculina (Fraser, 2023, p. 53).

O segundo regime é chamado pela autora de “capitalismo gerenciado pelo Estado do século XX”, que engloba o período entre as duas Grandes Guerras, o aumento da produção industrial e consumo doméstico, nesse regime do capitalismo, o Estado passa a ser um provedor e financiador de benfeitorias em prol da sociedade, com investimentos em distribuição de renda e políticas públicas para acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, alimentação, seguridade social, que recebe o nome na Europa de Estado de Bem-Estar Social e, nos EUA, fica conhecido como *New Deal*.

O terceiro regime inicia-se na década de 1970-80, chamado pela autora de “capitalismo financeiro globalizado”, ou neoliberalismo, que agregou ao seu projeto econômico de austeridade pautas progressistas de reconhecimento e diversidade. O projeto do “neoliberalismo progressista”¹⁶, conforme denomina a autora em outro texto (Fraser, 2022, p. 40), inicia-se nos EUA com o governo de Ronald Reagan e se consolida através de Bill Clinton (1993-2001), nos quais medidas são tomadas para a financeirização do mercado, diminuição da atuação do Estado na sociedade, desregulamentação bancária, enfraquecimento de sindicatos e difusão de trabalhos precários, além da flexibilização das legislações trabalhistas, em contraponto a um reconhecimento de parcela das demandas dos movimentos sociais a partir da forma-jurídica.

¹⁶ O neoliberalismo progressista não exclui automaticamente o neoliberalismo autoritário, ou exclui disputas e negociações na inclusão de direitos de grupos sociais marginalizados nos institutos jurídicos formais. A abordagem aqui aponta apenas para caracterização de aspectos semelhantes em ciclos, destacando o movimento do capitalismo de mudanças na reprodução societal.

O terceiro regime é o capitalismo financeiro globalizado da era atual. Esse regime transferiu a manufatura para regiões de baixos salários, recrutou mulheres para a força de trabalho remunerado e promoveu o desinvestimento estatal e corporativo do bem-estar social. (...) O resultado, em meio à crescente desigualdade, é uma organização dualizada de reprodução social, mercantilizada para quem pode pagar, e privada para quem não pode – tudo encoberto pelo ideal ainda mais moderno da “família de dois assalariados” (Fraser, 2023, p. 52).

Essa parece ter sido a configuração da família de *Offred* no período pré-*Gilead*, em que ambos partícipes do casal trabalhavam para sustentar o lar, que foi reorganizada com a tomada do poder político pelos Filhos de Jacob. Além da existência de uma economia financeirizada, com acesso a forma-dinheiro por meio de contas virtualizadas, o que demonstra uma tecnologia pós Grandes Guerras, e formação de uma classe média com maior participação das mulheres cis brancas nas universidades e mercado de trabalho.

Ao refletir sobre a escrita do livro, Margaret Atwood apontou, no artigo para **The Guardian**, que um dos caminhos para o estabelecimento de uma ditadura nos EUA perpassaria pelo retorno a um puritanismo do século XVII (Atwood, 2012). Entendo, a partir desta pesquisa, que a ideia de “retorno” a um período anterior no enredo, em decorrência do uso do Estado e da religião para organizar a sociedade, não é uma realocação temporal de um período puritano estadunidense do século XVII, mas um movimento de resgate de justificativas morais, mas que tem por base o capitalismo neoliberal. A consolidação do sistema socioeconômico capitalista respondeu a crise ambiental e queda das taxas de natalidade alterando a sua forma de reprodução social e societal. A resposta de uma extrema direita religiosa *gileadiana* não está fora do capitalismo ou mesmo longe - no século XVII -, por mais violenta que ela possa parecer, só é possível pensá-la, em verdade, a partir desse sistema socioeconômico.

1.3 As mulheres em *Gilead*

O capitalismo, ao apropriar-se do trabalho de reprodução social como uma dimensão fundamental para sua manutenção e reprodução societal, consolidou a hierarquização entre gêneros, relegando os papéis sociais das mulheres às funções de suporte à força de trabalho “masculina”. Dessa forma, a opressão das mulheres também se revela pela organização patriarcal do trabalho, a divisão social do trabalho converge também os sentidos dados ao gênero e sexualidade, de modo que as mulheres foram historicamente inseridas em uma

posição subordinada dentro das classes sociais - com maior ou menor acesso a algum tipo de trabalho, bens de consumo e meios de sobrevivência.

No enredo de **O Conto da Aia** essa dinâmica se manifesta de forma extrema, pois o regime de *Gilead* regulamenta jurídico-formalmente a hierarquização das mulheres dentro de um sistema rigidamente estratificado, atribuindo-lhes funções específicas conforme sua utilidade para a reprodução societal e a manutenção da ordem social. As Aias, enquanto propriedade do Estado, representam a instrumentalização máxima do corpo feminino para a procriação. Já as Esposas e as Martas, apesar de ocuparem posições distintas, continuam dentro da lógica de subordinação, que define suas atribuições e restringe sua liberdade. Assim, a estrutura social de *Gilead* evidencia de maneira brutal a perspectiva generificada das classes sociais, revelando como a dominação das mulheres não é um fenômeno isolado, mas constitutivo do próprio modo de produção e essencial para a reprodução das relações de poder.

As primeiras medidas tomadas pelo Estado *gileadiano* foram para destituir as mulheres das condições necessárias para sua subsistência de forma “livre” e “independente”. Vinculando sua capacidade econômica a de parentes homens – quando bloqueado o uso de suas contas pessoais e vinculando ao parente homem mais próximo; fechamento das fronteiras, e regulamentando seus trabalhos. Apesar de recorrer ao caráter biológico, a divisão do trabalho das mulheres não foi baseada apenas por uma cisão entre fertilidade-infertilidade, isso porque subsistia um caráter não-biológico na estruturação das atividades desempenhadas pelas mulheres em *Gilead*, como por exemplo o serviço prestados pelas Marthas. Assim, em verdade, era preciso que as mulheres fossem úteis à manutenção de *Gilead*.

Havia uma contraditória proteção à família cisheteronormativa e monogâmica, em que as Esposas dos Comandantes serviriam para o cuidado do lar, em sentido amplo, gestação e educação dos/as filhos/as. Como nem todas poderiam concebê-los, foi preciso que existisse um grupo de mulheres atestadas como férteis para propiciar os/as filhos/as do casal, redistribuindo-se a atribuição de procriação para as Aias, legitimando uma poligamia serial, conforme descreveu a personagem do professor Pieixoto no apêndice do livro (Atwood, 2017a, p. 358).

A sujeição das Aias foi central à constituição do próprio Estado *gileadiano*, uma vez que eram elas que seriam utilizadas como um grupo de mulheres voltadas à reposição geracional da classe dominante, organizadas pelas Tias. Luana Krüger e Eduardo Marks de Marques consideram que as Aias eram uma “propriedade” do governo, partindo do

entendimento da “desumanização” das mulheres, principalmente pensando a retirada do nome e uso do prefixo *of* (de):

As Aias, portanto, são uma propriedade do governo e possuem importância somente por sua capacidade biológica. O não-nome (somente determinação de pertencimento a um comandante) e a não identidade desumaniza essas mulheres e coloca-as em um espaço de não-existência (Kruger; Marques, 2018, p. 517).

Apesar de entender que havia um controle das Aias por parte do governo *gileadino*, e perceber uma alteração significativa da subjetivação de um indivíduo a partir da troca de nome, uma vez que configura-se enquanto uma opressão; ao contrário do trecho transcrito acima, entende-se que esse espaço não seja de “não-existência”, uma vez que o indivíduo é um composto orgânico e não um objeto, mesmo que aparentemente seja tratado enquanto uma “coisa”, essa significação é constituída por e pela reificação do ser humano a partir da alienação do trabalho.

De acordo com leituras dos escritos de Karl Marx (2013 [1867]) e Tithi Bathacharya (2023), é possível entender que existe uma contradição inerente no capitalismo entre trabalho-capital, que sujeita indivíduos despossuídos a uma vinculação ao assalariamento sob uma perspectiva de liberdade formal. Em um capitalismo cada vez mais global, os insumos mais básicos para a subsistência só podem ser alcançados a partir do dinheiro, sendo a maneira, para os destituídos dos meios de produção, consegui-lo por meio da venda da força de trabalho - que pode garantir, a depender da época e divisão social do trabalho, maior ou menor grau de acesso a mercadorias. Essa venda da força de trabalho aliena o indivíduo não apenas na relação entre o/a produtor/a e seu/sua produto, mas configura-se também nas relações desse/dessa trabalhador/a com outros/as trabalhadores/as, família, afetos, sua própria autoconsciência etc.

Um dos motivos para a adesão ao trabalho assalariado pode ser considerado aquilo que Marx (2013 [1867]) denomina de acumulação primitiva, diversos mecanismos, como o de retirada de acesso a terras comuns, que a classe burguesa, em formação na Europa, encontrou para conduzir, por meio de violências, pessoas para uma limitação de acesso aos bens de subsistência. Alan Sears (2023) afirma, com base nos estudos de Silvia Frederici, que a expropriação dos meios de subsistência são renovados periodicamente no desenvolvimento do capitalismo, garantido a condição de subsunção do trabalho ao capital – por mais que exista resistência.

O processo de desapropriação deve, portanto, estar em curso para restabelecer o controle efetivo dos meios de produção por aqueles que os possuem formalmente. A desposseção está, portanto, conectada à contínua contestação e resistência (Sears, 2023, p. 281).

As medidas tomadas pelo Estado *gileadiano* serviram para destituir as mulheres de recursos psicológicos e financeiros, restrição dos direitos de liberdade de locomoção, com o intuito de sujeitá-las a uma organização social baseada em uma moral conservadora sobre a sexualidade e controle reprodutivo, justificada pela proteção à espécie. Nesse sentido, foram criados “cargos” ou funções específicas para elas com base na fragmentação do trabalho de reprodução social, em especial, garantindo uma comodidade para a classe dominante.

Para composição do grupo das Aias foi utilizado o texto bíblico de Gênesis, 30:1-3. Neste, há o emprego da palavra “serva” para denominar Bilha, criada que Raquel oferece ao marido Jacob para engravidar em seu lugar. Essa cena bíblica era literalmente repetida nas Cerimônias mensais para fecundação, quando a Aia era inserida entre o Comandante e a sua Esposa com o propósito de concepção. Na versão em inglês da Bíblia há o uso de dois termos para descrever Bilha: *maid* e *handmaid*. Este último foi o adotado por Margaret Atwood no texto original do enredo distópico, usado tanto no título do livro, *The Handmaid's Tale*, quanto para denominar esse grupo de mulheres (Atwood, 2017b).

Acima de mim, em direção à cabeceira da cama, Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sob sua barriga [...]. Meus braços estão levantados; ela segura a minhas mãos [...]. Isso deveria significar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. O que realmente significa é que ela está no controle do processo e portanto do produto. Se houver algum. [...] Minha saia vermelha é puxada para cima da cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo (Atwood, 2017a, p. 114-115).

Neste trecho em específico, há uma visão muito clara de *Offred*, que se repetiu em outros momentos, de reconhecimento da distribuição de sua função em razão da utilidade para o Estado. Via-se a si mesma como um “útero ambulante” (Atwood, 2017a, p. 177), uma utilidade em uma sociedade sem desperdício (Atwood, 2017a, p. 15), e a possibilidade de uma criança como produto natural de sua atividade.

O Comandante considerando sua Esposa infértil, em decorrência da idade ou por não conseguir engravidar, poderia requerer uma Aia do Centro Vermelho, ou Centro Raquel e Lia - Raquel e Lia eram as esposas de Jacob conforme trazido no livro de Gênesis, capítulo 30, da

Bíblia - lugar de treinamento das Aias e organizado pelas Tias, para ser o útero gestador do seu/sua descendente. O sexo permitido apenas para procriação ocorria por meio da cerimônia mensal, com participação do Comandante, sua Esposa e Aia, conforme anteriormente citado.

As Aias poderiam ser trocadas entre os lares por até três vezes em um período de dois anos, caso em que atingindo a idade infértil ou não engravidando durante o período, ela seria enviada a uma das Colônias. Em caso frutífero, ou seja, conseguindo engravidar, após os dois anos de serviço elas estariam supostamente livres, não se tornariam uma Não-Mulher, não seriam enviadas às Colônias, inexistindo no texto qual seria o destino daquelas que conseguiram ter filhos/as.

[*Offred*] Janine terá permissão para amamentar o bebê, durante alguns meses, elas [Esposa e Tias] acreditam em leite materno. Depois será transferida [para outro Comandante], para ver se consegue fazer de novo, com alguma outra pessoa que precise de ajuda. Mas nunca será mandada para as Colônias, nunca será declarada uma não mulher. Essa é sua recompensa. (Atwood, 2017a, p. 154).

Necessário destacar a importância atribuída por Margaret Atwood a gestação e parto como um trabalho desempenhado por mulheres para um fim específico. No contexto do romance distópico, foram essenciais para a conservação das famílias dos políticos e militares. Gabriela Barbosa argumenta que o enredo é uma “colcha de retalhos” de acontecimentos reais, e em relação à gestação e roubo de crianças, aponta como principais fontes históricas: a) o programa de reprodução do regime nazista alemão, *Lebensborn*, cujo propósito era incentivar a procriação de crianças da “raça ariana”, principalmente entre os oficiais alemães; e b) o rapto de crianças ocorrido na ditadura Argentina, “onde mais de 500 bebês, filhos de militantes da esquerda, foram sequestrados e adotados por apoiadores do regime”(Barbosa, [s.d]).

Outra atividade que foi retirada da Esposa do Comandante foi o trabalho doméstico, a despeito de ser sua responsabilidade qualquer intercorrência dentro da casa, quem realmente realizava esse trabalho eram as Marthas, mulheres mais velhas, inférteis e que não se casaram. Quanto maior o número de Marthas na casa do Comandante, maior seu poder político e econômico.

As Esposas, Aias e Marthas, assim, estavam vinculadas ao Comandante por ser ele o representante da casa, e se encontravam no vínculo de trabalho de reprodução social: as Aias, quanto à gestação; as Marthas no serviço doméstico; as Esposas no comando da casa e encarregadas formalmente da criação dos/as filhos/as.

[*Offred*] [...] É difícil imaginá-la [Serena Joy] com um bebê. Mas em grande medida as Marthas é que cuidariam dele. Contudo ela gostaria de me ver grávida, afinal terminada e relegada ao meu canto, e fora do caminho, sem mais humilhantes entrelaçamentos de corpos suarentos, sem mais triângulos de carne sob seu dossel estrelado de flores prateadas. (Atwood, 2017a, p. 243).

Havia também um fator econômico na estruturação organizada pelos Filhos de Jacob, uma vez que as mulheres dos trabalhadores concentravam todo o trabalho de reprodução social, as chamadas Econoesposas:

As Econoesposas são mulheres dos homens pobres que, devida a sua limitação de classe, devem cumprir sozinhas o papel de cuidado da família e do marido, e são responsáveis pelo trabalho doméstico, ficando claro que o fator econômico interfere na maneira em que as relações sociais são pautadas e na forma em que ela será explorada pelo modelo patriarcal. (Nascimento, 2019, n.p).

Na estrutura desenvolvida para as mulheres *gileadianas*, existiam ainda as Tias, que eram destinadas ao treinamento das Aias no Centro Vermelho, detinham uma parcela de poder político delegada pelo Estado, ou seja, mulheres cooptadas para serem representantes do governo, tendo com isso acesso a certos saberes políticos, litúrgicos, ritualísticos e à violência, como o uso de armas para disciplinamento: “tinham agulhões elétricos de tocar gado suspensos por tiras de seus cintos de couro” (Atwood, 2017a, p. 12).

[*Offred*] [...] batendo em nossas costas ou pés ou nádegas ou braços de leve, apenas um peteleco, uma pancadinha, com sua vareta de madeira, se curvamos ou afrouxamos a postura. Ela queria nossas cabeças inclinadas exatamente de maneira certa, os dedos dos pés unidos e em ponta, os cotovelos no ângulo correto. Parte de seu interesse nisso era estético: ela gostava da visão certa. [...] Mas conhecia também o valor espiritual da rigidez corporal, do esforço muscular: um pouquinho de dor limpa a mente, dizia (Atwood, 2017a, p. 232).

Oficialmente houve uma regulamentação para proibição do trabalho assalariado das mulheres, contudo, quando já instaurado o regime *gileadiano*, observo que essa proibição passa a ser mero discurso, uma vez que houve, na verdade, uma redistribuição das funções de atividades vinculadas à reprodução social, demonstrando uma divisão sexual do trabalho patriarcal. De outra forma, a separação entre trabalho público (fora de casa) e privado (doméstico) não alcançou as Tias, por exemplo, com seu trabalho administrativo e educativo

das Aias, nem o trabalho doméstico das Marthas, ainda que não existisse menção expressa ao assalariamento nessas duas estratificações, elas trabalhavam fora de suas residências.

Tia Lydia vai ser uma personagem recorrente na história, por ter sido porta-voz dos discursos de disciplinamento, foi constantemente lembrada como um contraponto moral para as ações de *Offred*. Em outros momentos, Moira, amiga de *Offred* no período anterior a instauração do governo autoritário, com sua atitude mais questionadora, era evocada na consciência da narradora. Havia, portanto, um conflito entre a moralidade incutida no Centro Vermelho por Tia Lydia, e a liberdade desfrutada no período pré-*Gilead* trazida na consciência da narradora por um conflito entre Tia Lydia e Moira. Em determinadas situações, *Offred* lembrava como Tia Lydia encararia sua atitude, em outras, retomava a voz rebelde de Moira.

Nas *Notas históricas...* o professor Pieixoto explicou que a melhor forma de controlar as mulheres seria por meio das próprias mulheres. As Tias foram destacadas entre aquelas dispostas a servir, nos dizeres dele, por uma crença genuína aos valores tradicionais ou pelos benefícios a serem adquiridos com a posição. Por outro lado, o próprio professor assevera que existiria um induzimento negativo: o embarque às Colônias (Atwood, 2017a, p. 362), contrariando suas afirmações anteriores.

As mulheres contrárias aos ideais ao governo *gilediano* em razão da sexualidade ou gênero consideradas dissidentes ou por serem transgressoras (não aceitarem as condições impostas) eram designadas enquanto Não-mulheres e enviadas para as Colônias para trabalho forçado de limpeza de áreas tóxicas ou para a agricultura.

[Moira] São mulheres idosas, aposto que você andou se perguntando por que não tem visto mais muitas delas circulando, e Camareiras que estragaram suas três oportunidades, e incorrigíveis como eu. Descartáveis, todas nós. São estéreis, é claro. Se ainda não forem para começar, ficam, depois de terem passado algum tempo por lá. Quando eles não têm certeza, fazem uma pequena operação em você, de modo que não haja nenhum erro (Atwood, 2017a, p. 295).

Daniel Puglia e Aline Gevezier Bonezi mencionam que as Colônias fazem uma alusão ao período colonial, criando um paralelo entre exploração do trabalho forçado, pelos países do Norte Global, dos povos colonizados do Sul Global (Puglia; Bonezi, 2020, p. 39). De outro ponto, sabendo que o regime nazi-fascista foi uma referência utilizada por Margaret Atwood no romance distópico, Ana Carolina Pessoa Holanda e Rafael Marcílio Xerez (2020) apontam que as Colônias podem ser associadas enquanto campos de concentração,

As “não mulheres” são idosas, jovens que não conseguiram ser convertidas ao novo regime ou aias que não conseguiram reproduzir, e que, por não terem mais utilidade ao Estado, são enviadas para campos de concentração, nos quais trabalham de modo exaustivo e integral com a agricultura ou com a limpeza de lixos tóxicos, possuindo nestes uma estimativa de vida máxima de três anos. (Holanda; Xerez, 2020, p. 3).

As Colônias podem ter resolvido, assim, tanto a falta de mão de obra para a limpeza dos campos tóxicos e produção agrícola, como serviam ao propósito de dominação e opressão das mulheres pelo medo, fazendo-as se sujeitar a uma suposta escolha por manterem-se nas funções a elas impostas. Demonstram também que as mulheres eram ao mesmo tempo consideradas valiosas, por serem as pessoas pelas quais era possível a reposição geracional da classe dominante, mas, ao mesmo tempo e ao contrário, eram descartáveis quando não pudessem assumir esse tipo de trabalho, sendo usado o trabalho em campos tóxicos como forma de subordinação às mulheres sujeitarem-se a qualquer outra função estabelecida pelos Filhos de Jacob.

Nesse sentido, para Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2019), conforme afirmaram no minicurso sobre a Teoria da Reprodução Social ministrado na Universidade Federal Fluminense, mesmo sendo o capitalismo o sistema de produção constante desde o século XVIII, e a partir da década de 1970, ter sido desencadeada uma ampliação dessa forma de produção de modo global, persistem conjuntamente maneiras de produzir mercadorias consideradas superadas como a escravização e a servidão, servindo ambas ao propósito da reprodução societal, principalmente na composição do exército industrial de reserva.

Pensando ainda a composição das Não-mulheres, quando *Offred* passou a frequentar o escritório do Comandante Fred, ela soube (e nos apresentou) da existência da Casa de Jezebel, lugar em que as Não-mulheres também poderiam ser enviadas, sendo permitido nele o sexo sem fins de procriação, ingestão de bebidas e uso de nicotina, todos proibidos oficialmente. “O clube”, como os Comandantes o chamavam (Atwood, 2017a, p. 281), era assemelhado a um prostíbulo, justificado como necessário à natureza do homem e importante para os negócios:

[Comandante Fred]- É apenas para oficiais – diz ele. – De todas as áreas e para funcionários mais graduados. E delegações comerciais, é claro. Estimula o comércio. É um bom lugar para conhecer pessoas. É praticamente impossível fazer negócios sem isso. Tentamos proporcionar algo no mínimo tão bom quanto podem encontrar em outros lugares. [...] Bem, algumas delas são profissionais de verdade. Garotas de programa – ele ri – do tempo de

antes. Não podiam ser assimiladas; de qualquer maneira, a maioria prefere estar aqui. (Atwood, 2017a, p. 282).

No texto bíblico, Jezebel foi esposa de Acabe (Bíblia, Reis, 1, 16), descrita como a pessoa responsável pelo abandono da fé em Israel, uma vez que idolatrava o deus pagão Baal, construindo-lhe um templo. Assim, as pessoas chamadas de Jezebéis, a partir de uma interpretação bíblica, seriam mulheres pagãs e/ou com “liberdade sexual”, ou seja, mulheres que usam a atividade sexual para fins não reprodutivos (se há liberdade ou não dependerá de como as relações sociais se organizam em determinado país e tempo histórico).

Laís Fritzen compreende uma diferenciação entre as traduções dada ao grupo denominado “Não-mulheres”. Diz a pesquisadora que na tradução feita por Ana Deiró, do original em inglês *Unwomen*, percebeu um entendimento do discurso de negação do sujeito constituído socialmente enquanto mulher, diferente do sentido dado pela primeira versão em português da editora Marco Zero, ao usar o termo “anti-mulheres”, quando do uso do prefixo *anti* poderia gerar a ideia de “lado oposto” ou “ao contrário”(Fritzen, 2018, p. 56). Sendo as mulheres um recurso para *Gilead*, o envio aos campos tóxicos e de agricultura se justificaria ao retirar, a partir do prefixo “não”, a sua posição enquanto mulher.

Importante destacar que o termo “Não-mulheres” apareceu também na década de 1980 em estudos protagonizados pelo feminismo lésbico. Cinzia Arruzza (2019), ao tentar estruturar as associações entre as pautas femininas e as pautas de classe, afirma a existência de correntes dentro do feminismo da segunda onda, a partir da década 1970, que passaram a abordar os temas de reprodução e sexualidade referenciando conceitos da psicanálise, trabalhando com a figura edipiana de Freud ou o poder simbólico do falo de Lacan. Esta perspectiva acabou por gerar uma lógica binária para caracterizar homens e mulheres em conceitos que consideram a oposição, os antagonismos ou os espelhos um do outro. Cinzia Arruzza menciona a autora Monique Wittig (**Pensamento Heterossexual e outros ensaios**, 1992) como contestadora de uma conceituação a partir de um padrão cisheteronormativo, e que passa a usar a expressão “Não-mulheres” para conceituar as mulheres lésbicas, que estão fora do antagonismo homem-mulher, pensando, assim, outra maneira de entender as identidades de gênero e de sexualidade.

Essa lógica binária da diferença foi contestada na década de 1980 pelo feminismo lésbico. (...) De fato, mulheres e homens representam duas classes antagônicas e a heterossexualidade é uma norma estabelecida para sustentar essa divisão em classes sexuais, reproduzindo as condições de

exploração das mulheres. Nesse sentido, lésbicas não são mulheres porque rompem com o contrato heterossexual, são fugitivas da classe para a qual foram designadas. Elas são, portanto, “não-mulheres” e tal condição abre caminho para a libertação de todas as demais mulheres (Arruzza, 2019, p. 115).

N’**O Conto da Aia**, compreendo que o estabelecimento de um grupo chamado de “Não-mulheres” foi a forma encontrada para uma negação do aspecto biológico justificador para a divisão sexual do trabalho regulamentada em *Gilead*, e por isso, a possibilidade de exploração da força de trabalho dessas mulheres nos campos de agricultura e limpeza dos campos tóxicos. O que contradiz a própria justificativa, já que ao inserir o prefixo “não”, os Filhos de Jacob acabam por atestar que os papéis de gênero são construídos socialmente, caracterizando homens e mulheres para além do biológico.

O uso da abordagem da TRS nesta pesquisa mostra que as opressões de gênero, raciais, de sexualidade e territorialidade estão co-constituídas à exploração da força de trabalho, a partir de uma constante expropriação e de estabelecimento de relações desiguais de poder (Sears, 2023). Tithi Bhattacharya (2019b; 2023; Sears, 2023), propõe o desenvolvimento de uma cartografia - no sentido de assimilação das partes e suas relações para construção de uma totalidade-, para compreender os encadeamentos que levam a construção dessas relações desiguais que desembocam nos (e são defrontadas pelos) limites do sistema socioeconômico capitalista, assim como na sociedade de *Gilead*.

A estrutura social de *Gilead*, longe de ser uma ruptura radical, reflete e intensifica dinâmicas já presentes nas sociedades contemporâneas. A divisão do trabalho, especialmente o trabalho de reprodução social, opera dentro de uma lógica que combina opressão e dominação para manutenção do sociometabolismo do capital. O enredo d’**O Conto da Aia** revela como a dominação das mulheres não é apenas um instrumento de controle ideológico, mas é também um pilar estrutural na organização do trabalho, essencial a manutenção da sua unidade produtiva.

Ancorada na TRS, essa leitura permite compreender como a opressão de gênero e a exploração econômica são co-constituídas, tanto na ficção quanto na realidade. A partir dessa base, o próximo capítulo aprofundará o papel do Estado e da religião na sustentação dessas estruturas, explorando os mecanismos que legitimam e perpetuam a subordinação e divisão sócio-sexual do trabalho.

2 “EM DEUS CONFIAMOS, PARA TODOS OS OUTROS PAGAMENTOS EM DINHEIRO”

No capítulo vinte e oito do romance distópico, *Offred* relatou sobre o trabalho assalariado que possuía antes do golpe de Estado, descrevendo também algumas ações dos Filhos de Jacob para a tomada do poder político. Em uma de suas falas, afirmou que o bloqueio de contas só foi possível em razão da decadência do papel moeda, já que computadorizadas, a proibição de transações feitas por mulheres foram retidas de forma simultânea.

Ao explicar isto, descreveu como era o papel moeda utilizado quando criança, enfatizando a existência de uma frase escrita neste: “*Em Deus Confiamos*”. *Offred* disse, na mesma oportunidade, que a Mãe dela mencionava que esta frase já tinha sido alvo de piadas, com uma alteração na expressão, que era escrita em cartazes afixados próximos a caixas de pagamento, “*Em Deus Confiamos, para Todos os Outros Pagamento em Dinheiro*” (Atwood, 2017a, p. 208, grifo no original). Essa brincadeira mencionada pela Mãe da personagem leva ao entendimento que havia uma certa desconfiança nas formas de pagamento a crédito na época. Apenas Deus seria confiável, todas as outras pessoas deveriam pagar pelo consumo.

Essa frase sintetiza o ponto de coalizão entre Estado, capitalismo e religião presentes na realidade e no enredo do romance distópico. Ao ser o emissor e organizador do espaço econômico, o Estado fornece ao capital sua fonte de mediação das trocas e nesta está presente a força de uma orientação ainda voltada ao religioso. Existe, então, um teor moralizante do Estado e de como as relações estão postas no capitalismo, o que apenas demonstra a existência de interações extraeconômicas neste modo de produção.

Partindo das obras fundamentais de Karl Marx e Friedrich Engels, este capítulo visa fornecer uma compreensão aprofundada dos conceitos de religião como “ópio do povo” (Marx, 2010, p. 145), explorando suas implicações para a análise do papel do Estado na reprodução das relações de poder capitalistas e criação de consensos. Entre as principais vozes destaco as falas de Tia Lydia em contraponto à Moira, e também apresento duas Aias, *Offred* e Janine, as duas colegas no Centro Vermelho, que receberam de forma distinta o disciplinamento religioso. Por fim, faço uso das categorias alienação e reificação para explicar como a forma de produção se expressa também nas relações sociais, sendo os indivíduos coisificados nas mais diversas atividades da vida.

2.1 “O Espírito de estados de coisas embrutecidos”

No prefácio da **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, Marx apresentou um conceito sobre a religião na conhecida frase “Ela [a religião] é o *ópio* do povo” (Marx, 2010, p. 145, grifo no original). Michael Löwy explica que, antes de ser uma criação de Marx, esta sentença reproduz o pensamento da produção intelectual dos neo-hegelianos de esquerda em 1840 (Löwy, 2015; Löwy, 2007). A interpretação dada ao termo “ópio” deve estar em consonância com o entendimento da época, como o uso da substância enquanto alcalóide, ao contrário do uso do termo para designar um vício a um narcótico. Dessa forma, a religião seria um unguento para mitigar as dores da vida cotidiana dos indivíduos.

Moses Hess, em seu ensaio publicado na Suíça em 1843, toma uma postura mais crítica (mas ainda ambígua): “A religião pode tornar suportável [...] a infeliz consciência de servidão [...] de igual forma o ópio é de boa ajuda em angustiosas doenças” (citado em Gollwitzer, 1962: 15-16). (Löwy, 2007, p. 299, aspas e chaves no original).

Sob um olhar materialista dialético, a religião passa a ser entendida como criada pela humanidade em sua idealização das explicações da vida terrena, mas que, ao se abstrair em forma de pensamento, volta-se às pessoas enquanto (auto)alienação. István Mészáros (2016), ao explicar o conceito de alienação em Marx, afirma que o primeiro aspecto da palavra “alienação” possui significação na “mitologia judaico-cristã” (Mészáros, 2016, p. 32), como uma violação à ordem divina, “um lamento por estar *alienado de Deus*” (Mészáros, 2016, p. 32, aspas no original).

A justificativa que os Filhos de Jacob, no romance distópico, buscaram para o assalto à democracia foi retirada de uma legitimidade oriunda da bíblia veterotestamentária, que enquanto livro, é um compilado de escrituras, organizadas de forma linear para explicar a criação e fim do mundo, estabelecendo as regras para que o indivíduo viva em sociedade e, após a morte, alcance o reino dos céus. O sofrimento encontrado nela é expressão das dificuldades concretas, e as satisfações celestiais futuras são, em verdade, necessidades reais imediatas, por isso a consideração de que “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos” (Marx, 2010, p. 145).

Os próprios termos “Filhos de Jacob” e “*Gilead*”, por exemplo, foram retirados da bíblia, sendo o primeiro relacionado diretamente à história contida no capítulo de Gênesis sobre a formação das doze tribos que povoariam Israel, elas teriam recebido seus nomes a partir dos nomes dos filhos e netos de Jacob – considerado um dos patriarcas do povo judeu no contexto bíblico. Nesse mesmo capítulo, encontra-se o versículo que narra a história entre Jacob, Raquel e Bilha e que foi usado para justificar a estruturação familiar projetada pelo grupo religioso no enredo ficcional. O segundo termo, usado pelos Filhos de Jacob, n’**O Conto da Aia**, também aparece em Gênesis (Bíblia, Gn. 31:21), significando uma região montanhosa próxima ao rio Jordão para a qual Jacob fugiu, levando consigo suas esposas, após desentendimento com seu sogro Labão: “Jacó dissimulou com Labão, o arameu, não lhe deixando suspeitar que fugia. Ele fugiu com tudo o que tinha; partiu, atravessou o Rio e dirigiu-se para o monte Galaad” (Bíblia, Gn. 31:20-21)¹⁷.

No texto bíblico, no livro de Jeremias (Bíblia, Jr 8,22), a região é associada ao comércio de ervas medicinais, utilizadas como bálsamo para cura, sendo enfatizada a necessidade de utilização de um bálsamo (do inglês *balm*) enquanto uma metáfora para a cura dos pecados dos povos da Babilônia e do Egito (O que é o bálsamo de Gileade?, c2023). O termo ainda aparece em um hino gospel afroamericano do século XIX, que tem uma versão gravada por Nina Simone em 1978, no álbum **Baltimore** (faixa 5, lado B), *The Balm of Gilead*, em que se expressa: “Existe um bálsamo em Gilead/Para curar os feridos/Existe um bálsamo em Gilead/Para curar a alma do pecador” (Simone, 1978, tradução nossa)¹⁸.

A República de *Gilead* pode ser entendida, então, a partir do contexto d’**O Conto da Aia**, como uma região a ser purificada pelos Filhos de Jacob, justificando a tomada de poder e institucionalização da violência em razão dos pecados da anterior sociedade norte-americana. Um viés moralizador da sexualidade, que afasta a responsabilização da industrialização e guerras como influências para a diminuição das taxas de natalidade humana, resgatando a mitologia judaico-cristã.

Ao conceber as diferentes vertentes que explicam a religião, Marc Augé (1994), analisando o conceito de fatos sociais de Émile Durkheim, explica que ela apresenta respostas ao sentido da vida e a sua verdade não estabelece somente o mistério, mas rege as condutas sociais de determinado conjunto de pessoas, e, dentro destas condutas, os rituais e instituições dela própria. O seu princípio é, pois, social, apesar do seu uso a-histórico e universal. A

¹⁷ Em inglês: *He fled with all he had and went away, crossing the River and making for Mount Gilead.*

¹⁸ Em inglês: *“There is a balm in Gilead/To make the wounded whole/There is a balm in Gilead/To heal the sick soul”.*

religião apresentar-se-ia como uma resposta do ser humano ao seu contato com a natureza e outros seres humanos. Nesse aspecto, não haveria diferença dela em face da ciência, filosofia ou direito enquanto forma de enfrentamento do mundo pelos sujeitos e adequações de condutas para convívio social.

A religião [para Durkheim], concebida como uma sistematização geral do mundo, é duplamente expressiva do social: é social em si mesma, devido às proibições e às jurisdições que instituem a oposição entre sagrado e profano, ou às instituições, como a iniciação, que regem a passagem de um ao outro; é-o, pois, pelo próprio carácter das coisas sagradas que não são senão a representação idealizada da realidade social (Augé, 1994, p. 181).

O argumento aqui trazido do Durkheim pelo Marc Augé serve à pesquisa apenas para exemplificar o sentido normativo da religião, que possui regramentos, hierarquias e sanções internas, além das penalidades que recaem sobre os/as “pecadores”. Serve também para balisar o meu entendimento de que existe uma razão humana no desenvolvimento do místico. Marx, autor referência para esta pesquisa, parte de outras premissas para a conceituação da religião, a configurando enquanto uma alienação do ser humano e expressão da materialidade da vida.

A religião, é, pois, “[...] uma das formas da ‘produção espiritual’, cuja história não pode ser desvinculada do desenvolvimento econômico e social global da sociedade” (Löwy, 2006, p. 161, grifos no original). Há, dessa forma, uma relação entre a materialidade da vida e as suas expressões ideais, atravessada pela autoalienação do indivíduo ao estabelecer respostas para os questionamentos suscitados pelo enfrentamento da vida, que retornam a ele enquanto dogmas de conduta a-humanos. A alienação aqui é entendida como a separação entre o humano de sua própria criação, que só é posta quando em relação com outros humanos, através de palavras e valores sociais socialmente cristalizados.

Se por um lado há o aspecto de manutenção de uma forma de produção e reprodução societal, por outro, um mesmo texto pode revelar um aspecto subversivo (Bakhtin, 2014). Luísa Freire (2020) analisa, por exemplo, a partir de Mikhail Bakhtin, o carácter dúplice do enunciado, utilizando para isso a cena da “Cerimônia” do capítulo quinze d’**O Conto da Aia**. A autora divide a cena em duas etapas: a) o prelúdio, em que todos vinculados à casa se encontram na Sala para aguardar a leitura do texto bíblico pelo Comandante e; b) o ato sexual

no quarto, ocorrido entre o Comandante, Esposa e Aia. Interessa neste momento a interpretação dada pela pesquisadora sobre o prelúdio, uma vez que destaca a descrição de *Offred* sobre a bíblia enquanto símbolo, utilizando para a adjetivação o termo “incendiário”:

[*Offred*] A Bíblia é mantida trancada, da mesma maneira como as pessoas antigamente trancavam o chá, para que os criados não o roubassem. É um **instrumento incendiário**: quem sabe o que faríamos com ela, se puséssemos nossas mãos nela? Podemos ouvi-la lida em voz alta, por ele, mas não podemos ler. Nossas cabeças se viram em sua direção, estamos cheios de expectativa, aqui vem nossa história de ninar (Atwood, 2017a, p. 107, grifo nosso).

Afirma Freire (2020, p. 792) que o texto bíblico é notadamente monológico. É base para criação de uma verdade explicativa da ordem social que não aceita, em regra, questionamentos, sendo a Palavra de Deus irrefutável. Outro fator a ser considerado é que o trecho bíblico é lido pelo Comandante, uma vez que as mulheres eram proibidas de ter acesso à leitura e escolarização. Ele também era a pessoa guardiã da chave de acesso à bíblia.

Ao adicionar o termo “incendiário”, *Offred* trouxe à tona, no enredo, a possibilidade de sentidos diferentes ao texto: “A valoração de algo enquanto incendiário indica o poder por trás de tal objeto e, frequentemente, refere-se àquilo capaz de ameaçar a estabilidade social” (Freire, 2020, p. 791). Dessa forma, a narradora suscitou a dúvida sobre o sentido religioso estabelecido em *Gilead* a partir do seu próprio texto base enquanto código simbólico.

Outro ponto importante de destacar foi a proibição da leitura e escrita para as mulheres em *Gilead*, apenas os homens e as Tias usufruíram desse direito. Essa proibição estava ligada à potencialidade da educação formal como questionadora dos saberes impostos¹⁹. Em entrevista para o *YouTube Originals* disponibilizado pelo canal “**HandmaidsBrasil.com**” (2020), Margaret Atwood, questionada sobre o motivo pelo qual havia a proibição para leitura em *Gilead*, respondeu que o direito sobre a leitura e escrita já estiveram indisponíveis para alguns sujeitos na história, como os escravizados dos EUA; e, mais importante, ter acesso à leitura e escrita é ter acesso ao conhecimento.

¹⁹ Aponta-se que não se pretende questionar a potencialidade dos saberes orais como fonte de conhecimento e pensamento crítico. Ao contrário, o próprio enredo parte de uma narrativa oral, posteriormente manuscrita, conforme apêndice do livro.

[Ariel Bisset] Então, eu queria perguntar porque você, por que você decidiu tirar o direito, em Gilead, das mulheres de ler e escrever? O que torna elas tão incendiários e prejudicial?

[Margaret Atwood] Uh-huh...Certo, então elas tiveram seu direito retirado porque pessoas já tiveram esse direito retirado na história, e mais notadamente sob a escravização nos EUA, era ilegal para os escravizados ler e escrever, correto? Se você ler a biografia de Frederick Douglass, o momento em que ele aprende a ler, à noite, é muito muito poderoso. Então ler e escrever te dão acesso ao conhecimento que outras pessoas não querem que você tenha e isso é o por quê de regimes tentam controlar, censurar, queimar e destruir qualquer livro que possa contradizê-los. Gilead tornou impossível às mulheres ler e escrever porque assim eles poderiam dizer para as mulheres o que estava na bíblia, mesmo que estivesse errado (TheHandmaidsTaleBrasil, 2020, 5m12s – 7m4s, tradução nossa)²⁰.

Retoma-se também o entendimento de Antônio Cândido (2011) de que a literatura possui um caráter humanizador. O livro, independente do seu conteúdo (poesia, prosa, ficção), é um objeto construído, que elaborado em uma estrutura, dá coerência às experiências da vida. O todo articulado pelas palavras na produção literária enriquece a percepção de mundo do/a leitor/a, sendo uma necessidade e direito de toda pessoa. Para além disso, a literatura “pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (Cândido, 2011, p.188).

De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo (Cândido, 2011, p. 179).

²⁰ No original: [Ariel Bisset] *So I wanted to ask you, why did you decide to take away the right for, in gilead, for women to be able to read and to write. What makes them so flammable and and so ruinous.* [Margaret Atwood] *Uh-huh...okay so they got their write taken away because people have had that right taken away in history and most noteworthy under slavery in the United States, it was illegal for slaves to read and write, correct? So if you read the biography of Frederick Douglass residence that moment when he learns to read at night it's very very powerful, so reading and writing gives you access to knowledge that other people dont's want you to have and that is why regimes try to control censor burn destroy any books thar might contradict to them. Gilead goes all the way and makes it impossible for women to read and write because then they can tell the women what's in the Bible although it isn't necessarily rigth* (TheHandmaidsTaleBrasil, 2020, 5m12s – 7m4s).

A partir do contexto d'**O Conto da Aia**, Monique Batista (2019) explica que, em determinado momento das visitas ao Comandante, *Offred* segurou uma caneta e dizia sentir inveja do poder que ela representa:

Numa crítica à supremacia masculina, a autora utiliza um trocadilho para relacionar o poder dos homens ao falo. Em uma de suas visitas secretas ao escritório do Comandante Fred, *Offred* tem permissão para segurar uma caneta e se recorda das constantes recomendações das Tias, no Centro Vermelho, sobre os perigos do conhecimento. “Pen is envy”, a caneta é inveja. Isso era um alerta para que as mulheres se mantivessem longe de tal objeto por ele representar o pecado. No entanto, a junção das palavras pen is envy gera um trocadilho que soam como penis (pênis em inglês), ressignificando a frase para “penis is envy”. *Offred* então diz sentir inveja do poder da caneta e do que ela representa. Isso também serve para mostrar a escrita como um símbolo de poder, questionando a disparidade das experiências masculinas e femininas na atualidade no âmbito da literatura e da ciência (Batista, 2019, n.p, aspas no original).

A partir da leitura do romance distópico, percebe-se que a narradora possuía um conhecimento prévio sobre a liturgia, cita-se como exemplo quando *Offred* percebeu uma alteração textual do livro sagrado. Ao lembrar um almoço no Centro Vermelho, *Offred* relatou que as Tias colocavam para tocar uma gravação de leituras bíblicas, momento chamado Beatitudes:

Bem-aventurado isso bem-aventurado aquilo. [...]. Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os misericordiosos. Bem-aventurados os mansos. Bem-aventurados os que se calam. Eu sabia que este último eles tinham inventado, sabia que estava errado, e que tinham excluído partes também, mas não havia nenhuma maneira de verificar. Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados. Ninguém disse quando. (Atwood, 2017a, p. 109).

Trata-se do versículo retirado da bíblia, do livro de Mateus (Bíblia, Mateus, 5, 3-9), em que se apresenta um dos ensinamentos do Jesus histórico aos seus seguidores, o trecho retrata o sentido de apaziguação individual àquele que tem fé, garantindo uma consolação e justiça celeste àqueles que de alguma forma sofrem, alterado dentro do contexto *gileadiano* ao retirar as frases que poderiam ser confortadoras para as Aias.

3 Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus; 4 bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados; 5 bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra; 6 bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos; 7 bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia; 8 bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus; 9 bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus. (Bíblia, Mateus 5:3-9).

Retirar o significado acalentador da mensagem religiosa demonstra que havia uma atuação direta dos Filhos de Jacob e das Tias para criação de um consenso sobre os direcionamentos interpretativos da Religião *gileadiana*, fazendo recortes no texto para não permitir às Aias um sentimento de dignidade, reforçando o viés de subordinação para essas mulheres.

[*Offred*] Aprendi a viver sem uma porção de coisas. Quando temos muitas coisas, dizia Tia Lydia, nos tornamos apegados a este mundo material e nos esquecemos dos valores espirituais. Vocês devem cultivar a pobreza de espírito. Abençoados os mansos. **Ela não prosseguiu para dizer nada a respeito de herdarem a terra.** (Atwood, 2017a, p. 79, grifos nossos).

No romance distópico, não há uma definição expressa de como as mulheres foram escolhidas pelos Filhos de Jacob para integrar o grupo de Aias, mas pelo menos duas teriam cometido crimes ou pecados para *Gilead*, considerando o seu período anterior: *Offred*, por ter sido a segunda esposa de seu marido – uma vez considerado inexistente o divórcio, infere-se que as esposas e companheiras posteriores ao primeiro casamento foram reputadas criminosas/pecadoras; e Janine, que teria realizado um aborto após ser vítima de violência sexual,

[*Offred*] É Janine, contando como foi currada por uma gangue aos catorze anos e fez um aborto. Ela contou a mesma história semana passada. Parecia quase orgulhosa do ocorrido, enquanto o relatava. É possível que nem sequer seja verdade. Durante o Testemunho é mais seguro inventar coisas do que dizer que você não tem nada a revelar. Mas sendo Janine, é provável que seja mais ou menos verdade.

Mas de quem foi a culpa?, diz Tia Helena, levantando um dedo roliço.

Dela, foi dela, foi dela, entoamos em uníssono. [...]

Por que Deus permitiu que uma coisa tão terrível acontecesse?

Para lhe ensinar uma *lição*. Para lhe ensinar uma *lição*. Para lhe ensinar uma *lição*. (Atwood, 2017a, p. 88, grifos no original)

No contexto do livro houve uma convenção pelos Filhos de Jacob para instauração de uma nova forma de vida, a organização da sociedade *gileadiana* em torno de uma poligamia serial, privilegiando a gestação de políticos e militares a partir de um grupo disponível (ou tornado disponível) de mulheres consideradas férteis. Para isso, toda uma estratégia de discurso fora criada, com a culpabilização da sexualidade e meios contraceptivos, dos políticas estatais de distribuição de renda e da reprodução societal da época pré-*Gilead*, e fortalecimento do conservadorismo moral. Ocultando-se, dessa forma, o fato de que as sociedades capitalistas modernas não conseguem livrar-se dos monstros que criam, consequências de um sistema de produção e reprodução societal, em evidência no enredo ficcional àqueles relativos ao colapso ambiental e humano.

Na realidade concreta, o desenvolvimento das forças produtivas, o surgimento da propriedade privada e a divisão social do trabalho articulam-se às formas em que as relações entre as pessoas vão ser estabelecidas. É, pois, um movimento entre a materialidade, concretizada na produção da vida pelas pessoas através do trabalho. Desse movimento decorrem as representações e ideias pensadas pela humanidade, enraizadas para manutenção das condições de produção (reprodução societal e reprodução social) mediadas pela família, linguagem, religião, escola e trabalho.

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. (...) A consciência [*das Bewusstsein*], nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [*das bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo real da vida. (Marx; Engels, 2009, p. 31, grifo no original).

A ideologia para Marx e Engels (2009) é expressão dos ideais utilizados pela classe dominante para manutenção da forma de reprodução societal. Esses ideais, contudo, não aparecem como dados de uma classe, são escamoteados para serem apresentados enquanto convicções universais. Assim, a ideologia é a produção de um imaginário pela classe dominante que vai ser utilizada como parâmetro para toda a sociedade, capturando a capacidade de pensar diferente ou além dessa.

É preciso apontar que **Ideologia Alemã** foi um livro editado a partir de manuscritos de 1846, e publicado em 1933, anos após o falecimento de seus autores (Tonet; 2009, p. 15; Löwy, 2014). Disto decorre que toda uma gama de estudiosos e estudiosas marxianos/as não tiveram acesso aos manuscritos originais (ou traduzidos) no desenvolvimento de seu pensamento no século XIX e início do XX, tornando o conceito de ideologia diversificado em seu sentido. Mikhail Bakhtin constrói seu argumento a partir da possibilidade de utilização do conceito de ideologia como também executável pela classe dominada, ou seja, existiria uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária, considerando que há uma disputa de ideias. Esta é a perspectiva que empregamos em nossa análise, pois verifica-se as contradições por meio das vozes dissonantes.

Ao tornar universal seus ideais, a classe dominante subordina os modos como a vida humana (e não humana) vão ser construídos, inclusive aqueles relativos aos horizontes de futuro, desejos pessoais de consumo e bem-estar. Toda uma série de disciplinamento foi utilizada para inculcar nas pessoas da sociedade *gileadiana* a necessidade de uma alteração na forma de tratamento das mulheres, para que não houvesse saída a não ser aquela proposta.

[*Offred*] *Frutificai e multiplicai-vos, enchei abundantemente a terra. (...) Dá-me filhos, ou senão eu morro. Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto do teu ventre? E ela disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim receba filhos por ela. (...) Ouvíamos isso ser lido para nós todo dia de manhã durante o desjejum, enquanto sentávamos na cafeteria da escola, comendo mingau com creme e açúcar mascavo (Atwood, 2017a, p. 109, grifos no original).*

Após o golpe de Estado, *Offred* teve a percepção de um estado de suspensão, como se as pessoas estivessem aceitando sem oposição as alterações engendradas pelos Filhos de Jacob. Nesse sentido, podemos buscar uma explicação para isso em Rita Von Hunty (2023) que argumenta que o sujeito, em uma sociedade capitalista, é um produto (sócio)econômico do seu tempo. Assim, há um projeto de acomodação individual propagado pelo capitalismo ao pensar o indivíduo atomizado, distanciado da luta coletiva de classe. Essa forma de estabelecimento de relações alienadas é, ao contrário, um sintoma da própria luta de classes. No neoliberalismo há um forte investimento da classe dominante para romper a coletivização dos/as trabalhadores/as, com as políticas de enfraquecimento de sindicatos e flexibilização dos direitos laborais. A mitologia linear da religião judaico-cristã, muito utilizada pela extrema direita, enfatiza-nos uma narrativa humana na terra com começo, meio e fim – de gênese ao apocalipse; que unida ao capitalismo, limita as possibilidades de imaginar e criar

novos futuros (Von Hunty, 2024). A disseminação desse discurso irremediável pode ocorrer por meio do uso de dois aparatos para formação de consenso: a força coercitiva do Estado e os meios de comunicação em massa.

É por isso que *Offred* percebe essa suspensão e uma ausência (ou apagamento) das revoltas contra o estabelecimento da República de *Gilead*,

[*Offred*] As coisas continuaram naquele estado de animação suspensa durante semanas, embora algumas de fato tenham acontecido. Os jornais foram censurados e alguns fechados, por motivos de segurança, disseram. As barreiras nas estradas começaram a aparecer, e Identipassa. Todo mundo aprovava isso, já que era óbvio que não se podia ser cuidadoso demais. Eles diziam que novas eleições seriam realizadas, mas que levaria algum tempo para prepará-las. A coisa certa a fazer diziam, era continuar como de costume (Atwood, 2017a, p. 208).

Em várias passagens do romance distópico, *Offred* menciona a existência das televisões como um meio de comunicação em massa das principais informações que foram disseminadas para a sociedade, tanto no período de transição política como após o estabelecimento de *Gilead*. Compreendo, a partir da leitura do enredo, que a narradora deixa transparecer a existência de um órgão institucional publicizador das alterações jurídico-legais e de respostas “dos motivos de segurança” tomados pelo regime, em face de eventuais indignações. Após o assalto à democracia norteamericana, há menção por *Offred* do uso da televisão para comunicação sobre as guerras, pregação por pastores e uso da música religiosa nas programações, só sendo permitido à Aia assistir a televisão quando Serena Joy mantinha o aparelho ligado nos dias da Cerimônia – momento em que *Offred* podia entrar na sala de estar.

[*Offred*] Vários canais sem nada, então o telejornal. Isso é o que ela estava procurando. Ela se recosta, respira fundo. Eu, por outro lado, me inclino para frente, uma criança com permissão para ficar acordada até mais tarde com os adultos. Essa é a única coisa boa a respeito dessas noites, as noites da Cerimônia:tenho permissão para assistir às notícias no telejornal. Parece ser uma regra não mencionada nesta casa: sempre chegamos aqui na hora, ele sempre chega atrasado, Serena sempre assiste às notícias (Atwood, 2017a, p. 101).

Offred mantinha certa hesitação sobre a veracidade daquilo que estava sendo veiculado, suscitando uma dúvida de que as filmagens poderiam ser encenadas por atores para

propagação de notícias a favor de *Gilead*, o que demonstra que a narradora é uma personagem que aprende a sobreviver com as alterações provocadas pelos Filhos de Jacob, mas não sem críticas.

[*Offred*] Tais como são: quem sabe se alguma coisa nelas é verdade? Poderiam ser velhos cliques, poderiam ser matérias falsas, encenadas. Mas assisto de qualquer maneira, na esperança de ser capaz de ver o que está por trás delas. Qualquer notícia, agora, é melhor do que nenhuma.

[...] Eles só mostram as vitórias, nunca as derrotas. Quem quer saber de más notícias?

Possivelmente ele [o prisioneiro mostrado na reportagem] é um ator (Atwood, 2017a, p. 101).

Assim, percebo que Margaret Atwood demonstra a existência de uma contínua propagação da fé *gileadiana* pelos veículos de informação mantidos pelo Estado, salientando que é necessária uma constante repetição dos ideais da classe dominante, a partir de símbolos e da linguagem, e, quando necessário, do uso da força institucional estatal. Se a expropriação dos meios de subsistência é continuada, os ideais que a sustentam também passam por uma constante divulgação de seus eixos narrativos e justificadores, promovendo a manutenção da ordem.

A religião se mostra, assim, como uma forma de ideologia utilizada pela classe dominante para produzir uma consciência alienada, é o “espírito de um estado de coisas embrutecidos”, não separada da materialidade da vida e da forma de produção que conduz essa. No capitalismo, a narrativa mitológica cristã revela um assujeitamento dos indivíduos à vida terrena com sofrimento, na busca da felicidade celeste, assim, somente o território sagrado é confiável, enquanto na materialidade concreta o que nos resta é a exploração pelo trabalho.

2.2 Benditas São as Vozes das Mulheres

Com base no dialogismo e polifonia de Mikhail Bakhtin, considero, nesta pesquisa, que **O Conto da Aia** é um romance polifônico centrífugo, deixando em aberto não apenas a

interpretação sobre ele, mas suas personagens foram construídas com personalidades próprias. Margaret Atwood constrói a premissa do enredo considerando uma sociedade capitalista neoliberal em nascimento na década de 1970-80, enfatizando uma separação entre as diferentes atividades de reprodução social das mulheres em *Gilead*, o que demonstra uma consideração, pelos Filhos de Jacob, das atividades de reprodução social enquanto trabalho. Essa diferenciação sob uma lógica produtivista expressou como as personagens perceberam a sua existência, uma vez que a concretude da vida impacta na constituição de subjetividades, mesmo as ficcionais. É, por isso, um enredo complexo, que revela as contradições não apenas dentro do enredo, no sentido de discursos e atuações políticas pelos Filhos de Jacob, como também das personagens, tornando-as “humanas”.

Segundo Vera Lúcia Pires e Fátima Andréia Tamanini-Adames (2010), a polifonia é um termo utilizado no âmbito musical, em que várias melodias sobrepõem-se em simultâneo. Explicam as autoras que Mikhail Bakhtin emprega o termo a partir da análise das obras de Dostoievski, afirmando que é possível existir no gênero literário romance um embate de vozes socialmente localizadas. Assim, o enunciado apresenta-se como uma soma de várias vozes e pontos de vista, inclusive podendo discordar do pensamento de seu/sua autor/a.

Mikhail Bakhtin constrói sua tese polifônica ao lado da ideia de dialogismo, ambos partem do pressuposto que todo enunciado decorre de uma interação verbal entre, no mínimo, dois sujeitos, mesmo considerando uma interação do indivíduo com sua “consciência”. Para o autor, a consciência individual “*é um fato socioideológico*” (Bakhtin, 2014, p. 35, grifo no original), que adquire forma a partir dos signos organizados por uma determinada sociedade. Ela não seria naturalmente constituída, no sentido de estar acoplada ao indivíduo *per si*, mas é socialmente construída a partir da interação do indivíduo com outros indivíduos, com os signos já sedimentados socialmente e ideologicamente orientados. Assim, é indispensável para a constituição de sentido uma relação entre sujeitos.

Sendo o signo um conjunto de significado que ultrapassa a materialidade do objeto de significação. Qualquer objeto de consumo, tecnológico, natural pode vir a ser identificado como um signo, revestindo-se de um sentido ideológico, e estando sujeito a critérios de avaliação, já que o signo pode distorcer, ser fiel ou apreender o objeto/realidade sob pontos de vista distintos (refletindo-o ou refratando-o).

Os signos também são objetos naturais específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro ou falso, correto, justificado, bom, etc.) O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutualmente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico (Bakhtin, 2014, p. 32).

Mikhail Bakhtin aponta que a “palavra” é o núcleo de significação do enunciado, uma vez que é por ela que o sentido se expressa. A “autoconsciência” ou “consciência individual” é constituída a partir de palavras já definidas exteriormente, mas postas em sentido na interação verbal. Esse entendimento coaduna com a ideia de Antônio Cândido do caráter humanizador da literatura, uma vez que no texto é possível construir sentido para a compreensão interna do ser humano (Candido, 2011). A “consciência individual” possui um caráter interno e é exteriorizada por meio de palavras, mesmo que o/a locutor/a esteja em uma interação consigo.

Mikhail Bakhtin (2014) apresenta quatro propriedades definidoras do conceito de “palavra”: uma pureza semiótica, relacionada ao funcionamento e circulação da palavra enquanto signo ideológico; a possibilidade de interiorização, pois é o contato do conteúdo interior do sujeito e o conteúdo exterior, feito sempre por meio de palavras; a participação em todo ato consciente, uma vez que é por meio da palavra que há a compreensão e interpretação do mundo pelo sujeito; e a neutralidade da palavra, no sentido de assumir qualquer função ideológica, dependendo do enunciado.

Sobre a neutralidade, Paulo Rogério Stella (2017, p. 179-180) explica que o termo “palavra” em russo pertence ao “gênero gramatical neutro, portanto gramático-formalmente” seria considerado neutro e, ainda, o termo “neutro” possui acepções como “meio, comum, ambiente”. Paulo Rogério Stella pretende então reconhecer o aspecto da neutralidade como ponte entre os sujeitos ou um território comum para entendimento entre esses sujeitos. Partindo-se do método do materialismo histórico dialético, fonte do pensamento bakhtiniano, não existe prejuízo ao considerar a palavra ao mesmo tempo com uma carga ideológica e neutra, já que esta metodologia não afasta as contradições que possam aparecer para a explicação de seus princípios teóricos. Dessa forma, a neutralidade pode se referir à palavra enquanto instrumento gramatical universalmente cristalizado, porém, quando em movimento

ou dentro da interação entre sujeitos passa a ser revestida de seu caráter ideológico, uma vez que é a forma de comunicação de interesses diversos. A palavra é assim neutra e ideológica ao mesmo tempo.

Valdemir Miotello (2017, p. 167 a 176) afirma que para Bakhtin a representação do mundo é expressa em palavras, determinadas pelo seu tempo histórico e social, as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois frequentam e se constroem em uma mesma sociedade, sendo partilhadas pelas diferentes classes e grupos sociais, por isso, Mikhail Bakhtin é enfático ao afirmar que “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin, 2014, p. 47). Isto porque o signo só adquire significado quando dentro de uma interação interindividual, dado o seu valor social em um contexto, e, em decorrência do seu caráter dialético possui em si sua refratação.

Assim, o signo é constituído a partir de consenso social, mas possui dentro de si possibilidades de contestação do consenso, uma abertura para novos significados que vão se dar na disputa por sentido. A linguagem é utilizada por todas as classes sociais, porém, a classe dominante tende a tornar o signo “monovalente”, ocultando as possibilidades de contestação ou de novos significados (Bakhtin, 2014, p. 48).

Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Onde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (Bakhtin, 2014, p 48).

O texto em si é a formação discursiva posta em palavras por meio da linguagem, pensado por indivíduos e que vai refletir momentos históricos diferentes. O seu uso não é estático, uma vez que o sentido e a interpretação são também humanos e estão em constante movimento. A linguagem não existe em si, nem para si, mas é uma forma de apreender a realidade e encapsulá-la momentaneamente para criação de um real racionalizado, é a percepção sensorial humana costurada pelas ideias de um tempo e que são colocadas novamente no mundo através de palavras.

Os romances centrípetos, para Mikhail Bakhtin (2014), decorrem do traço universalizante de entendimento de mundo, em que o/a autor/a domina as vozes de suas personagens, ao contrário dos escritos centrífugos, polifônicos, em que as vozes das

personagens são consideradas, mesmo que sejam destoantes do pensamento de quem as escreveu. Esse traço da polifonia carrega consigo o aspecto dialógico, é a partir da interação que a consciência da personagem (e do ser humano) é construída. Trata-se de uma relação entre o Eu e o Outro, sendo o Outro tanto uma outra pessoa, como o Outro ideológico, ou seja, as determinações ideológicas enraizadas na sociedade. O romance polifônico é necessariamente dialógico e aberto, dando margem para múltiplas interpretações, que vão depender das ressonâncias ideológicas de determinado contexto histórico e social.

Destaco, neste tópico, duas interações entre personagens no romance distópico, sendo a primeira uma análise das vozes de Tia Lydia e Moira, que expressam a relação entre disciplina e insubmissão; e de outro lado como os discursos monológicos religiosos das Tias ressoam de forma diferente em duas Aias, *Offred* e Janine.

Os discursos das Tias, em específico da Tia Lydia – personagem que mais aparece com sua voz disciplinadora -, foram voltados principalmente ao treinamento das Aias no Centro Vermelho. Neles há a ideia de que a gestação é um trabalho árduo, em prol de toda humanidade, e, ao mesmo tempo uma forma de expiação dos pecados/crimes cometidos no período pré-*Gilead*, uma interpretação da gestação e parto enquanto sofrimento para salvação desse grupo de mulheres, além da culpabilização delas por se colocarem em situações de “vulnerabilidade”. Essa salvação, inclusive, estava vinculada não apenas ao reino dos céus, mas também ao mundo terreno, já que engravidando durante sua estadia na casa de um dos Comandantes, as Aias teriam salvo-conduto, não sendo enviadas às Colônias.

No apêndice d’**O Conto da Aia**, a personagem do professor Pieixoto apresentou que as Tias foram escolhidas pelos Filhos de Jacob para disciplinamento das mulheres, elegidas ou por uma crença verdadeira aos valores cristãos, ou não o sendo, por decisão delas mesmas quando considerado os benefícios adquiridos com a posição, já que enquanto Tias, possuíam acesso a privilégios do cargo de poder. O professor Pieixoto ainda se refere ao lado negativo das opções dadas a essas mulheres em sua escolha na divisão sexual do trabalho regulamentada em *Gilead*, ao não se inserirem em uma das atividades elas poderiam ser enviadas às Colônias para trabalho forçado.

Saffioti (2015) afirma que a violência de gênero em uma sociedade patriarcal é sempre masculina, independente da pessoa que a reproduza²¹. Isto porque pode existir, dentro da

²¹ Falar sobre “violência masculina” não recai necessariamente em uma essencialização desta, mas uma abordagem que reflete a materialidade concreta. As violências podem ser perpetuadas por diferentes pessoas,

família, um círculo de violências entre marido-esposa-esposa-filhos/as. As mulheres não estão isentas de cometer atos violentos em decorrência da “síndrome do pequeno poder” e do “poder delegado”, isto porque a violência em si é expressão de diversas relações sociais que se estabelecem antes, por isso, retomo a importância do argumento da Tithi Bhattacharya (2023; 2019b) de ser necessário um mapeamento das formas de violência para além das suas expressões físicas, psíquicas, emocionais e econômicas. O como elas são estabelecidas dentro de determinada sociedade decorre de fatores *a priori* externos à relação homem-mulher em si.

A partir desta análise, percebo que as Tias detêm uma parcela coercitiva dada pelo Estado (poder delegado) - sendo este, inclusive, quem detém nas sociedades juridicamente organizadas, como a *gileadiana*, a legitimidade do uso da força e a principal voz para criação de consenso. Apesar de mulheres, as Tias eram autorizadas ao uso de violência, como também tinham acesso a leitura e escrita, o que de alguma forma as coloca em um estado superior dentre outras mulheres e alguns homens, por possuírem o conhecimento e a autorização do uso da força física.

[*Offred*] Era uma sala onde nenhuma de nós entrava voluntariamente [Laboratório de Ciência do Centro Vermelho, usado como sala para agressões físicas]. Depois ela [Moirá] ficou sem poder andar durante uma semana, seus pés não entravam nos sapatos, estavam inchados demais. Eram os pés que batiam, em caso de primeira ofensa. Usavam cabos de fio de aço, com as pontas destorcidas. Depois disso eram as mãos. Elas não se importavam com o que fizessem com seus pés e mãos, mesmo se fosse permanente. Lembrem-se, dizia Tia Lydia. Para nossos objetivos seus pés e suas mãos não são essenciais (Atwood, 2017a, p. 112).

A personagem da Tia Lydia não aparece apenas nas situações em que discursava para as Aias no Centro Vermelho, o disciplinamento *gileadiano* foi tão profundo que *Offred* resgata a voz da Tia em sua autoconsciência, uma lembrança a todo momento da moralidade e de seus deveres enquanto Aia.

[*Offred*] Faço que sim com a cabeça. Mas não respondo com minha voz. Ele não deveria falar comigo [Nick]. É claro que alguns deles tentarão, dizia Tia Lydia. Toda a carne é fraca. Toda carne é erva, eu a corriji em minha cabeça. Eles não conseguem deixar de fazê-lo, dizia ela, Deus os fez assim,

mas são permitidas porque existe um imaginário social e político de superioridade masculina (cisheteronormativa e branca) que legitima abusos às pessoas dissidentes.

mas Ele não as fez assim. Ele as fez diferentes. Cabe a vocês impor os limites. Mais tarde receberão os agradecimentos. (Atwood, 2017a, p. 57)

Por outro lado, havia nessas ocasiões, outra voz que ressoava na consciência de *Offred*, a de sua amiga Moira. Moira é uma personagem descrita pela narradora em *flashback* na maior parte do tempo, ela é apresentada como sua amiga lésbica participante de movimentos sociais. Moira também foi para o Centro Vermelho em que *Offred* recebeu treinamento, mas fugiu em determinado momento da história. Até que *Offred* conhecesse a Casa de Jezebel, Moira permaneceu como um contraponto à Tia Lydia na consciência da narradora, isto porque ela poderia ser encarada como uma agitadora, formulando estratégias de saídas, meios alternativos para conversar, provocando nas colegas uma visão das Tias menos amendrontadora.

[*Offred*] Mesmo assim Moira era nossa fantasia. Nós a mantínhamos carinhosamente sempre junto de nós, estava conosco em segredo, uma fonte de diversão; ela era lava sob a crosta da vida diária. A luz de Moira, as Tias eram menos assustadoras e mais absurdas. O poder delas tinha em si um defeito. Elas podiam ser capturadas à força em toaletes. A audácia era do que gostávamos (Atwood, 2017a, p. 162).

Ao relatar a fuga de Moira, *Offred*, em verdade, acaba por descrever a subjugação de Janine à pressão vivenciada no Centro Vermelho. Após o momento de culpabilização dela por ter sofrido uma violência sexual e de ter sido zombada por suas colegas de Centro, Janine passa a se encarar como culpada, se adaptando ao contexto, chegando a se tornar uma das favoritas de Tia Lydia.

[*Offred*] Ela achava que toda a choradeira e o arrependimento de Janine significavam alguma coisa, acreditava que Janine tinha sido subjugada, acreditava que Janine fosse uma verdadeira crente. Mas, àquela altura, Janine havia se tornado como um cachorrinho que foi chutado e castigado com demasiada frequência, por gente demais, ao acaso: ela se deitaria de barriga para cima para qualquer pessoa, diria qualquer coisa, só por um momento de aprovação. (Atwood, 2017a, p. 161).

Percebo *Offred* como um meio termo entre Moira e Janine. A narradora não tinha a audácia da primeira, de se rebelar contra o Estado a ponto de se colocar em risco, também não optou pela saída às Colônias, aceitando viver sob as condições de uma Aia, mas se manteve crítica às pressões psicológicas sofridas durante o treinamento no Centro Raquel e Lia,

compreendendo os limites do possível na sua relação com Serena Joy e com o Comandante Fred. Apenas no momento em que ela passou pelo medo de ser denunciada aos Olhos, *Offred* desabou, confessando um sentimento de opressão.

[*Offred*] Meu Deus, penso, farei qualquer coisa que quiseres. Agora que me deixaste escapar impune, eu me anularei, se é o que realmente queres; esvaziarei a mim mesma, verdadeiramente, tornar-me-ei um cálice. [...] Eu me sacrificarei. Eu me arrependerei. Abdicarei. Renunciarei.

Sei que isso não pode estar certo, mas penso de qualquer maneira. Tudo que me ensinaram no Centro Vermelho, tudo a que resisti, flui para dentro de mim numa torrente. Não quero dor. Não quero ser uma dançarina, com os pés no ar, minha cabeça um retângulo sem rosto de pano branco. Não quero ser uma boneca dependurada no Muro, não quero ser um anjo sem asas. Quero continuar vivendo, de qualquer forma que seja. Renuncio a meu corpo voluntariamente, para submetê-lo ao uso de outros. Eles podem fazer o que quiserem comigo. Sou abjeta.

Sinto, pela primeira vez, o verdadeiro poder deles (Atwood, 2017a, p. 337).

Na bíblia, no livro de Lucas, capítulo 1, versículo 42, é apresentada uma cena quando Isabel, irmã de Maria, a encontra e exclama: “Bendita és tu entre as mulheres, e é bendito o fruto do teu ventre!”. Esse trecho se tornou parte de uma oração cristã dedicada a Maria, que destaca esta mulher dentre todas por ser àquela que carrega o filho do deus cristão. Faz-se aqui um jogo de palavras, destacando a voz das mulheres *gileadianas* como uma inquietação ao contexto social de repressivo.

Assim, percebe-se que Magaret Atwood nos apresenta um contexto ficcional rico, composto por personagens que tiveram diferentes vivências no período anterior ao *gileadiano* e, por isso, adaptaram-se de maneira distintas ao mesmo disciplinamento do Centro Vermelho, desde a repulsa completa da situação à sua subordinação. Ainda que, diante do aspecto coletivo, a divisão sexual do trabalho que fragmentou a reprodução social em diferentes cargos, aliene e reifique todas as mulheres.

2.3 “Pai, afasta de mim esse cálice”

Em **O Conto da Aia**, a narradora falava sobre si como um “útero ambulante”, considerando a sua existência ligada a uma utilidade biológica de reprodução da espécie, destacando uma fragmentação entre sua função e seu entendimento de si enquanto sujeito. Essa separação pode ser também percebida no capítulo quinze do livro, em que houve a

descrição da Cerimônia. *Offred* referiu-se à situação como se apenas o Comandante participasse do ato, salientando um distanciamento dela no momento: “A gente se desliga, se distancia. A gente representa.” (Atwood, 2017a, p. 116).

[*Offred*] Somos para fins de procriação: não somos concubinas, garotas gueixas, cortesãs. Pelo contrário: tudo o que era possível foi feito para nos distanciar dessa categoria. Presume-se que não há nada de divertido a nosso respeito, nenhum espaço para que luxúrias secretas floresçam é permitido; nem quaisquer favores devem ser obtidos por persuasão, por eles ou por nós, não devem existir quaisquer oportunidades ou atividades que possam dar ensejo ao amor. Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes (Atwood, 2017a, p. 165).

A divisão sexual do trabalho em *Gilead* incorporava as diferenças biológicas entre homens e mulheres para definir os termos das hierarquizações sociais. Essas diferenças são acentuadas em razão do motivo ensejador para tomada de poder, qual seja, a diminuição da fertilidade humana. Antes de ser puramente uma divisão entre características biológicas, considerando a fertilidade-infertilidade, velha-jovem, as alocações de pessoas em cada função decorrem também de uma divisão social em classes, já que existem diferenças entre as atividades das mulheres, e acesso à elas, quando considerados os homens trabalhadores e os chefes políticos.

Não se pode negar a existência do fator biológico, porém, como a estruturação social em torno dele vai ser organizada depende do contexto em que as pessoas estão inseridas (Sears, 2023). Em **O Conto da Aia**, as atividades de maternagem e concepção foram cindidas nas funções de Esposa do Comandante, Martha e Aia, ainda que se presumisse, pela classe dominante, que ambas fossem consideradas enquanto trabalho naturais às mulheres.

Em uma busca realizada nas plataformas de pesquisa, como Scielo e CAPES, sobre aquilo já escrito sobre o romance distópico, encontrei diversos artigos que expõem olhares diferentes sobre o enredo e as relações entre as suas personagens. É interessante destacar o argumento de esvaziamento do sujeito ou perda de subjetividade, que apresento abaixo, para exemplificar as abordagens que destoam da conclusão a que chego nesta pesquisa a partir do referencial teórico da TRS, ainda que, para a argumentação que faço, os pontos de partida

sejam semelhantes, como a simulada²² descaracterização da narradora enquanto ser humano com a desconsideração de seu nome e inclusão do prefixo “de”, no inglês *of*, somado ao nome do Comandante.

Beatriz Molari (2019) afirma que n’**O Conto da Aia** as mulheres padecem em uma sociedade patriarcal por serem consideradas “não-sujeitos”. O homem seria o ideal e padrão universal, em contraponto a mulher, definida como “o Outro”. Nesta definição, para além de uma possível oposição das características entre homens e mulheres, na verdade para o feminino não haveria uma plena reciprocidade nesse antagonismo - mulher *versus* homem, uma vez que o ideal masculino é sempre inalcançável (Molari, 2019, p. 181). Na sua análise, a autora utiliza a categoria gênero, definindo-o enquanto características inerentes ao feminino ou masculino, destacando seu aspecto social, que ultrapassa a diferenciação biológica, e essa diferenciação propagada pelo patriarcado mantém a “dominação masculina”,

Dentro da relação de oposição propagada pelo patriarcado, a mulher é vista como um indivíduo submisso ao homem. Para que esta estrutura permaneça, são desenvolvidas estratégias de coerção social que reprimem o desenvolvimento da mulher. Assim, a dicotomia é mantida e, conseqüentemente, a dominação masculina. (Molari, 2019, p. 183).

Ana Carolina Pessoa Holanda e Rafael Marcílio Xerez também apontam o “esvaziamento do corpo”, com desconsideração da existência das mulheres enquanto sujeito, perda de individualidade e autonomia, sendo, as Aias, transformadas em objetos (2020, p. 5). Nesta pesquisa, ao invés de entender que há um deslocamento de subjetividade das Aias, entendo que esta compreensão é consequência, em verdade, do processo de reificação oriundo da forma de produção capitalista.

Reificação é uma palavra que tem origem na língua alemã, a partir do uso do radical *ding* (coisa) em suas formas verbal (*verdinglichen*) e substantivada (*Verdinglichung*), que significam o processo de coisificar e coisificação respectivamente. Na matriz latina, a palavra “coisa” tem como origem o radical *res*, por isso a tradução em português: “reificação” (Ataíde, 2020, p. 10). Esta categoria está associada a duas outras: a totalidade e a alienação.

²² Simulada porque ela ocorre a partir de formas ideológicas dominantes para desqualificação de pessoas, nesse contexto nenhum ser humano nasce ou se torna “não-humano”. Mas apesar de existir no campo do discurso, significação e retórica a ideia de “não-humano” possui diversos impactos concretos.

Para a primeira é preciso conceber as mediações e contradições das unidades socioeconômicas para apreensão da realidade, uma vez que cada parte reforça o todo, possuindo em si também o seu contrário (Ruas, 2020; Bhattacharya, 2023). As unidades de controle, produção, circulação e consumo não são autossuficientes, mas intimamente interligadas, e, assim, mutuamente vinculadas no seu desenvolvimento em conjunto (Mészáros, 2011).

Para Marx (2013 [1867]), o ser humano é constituído socialmente a partir do trabalho concreto, percebido como aquele que satisfaz as necessidades básicas de produção e reprodução societal. Diferente dos animais que exercem atividades por necessidades de sobrevivência, o ser humano adiciona a sua intencionalidade para produção objetiva da vida. Sua característica, assim, é a finalidade no desenvolvimento da sua atividade de produção da (e para a) vida.

Em uma sociedade capitalista, a troca de mercadorias torna-se o principal vetor para estabelecimento das relações. Nesta forma de produção, as mercadorias passam a ser produzidas em quantidade em razão de uma futura troca - em contraponto a uma troca contingencial de produtos excedentes entre diferentes grupos sociais -, e o trabalho passa a ser, também e principalmente, considerado enquanto uma abstração socialmente concebida, quantificado em grandezas na forma-dinheiro e tempo.

Para que haja a produção de uma determinada mercadoria, deve ser consumida uma certa quantidade de matéria-prima, uma certa quantidade de desgaste das ferramentas ou meios para sua fabricação e certa quantidade de força de trabalho humano. O produto, resultado final do trabalho, pertence ao capitalista, dono dos meios de produção e comprador da força de trabalho, sua utilização não está ancorada na necessidade humana de subsistência, mas nas vantagens econômicas auferidas com venda das mercadorias. Sendo o trabalho humano aquele que efetivamente produz mercadorias, sua porção vendida, qual seja, a força de trabalho torna-se também uma mercadoria a ser trocada por uma certa quantidade de forma-dinheiro. Entretanto, a força de trabalho não pode ser dissociada do ser humano que a contempla, um composto orgânico, psicossocial, que se reproduz fora do mercado.

As relações entre as pessoas, que produzem e trocam mercadorias, desaparecem, restando apenas as relações entre coisas em suas equivalências de grandezas de valor, com base em um ideal de igualdade formal, em que dois sujeitos vendem suas mercadorias entre si em uma correspondência de poder de troca. Da mesma forma em relação à mercadoria força

de trabalho, deve existir uma paridade entre o assalariamento e o tempo de assujeitamento do/a trabalhador/a ao comprador/a da força de trabalho (Saffioti, 2005; Sears, 2023; Bathatcharya, 2023; Marx, 2013 [1867]).

Ocorre que esta relação formalmente igual oculta a sua contradição. Para quem possui os meios de produção a troca no mercado de trabalho entre mão-de-obra e salário é justa, porém, do ponto de vista do/a trabalhador/a ela opera em exploração. Primeiro porque não há uma equiparação real entre o salário que recebe e aquilo que ele/ela produz, e, segundo, porque o/a trabalhador/a foi encurralado/a para que a única condição de sobrevivência fosse a venda de sua força de trabalho, quando destituído dos meios mais básicos de vida na acumulação primitiva – que pode ser considerada como continuada (Sears, 2023), já que é necessário o assujeitamento de indivíduos às relações sociais capitalistas ininterruptamente.

Surge a partir do binômio trabalho-capital categorias como a alienação e reificação. A alienação é, então, a distância entre o sujeito e a sua subjetividade, a partir dos estranhamentos que o trabalho assalariado estabelece na forma de produção capitalista, seja porque o produtor se distancia daquilo que produz, seja porque se distancia de outros seres humanos. As relações de consumo, produção e distribuição a partir da forma-dinheiro fazem com que as relações entre indivíduos se tornem relações entre coisas (Carvalho; Santos; Rabelo, 2018). O caráter alienante do trabalho produz ao mesmo tempo um caráter reificador, ao tratar a força de trabalho humano, que não pode ser retirada do sujeito, em uma forma-mercadoria, passível de uma equivalência formal. O ser humano, portanto, não é considerado como um indivíduo complexo em suas atribuições, mas enquanto um “meio” para a capacidade produtiva.

Essa é uma forma de instituir não somente as relações ampliadas na circulação, considerando a força de trabalho enquanto mercadoria, mas possui um aspecto na própria constituição da subjetividade do/a trabalhador/a e coletiva de classe. A forma como as relações entre as pessoas são construídas, a forma como cada indivíduo tem consciência de si está sob o prisma alienador e reificador.

O conceito marxiano de alienação possui quatro aspectos principais que são os seguintes:

- a) o ser humano está alienado da *natureza*;
 - b) ele está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*);
 - c) do seu “*ser genérico*” (do seu ser como membro do gênero humano);
 - d) o ser humano está alienado do *ser humano* (dos demais seres humanos).
- (Mezsaros, 2016, p. 20)

Cinzia Arruzza (2019) ao traçar pontos comuns entre as reivindicações das mulheres e as reivindicações dos/as trabalhadores/as na modernidade, aponta a existência de argumentos, no final do século XX, que ora focam apenas no caráter econômico das explorações do trabalho, considerando-o separado da opressão de gênero, ora consideram as opressões de gênero equivalentes às de classe - no sentido de um antagonismo entre homens e mulheres enquanto oprimidos e opressores; ora não concebem o papel econômico nas reivindicações políticas de sexualidade e gênero. A autora argumenta no sentido de a opressão de gênero e a exploração do trabalho pertencerem ao mesmo processo histórico no desenvolvimento do capitalismo, por isso a necessidade de articular uma teoria unitária.

Para as mulheres, pessoas indígenas, negras, colonizadas, desterritorializadas, LGBTQI+, essas relações são co-constituídas nas sociedades de acumulação de capital, já que houve, durante o dinamismo histórico, a justificativa de exploração-dominação integrada a apropriação objetiva da forma de produção e reprodução das condições de vida. Há a legitimação da violência através de uma diferenciação entre pessoas, em uma tentativa de desumanização do indivíduo e conseqüentemente acaba por justificar a expropriação de terra e patrimônio, guerras, invasão de países, uso de força de trabalho etc.

O processo econômico-político de produção não está afastado da dominação e subordinação de pessoas, a sujeição ao trabalho concreto pelo/a trabalhador/a engloba o seu alijamento através da venda da força de trabalho, produzindo a si mesmo enquanto o/a trabalhador/a e reproduzindo as condições necessárias para manutenção desta relação (formalmente) igual entre (socialmente) desiguais. O gênero e a sexualidade devem ser pensados também por meio da reificação e alienação humana, considerados dentro do processo dinâmico de desenvolvimento das sociedades modernas capitalistas.

O processo de acumulação capitalista foi acompanhado pela igualmente importante expropriação das mulheres de diferentes formas de propriedade das quais tiveram acesso, e profissões de que foram capazes de ter durante a alta Idade Média; a alternância dos processos de feminização e desfeminização do trabalho contribuíram para reconfiguração contínua das relações familiares, criando novas formas de opressão baseadas no gênero. O advento da reificação da identidade de gênero, que começa no fim do século XIX, contribuiu para o reforço de uma matriz heteronormativa que teve conseqüências opressivas para as mulheres, mas não apenas para elas (Arruzza, 2015, p. 50).

O ser humano é uma massa orgânica composta por forças físicas, psicológicas e afetivas, que vive em conjunto com outros seres, a sua “desumanização” em uma sociedade capitalista é senão uma consequência produzida pelo alheamento dos sujeitos das mercadorias que produzem e o afastamento das suas necessidades de subsistência.

Somente com o surgimento do trabalho assalariado, viabilizador da liberdade de mercantilização da força de trabalho e dos seus produtos, a Reificação torna-se possível. O valor de uso dos bens produzidos pelo trabalho perde sua importância fundamental de atender às necessidades humanas, priorizando-se o valor de troca. E como o objetivo do trabalho passa a ser exclusivamente a produção de mercadorias para trocá-las sistematicamente, independente de serem necessárias ou não, as qualidades humanas do trabalhador vão se perdendo, se separando do próprio trabalho (Carvalho; Santos; Rabelo, 2018).

Glauber Ataíde (2020) apresenta o conceito de reificação como uma “máscara conceitual” a partir da qual as relações vão ser estabelecidas em uma sociedade burguesa, as formas como os seres humanos estabelecem sua comunicação, relações afetivas, entendimento de mundo etc., serão acompanhadas por seus “vestígios reificadores”.

A forma de produção capitalista medeia como as relações entre sujeitos vão ser constituídas, considerando não apenas a relação com os outros, mas inclusive a autoconsciência (Carvalho; Santos; Rabelo, 2018). Mikhail Bakhtin (2014) explica que a “consciência individual” não é algo que nasce *a priori* com as pessoas, mas que se constrói nas relações entre sujeitos em determinada sociedade. Os significados são apreendidos a partir dos “índices sociais de valor” (Bakhtin, 2014, p. 46) interindividuais, que são incorporados nas pessoas, a partir da família, escola, religião etc, e dependem do conjunto de condições socioeconômicas.

Ainda segundo esse autor, a “consciência individual” possui dois aspectos: um interno, mais voltado ao ser biológico, impulsivo; e um externo, ligado a composição do ser a partir da linguagem. Ao pôr em palavras seus pensamentos, o ser humano torna-se ser humano, sempre partindo-se da premissa da existência de um receptor, que pode ou não estar presente no momento da interação verbal.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual

pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (Bakhtin, 2014, p. 116, grifo no original).

Assim é como *Offred*, n' **O Conto da Aia**, apresenta a sociedade *gileadiana* para seu/sua leitor/a, mostrando-se também a ele/ela, pois expressa em palavras seus pensamentos para um *você*, sua âncora em um momento de desmedidas violências.

[*Offred*] Gostaria de acreditar que isso é uma história que estou contando. Preciso acreditar nisso. Tenho que acreditar nisso. Aquelas que conseguem acreditar que essas histórias são apenas histórias têm chances melhores. Conto, em vez de escrever, porque não tenho nada com que escrever e, de todo modo, escrever é proibido. *Você* pode significar milhares (Atwood, 2017a, p. 52, grifo no original).

Quando o conjunto de ideais da classe dominante perfazem os ideias universais de uma sociedade, aquilo que é projetado por ela - mesmo que o controle escape a esta classe quando posto em prática em razão das disputas inerentes da luta de classes -, é absorvido pelos indivíduos e repetido por eles como se fossem suas próprias ideias. É por isso que por vezes, n' **O Conto da Aia**, *Offred* percebe-se como um objeto, um cálice ambulante, já que sofreu violências econômicas, físicas e psicológicas para se amoldar à estrutura *gileadiana*.

Em determinado momento do enredo, *Offred* relatou que guardou um pouco de manteiga no sapato para usar como hidratante no corpo, um truque aprendido no Centro Vermelho. Ela afirmou que a ausência de loção foi um decreto dado pelas Esposas dos Comandantes para evitar que as Aias fossem atraentes aos olhos dos maridos: “Somos receptáculos, somente as entranhas de nossos corpos é que são consideradas importantes” (Atwood, 2017a, p. 118).

A repetição de perceber o sexo, gestação e parto como um trabalho é um reconhecimento da significação de ser mulher para o Estado *gileadiano*, qual seja, uma capacidade reprodutiva, um mal necessário, que não pode ter desejo, voz, não pode ser visto ou tocado. Uma pessoa que tem uma obrigação, pode ser substituída e está subordinada aquilo que concebe. Por isso que as Aias causam repulsa em outras mulheres, elas são a lembrança

constante da falta permanente que as persegue, a falta da liberdade, a falta de crianças, a falta de escolha, a falta de poder.

Outra forma desse olhar reificador sobre si aparece na frase “Não estou sendo desperdiçada” (Atwood, 2017a, p. 15) dita por *Offred*, e nesse mesmo sentido Tia Lydia reforçava, ao falar sobre as Não-mulheres, com o uso das frases “desperdiçando tempo (...) quando deveriam ter estado fazendo alguma coisa útil” (Atwood, 2017a, p. 145). A palavra “útil” volta o olhar para o binômio trabalho-capital, no sentido de expressar como a sociedade *gileadiana* estava organizada em torno do trabalho, daquilo que poderia ser produzido, aproveitado, mesmo que esse produto fosse uma criança. Para a TRS o trabalho é conceituado em sentido ampliado, não envolvendo apenas o operário fabril do século XVIII, mas todas as atividades desenvolvidas por seres humanos que possuam valor de uso, inclusive e principalmente, as atividades de reprodução social da vida - geralmente realizadas por mulheres - que são apagadas enquanto trabalho e, no imaginário, associadas ao espaço familiar e de afeto (mas não somente). “É somente dentro de casa que o processo de reprodução social permanece não assalariado” (Bhattacharya, 2023, p. 129). Nesse sentido, a gestação, infância, a educação formal e espaços de desenvolvimento humano também podem ser concebidas enquanto mercadorias, pois são relações e atividades vinculadas ao sustento de uma (futura) força de trabalho.

Na descrição da cena do parto de Janine (*Ofwarren*), logo após a criança nascer ela é entregue à “verdadeira” mãe, a Esposa do Comandante Warren, sendo a Aia uma “boneca velha que foi pilhada e descartada” (Atwood, 2017a, p. 152), corroborando com o argumento de que a mulher seria vista como uma trabalhadora com valor de uso para a sociedade *gileadiana*.

Ao mesmo tempo, contudo, essa forma reificada de saber de si torna-se uma proteção para a narradora, como se a indiferença segmentasse para si mesma um espaço de quem é a Aia (trabalho) e quem ela realmente é. Afinal, a classe trabalhadora tem uma maior propensão a ser a classe revolucionária por estar mais próxima à materialidade da produção, reconhecendo-se a si mesma enquanto explorada. Ao reconhecer sua função na sociedade *gileadiana*, *Offred* acaba não apenas tendo uma consciência de si, mas protege o seu passado e tem esperança de um futuro, acreditando em uma resistência, como se *Gilead* fosse transitória. É por isso que as personagens de Luke e Nick nos são apresentadas, pessoas por quem a narradora se apaixona no passado e no presente, para lembrar que ela é digna de amor,

e, por isso, um ser humano completo, afinal “(...) ninguém morre por falta de sexo. É por falta de amor que morremos” (Atwood, 2017a, p. 125).

No capítulo dezoito do romance, *Offred* refletiu sobre aquilo que poderia ter acontecido a Luke em três histórias possíveis: a morte dele, a sua prisão e a sua fuga. Chegando à conclusão que ela acredita em todas elas, na insistência em um depois aquilo que aconteceu ao seu esposo no dia em que tentaram fugir e foram capturados, preenchendo as lacunas daquilo que ela não sabia.

[*Offred*] As coisas em que acredito não podem todas ser verdadeiras, embora uma delas tenha que ser. Mas acredito em todas elas, todas as três versões de Luke, exatamente ao mesmo tempo. Essa maneira contraditória de crer me parece, agora neste momento, a única maneira como posso acreditar em qualquer coisa. Qualquer que seja a verdade, estarei pronta para ela (Atwood, 2017a, p. 128).

Neste mesmo capítulo *Offred* afirmou,

Acredito na resistência do mesmo modo que acredito que não pode haver luz sem sombra, ou melhor, não pode haver sombra a menos que também haja luz. Tem que haver uma resistência, senão de onde vêm todos os criminosos, na televisão? (Atwood, 2017a, p. 128).

A narradora ainda tem algo pelo qual se manter, uma pulsão de vida, chegando a declarar em algumas passagens o desejo de ser tocada, a vontade de ver novamente sua filha, a saudade de Luke, Moira, de sua Mãe. Em uma oração *Offred* rogou a um deus forças para suportar o período, apesar de tudo que passou ela manteve acessa uma esperança de futuro.

[*Offred*] Meu Deus. Que estás no Reino dos Céus, que é interior. Gostaria que me disseses Teu Nome, quero dizer o nome verdadeiro. Mas Tu servirá como qualquer outro. Gostaria de saber o que Tu estiveste fazendo. Mas seja lá o que for, ajuda-me a suportá-lo, por favor. Embora talvez não seja Tua obra; não creio nem por instante que o que está acontecendo lá fora no mundo seja o que querias. Tenho pão suficiente de cada dia, então não perderei tempo com isso. Não é o problema principal. O problema é engoli-lo sem sufocar com ele (Atwood, 2017a, p. 233).

Ao tratar sobre o contexto do romance, Margaret Atwood escreveu em um artigo publicado no **The Guardian** (2012) que existem dois enredos escritos no livro, uma vez que deixou em aberto a possibilidade de mudança no apêndice do livro. Considero, na verdade, que *Offred* retrata essa fagulha de esperança da autora dentro do próprio contexto *gileadiano*, sendo uma personagem que manteve-se crítica àquilo que lhe acontecia. A sua forma de combater as violências foi acreditar no final delas, mostrando-se falha e vulnerável, rebelde e submissa, sendo a personificação do reflexo e da refratação.

Abre-se um parêntese para apontar que o termo “cálice” possui diferentes acepções no português, podendo significar “1 Pequeno copo com pé de forma semicilíndrica, para licores ou bebidas fortes”; tem uma concepção religiosa “2 Tipo de vaso empregado na Santa Missa, para a consagração do vinho”; também um significado para a biologia: “3 Vaso em forma de cálice, para flores, folhagens ou frutos artificiais” (Cálice, 2023). Todos esses sentidos permeiam o significado desta palavra no contexto do enredo ficcional, por mais que o uso como objeto a ser preenchido seja mais enfatizado por *Offred*. É interessante, contudo, trazer à tona uma ambiguidade na interpretação, da tradução em português, em razão da sonoridade entre “cálice” e “cale-se”, conjugação do verbo “calar”, já que a Aia sobrevive como uma pessoa que não pode se expressar em decorrência de um governo autoritário. Metáfora que ganha sentido quando associada às mesmas retratações na composição de Gilberto Gil e Chico Buarque chamada “Cálice”, lançada em 1978, como uma música protesto a ditadura civil-militar no Brasil (Chico Buarque; Gilberto Gil). Afastar-se do “cálice” [cale-se] passa a ser uma resistência contra as repressões. Ao mesmo tempo, afastar-se do cálice, enquanto recipiente, poderia ser para as Aias, no contexto do romance, um desejo de desvencilhar-se da sua função procriadora, mas será que assim estariam livres da violência?

Concluí-se, portanto, a partir da análise realizada ao longo deste capítulo que a religião, o Estado e o capitalismo confluem para fixar os sentidos produzidos nas relações de poder e, conseqüente, manutenção das desigualdades. Categorias como alienação e reificação devem ser consideradas para além da produção, uma vez que se inserem nos valores sedimentados pela ideologia dominante, na internalização desses valores pelos indivíduos, e que se refletem em todas as relações sociais. A partir da abordagem bakhtiniana da linguagem, compreendemos que a linguagem é também um campo de disputa, e que, mesmo diante de regimes de opressão, há resistência e possibilidade de ruptura. Assim, a discussão apresentada reforça o caráter dinâmico da reprodução do sociometabolismo do capital.

3. PATRIARCADO, CAPITALISMO E O CONTO DA AIA

Dentro da teoria feminista, existem algumas maneiras de compreender as confluências entre patriarcado e capitalismo. A TRS aponta para um caminho unitário de reconhecimento da importância da reprodução social para a reprodução societal do capitalismo. Isso não significa reconhecer que o conceito de patriarcado (e suas influências nas sociedades) seja a-histórico, mas pressupõe a contínua subordinação das mulheres, que se integra ao modo de produção socioeconômico tornando-se essencial para sua própria manutenção.

Historicamente o termo patriarcado se refere a um regime de poder e dominação baseado em uma fictícia e real supremacia masculina, sendo o capitalismo considerado como um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na busca do mais-valor. A partir da TRS, contudo, há a percepção de que o capitalismo se desenvolve e perpetua as desigualdades provocadas pelas opressões de gênero e sexualidade para sua manutenção, sendo ambos, patriarcado e capitalismo, co-constituídos, pois o patriarcado o constitui, conformando um sistema único.

Neste contexto, a obra **O Conto da Aia** de Margaret Atwood emerge como um texto fundamental para a análise das interações entre patriarcado, controle sexual e capitalismo. Onde as mulheres foram subjugadas pelo Estado, com suas vidas rigidamente reguladas, que considera o trabalho de reprodução social imprescindível para manutenção da vida humana, principalmente a da classe dominante.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo explorar como as assimetrias generificadas no modo de produção capitalista, se manifestam no universo do romance distópico de **O Conto da Aia**, examinando como os valores sociais se integram ao sistema socioeconômico e provocam a submissão das personagens femininas; explorar questões de poder, controle e resistência. Além disso, busca-se compreender como a narrativa de Margaret Atwood oferece *insights* críticos sobre a dinâmica das relações sociais estabelecidas entre personagens, vislumbre que destaca como as violências estão mais enraizadas nas nossas relações do que realmente pensamos.

3.1 “Bendito Seja o Fruto”: Patriarcado e capitalismo

No apêndice d’**O Conto da Aia**, a personagem do professor Pieixoto assume que *Gilead* “era, embora inquestionavelmente patriarcal na forma, ocasionalmente matriarcal no conteúdo, como alguns setores da estrutura social que lhe deu origem e a levou ao poder” (Atwood, 2017a, p. 362). Essa fala aparece em um momento em que a personagem tentava localizar um possível nome para o Comandante Fred, assumindo que havia um fundo patriarcal em *Gilead*, uma vez que as figuras masculinas estavam em uma situação de superioridade hierárquica, mas considerando a existência de um conteúdo matriarcal, principalmente pela parcela do poder coercitivo concedido às Tias e na influência das Esposas dos Comandantes na organização de algumas regulamentações do Estado.

Neste ponto, é preciso diferenciar o uso empregado nesta pesquisa para a conceituação de patriarcado daquela apresentada no romance distópico pelo professor Pieixoto. O termo patriarcado possui diferentes acepções e está em constante disputa, dentro do movimento feminista foi desenvolvido com uma significação ampla, aparecendo como um sistema ou um regime que comporta uma hierarquia entre os gêneros, em detrimento das mulheres, estruturalmente organizado, influenciando todo o campo social e constituição de individualidades. Apesar de não ser uma categoria utilizada por alguns/algumas autores/as da TRS, nesta pesquisa escolho apresentá-la para melhor explicar os consensos que legitimam a violência contra as mulheres e que se alastram por todas as relações sociais, no sentido de que as opressões de gênero e sexualidade foram (e são) utilizadas pelo capitalismo para sua constituição e manutenção, integrando uma unidade indissociável. Apresentando-se, principalmente, nas hierarquias da divisão sexual do trabalho e constituição do exército industrial de reserva.

Heleieth Saffioti (2015) afirma que patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, binômio que não pode ser entendido de forma apartada, mas compõe um único fenômeno com duas faces. A base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, mas no controle de sua sexualidade, e por consequência, sua capacidade reprodutiva. O controle está sempre em mãos masculinas²³, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos.

A ideia de patriarcado não se esgota, assim, na subordinação da mulher ao poder paterno decorrente do direito romano (*patria potestas*) nas relações familiares, mas envolve toda uma dimensão de dominação e exploração masculina socialmente construída e validada,

²³ Novamente, não em um sentido essencialista, mas empírico. O poder é legitimado quando em mãos masculinas, mesmo que mulheres possam ter acesso a parte dele.

co-constituída em sua estrutura e que repercute nas ações na sociedade, como por exemplo na discriminação salarial das trabalhadoras, no controle de sua sexualidade, sua capacidade reprodutiva e na prática legitimada de violências. Embora o patriarcado diga respeito a relações de gênero, expande-se por todo corpo social.

O argumento acima apresentado serve para observarmos que o patriarcado se expressa em todas as relações sociais, apesar de considerá-lo enquanto um sistema pode levar a compreensão de que está apartado do sistema socioeconômico. Nesse sentido, Cinzia Arruzza (2015) afirma que o patriarcado não é um sistema paralelo ao capitalismo, mas sua parte integrante. Isso não significa dizer que as opressões de gênero se iniciam com o sistema capitalista, mas sim que essa forma socioeconômica é um todo vivo, que se desenvolve continuamente, readaptando a organização do trabalho, necessitando das desigualdades e hierarquias para a composição de suas estruturas sociais. A própria forma como as opressões vão ser expressadas sofreram alterações ao longo do desenvolvimento das formas de produção. Adiciono a isso, aquilo que Nancy Fraser (2023) afirmou, cada ciclo do capital está associado a uma forma de organizar a reprodução societal e social, sendo inerente ao sistema produtivo um conjunto de relações sociais, que estão envoltas nas diferenças raciais, de gênero e sexualidade.

Embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado. Além disso, estas relações de dominação sofreram uma transformação significativa. Por exemplo, uma destas transformações está ligada a uma condição direta entre orientação sexual, reificada em identidade, e gênero. Porque é certamente verdadeiro que a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas (Arruzza, 2015, p. 46).

No livro **Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**, Cinzia Arruzza (2019) acrescenta, a conceituação de patriarcado, uma importante premissa: a linearidade geracional não está necessariamente associada ao poder originador da descendência. A autora afirma que há uma ideia que percorre as teorias feministas de que o patriarcado esteja ligado a uma primazia da descendência paterna e, acoplada a ela uma superioridade social dos homens. O que Cinzia Arruzza demonstra é que a patrilinearidade não significa necessariamente um maior poder masculino, desarticulando a justificativa biológica como hipótese para opressão de gênero.

Cinzia Arruzza segue seu argumento apresentando duas teóricas feministas que abordam a estruturação da hierarquia entre homens e mulheres levando em consideração as articulações sociais de cada povo estudado: Eleanor Leacock e Stephenie Coontz. A primeira é uma antropóloga que durante anos pesquisou sociedades caçadores-coletoras, demonstrando que havia, em verdade, um substancial igualitarismo entre seus membros, mesmo de sexos diferentes. Para esta autora, o papel determinante para uma divisão sexual do trabalho ocorreu a partir do confronto entre colonizadores ocidentais e os caçadores-coletores, em que houve a introdução de uma moralidade nas relações sexuais e afetivas, além de um impacto econômico, “por conta da destruição do equilíbrio que permitia que as mulheres controlassem seu próprio trabalho e produção” (Arruzza, 2019, p. 95).

A segunda autora mencionada por Cinzia Arruzza formulou uma resposta considerando as relações matrimoniais e a produção. Para Coontz não haveria um controle sobre a reprodução das mulheres, mas sobre sua capacidade de trabalho, o que explica as alterações nas relações de parentesco estão mais ligadas a conjuntura de produção de excedente, do que ao controle sobre a descendência de um patriarca.

As razões pelas quais a patrilocalidade prevaleceu sobre a matrilocidade são variadas e o debate permanece aberto. (...) Apesar da variedade de hipóteses, todas elas concordam em que a origem da opressão das mulheres está na transição para a patrilocalidade. Os homens se apropriaram do trabalho realizado pelas mulheres e a poligamia contribuiu para a diferenciação social entre os homens. De fato, possuir mais esposas era apropriar-se de uma maior quantidade de força de trabalho e, conseqüentemente, significava acumular um excedente maior. Além disso, a coincidência entre as relações de produção e as relações de parentesco levou à coincidência entre a apropriação da força de trabalho feminina e o acesso privilegiado ao controle sobre suas capacidades reprodutivas. Assim, opressão econômica e opressão sexual se sobrepunham e se incorporavam mutuamente (Arruzza, 2019, p. 97).

Isto significa que as origens de uma opressão às mulheres não devem ser buscadas apenas em uma divisão sexual do trabalho, em que há uma explicação fundamentalmente baseada na reposição geracional e sedentarismo das mulheres, mas deve considerar fatores ligados ao trabalho como, por exemplo, a necessidade de mão de obra para produção de excedentes ou itens de subsistência.

As normatizações sobre os papéis de gênero vão ser consideradas como um conjunto de práticas cotidianas que se estruturam nas relações de poder de uma sociedade capitalista,

que necessita de relações desiguais para manutenção das hierarquias que vão tencionar a dicotomia trabalho-capital.

As normas de gênero não são simplesmente um discurso, mas um conjunto de práticas cotidianas alicerçadas em relações de poder que estruturam a produção e a reprodução nas sociedades capitalistas. Os homens desenvolvem sua identidade como tais por meio do engajamento em formas particulares de trabalho no contexto de relações de poder específicas (Sears, 2015, p. 292).

Nesse sentido, não é de se estranhar quando *Offred*, ao relatar sobre os movimentos de regulamentação do trabalho das mulheres pelos Filhos de Jacob no período de transição para a República de *Gilead*, afirmou ter sentido como se fosse culpada quando do desligamento do trabalho que possuía antes do golpe de Estado.

[*Offred*] Estamos sendo demitidas?, perguntei. Eu me levantei. Mas por quê? Não demitidas, disse ele [chefe de *Offred*]. Dispensadas. Não podem trabalhar mais aqui, é a lei. Ele enfiou as mãos nos cabelos, e eu pensei, ele ficou maluco. A pressão foi demais para ele e entrou em curto-circuito. [...] Isso é um ultraje, disse uma mulher, mas sem o vigor da crença verdadeira. O que havia a respeito daquilo que fazia com que sentíssemos que o merecíamos? (Atwood, 2017a, p. 212).

Isso demonstra a existência de um valor social antes mesmo do golpe de Estado - mas após dele mais evidente, que opera dentro de uma lógica patriarcal de hierarquização desigual entre os papéis de gênero. “Merecer” perder o emprego apresenta, por um lado, um sentimento de subalternização que pode ser provocado por inúmeras justificativas espalhadas na produção cultural (filmes, literatura, política, religião, direito etc), e, por outro, aparece junto a um sentimento de impotência diante do absurdo, ambos influenciados por tendências provocadas na perpetuação dos consensos patriarcais.

N’O Conto da Aia há ainda uma discussão sobre a questão da *liberdade formal* em meio a um governo militarmente organizado. Esta pode ser apreendida “positivamente” como uma opção dada pelos Filhos de Jacob às Aias, Jezebéis e Tias para se estabelecerem nas suas funções em face ao envio às Colônias, como se houvesse uma alternativa legítima de escolha entre ser legalmente violada e a morte por trabalho forçado. De outro modo, há um sentido de culpabilização das Aias por outras mulheres, por elas terem concordado com a sujeição a sua função - o que foi descrito em uma conversa que *Offred* ouviu entre as Marthas, Cora e Rita, que trabalhavam para o Comandante Fred,

[*Offred*] Por vezes fico escutando do lado de fora de portas fechadas, algo que nunca teria feito no tempo de antes. Não escuto por muito tempo, porque não quero ser apanhada fazendo isso. Mas certa vez ouvi Rita dizer para Cora que não se rebaixaria dessa maneira.

Ninguém está pedindo que o faça, retrucou Cora. De qualquer maneira, o que você poderia fazer, se acontecesse?

Ir para as Colônias, respondeu Rita. Elas têm escolha. (Atwood, 2017a, p. 18).

Ao estudar o conjunto de livros escritos por Margaret Atwood, Fiona Tolan assevera que **O Conto da Aia** se trata de uma distopia crítica à segunda onda do movimento feminista da década de 1980 (argumento do qual discordo), afirmando que, exagerados, os anseios deste movimento social podem resultar em um “totalitarismo”²⁴. A autora aponta o uso dos conceitos de liberdade *para* e liberdade *de* trazidos no contexto narrativo pela voz de Tia Lydia. O primeiro é utilizado pela personagem para explicar a liberdade sexual em um “hedonismo liberal desgovernado”²⁵ (Tolan, 2005, p. 25). Já a liberdade *de* estaria ligada ao período autoritário *gileadiano*, uma vez que as mulheres estavam supostamente livres de assédios e objetificações na rua (Tolan, 2005; Tolan, 2007).

[*Offred*] Agora andamos pela mesma rua, aos pares de vermelho, e homem nenhum grita obscenidades para nós, fala conosco, toca em nós. Ninguém assobia.

Existe mais de um tipo de liberdade, dizia Tia Lydia. Liberdade para, a faculdade de fazer ou não fazer qualquer coisa, e liberdade de, que significa estar livre de alguma coisa. Nos tempos da anarquia, era liberdade para. Agora a vocês está sendo concedida a liberdade de. Não a subestimem. (Atwood, 2017a, p. 36).

Conforme destaca Fiona Tolan (2007), Margaret Atwood menciona no texto ficcional um slogan utilizado pelo movimento de mulheres canadenses da década de 1970, conhecido como “Mulheres Contra Violência Contra Mulheres” (WAVAW, sigla em inglês). Esse movimento utilizava a frase de propaganda “Levem de volta a noite” (*take back the night*)²⁶, como uma reivindicação das mulheres a uma maior segurança no período noturno, essa mesma frase apareceu n’**O Conto da Aia** descrita em uma cena, no livro, em que foram mostradas filmagens sobre as Não-mulheres no Centro Vermelho,

²⁴ Trata-se do uso do termo por Fiona Tolan enquanto sinônimo de governo autoritário. Salienta-se que há uma implicação harendtiana do conceito que é contrária ao uso marxista/marxiana utilizado no texto.

²⁵ Tradução nossa do original *ungoverned liberal hedonism*.

²⁶ Tradução do slogan conforme Ana Deiró propôs no livro.

A câmera faz um movimento para cima e uma tomada panorâmica e vemos o que está escrito, com tinta, no que deve ter sido um lençol de cama: LEVEM DE VOLTA A NOITE. Isso não foi coberto por tarja preta, apesar do fato de que não devermos estar lendo. As mulheres ao meu redor prendem a respiração, há uma agitação na sala, como o vento sobre a grama. Será isso um descuido, ou será que conseguimos nos safar com alguma coisa? Ou será uma coisa que nos foi mostrada deliberadamente, para nos recordarmos dos velhos tempos de nenhuma segurança? (Atwood, 2017, p. 146).

Alan Sears afirma que, desde a década de 1970, o assédio sexual tem sido um significativo tema para o movimento feminista (Sears, 2023, p. 291). O autor argumenta que o assédio sexual não está ligado a uma ação individual de homens inescrupulosos, mas vinculado a um sistema estrutural e normalizado sobre a sexualidade, compulsoriamente cisheterossexista de submissão das mulheres para “alívio” dos homens. Essa maneira de sociabilizar as relações entre homens e mulheres influencia como cada indivíduo vai conseguir se expressar no mundo, o que quer dizer que um sistema estruturado em desigualdade de gênero e subordinação constitui também subjetividades.

Entendo nesta pesquisa que Margaret Atwood auscultou as vozes da época em que escreveu o romance distópico, principalmente das mulheres, e, por isso, a pluralidade de debates que ocorriam em 1970-80, no Norte Global, enquanto inserida no contexto de discussões sobre as definições dos papéis de gênero e sexualidade. Nesse contexto, havia nesta época uma demanda por reconhecimento de identidades a partir da inserção de direitos formais no campo legislativo, além da denúncia sobre as violências cotidianas sofridas pelas mulheres. Com as políticas neoliberais, no Norte Global surgiu a propaganda de uma estabilidade social, baseada nos “direitos humanos e no livre mercado” (Marques, 2022, p. 18), em que se dizia que as lutas antagônicas pareciam ter deixado de ser entre classes e supostamente passaram a refletir as diferentes identidades culturais.

Em períodos de relativa normalidade, de hegemonia assegurada, a luta de classes será um componente normal da política, administrada pelas vias institucionais estabelecidas, e, mediada pelos partidos de ordem, poderá sem maiores problemas ser absorvida como parte da operação cotidiana, ainda que violenta, do arranjo social vigente (Marques, 2022, p. 24).

Nas sociedades de Estado de direito modernas, o âmbito jurídico-legislativo torna-se o cenário onde as disputas por legitimidade ocorrem. O reconhecimento legal se converte como o cenário de possibilidades de vida a partir da inclusão de direitos civis e políticos de grupos marginalizados no conjunto de leis do país. E o Poder Judiciário é considerado a

instância de redenção das desigualdades, em que a justiça se restringe à reparação patrimonial por agravos. Ocorre que, a própria noção daquilo que seria justo é criado por e através das expressões ideais da ordem do capital, e transpor os conflitos para a juridificação não necessariamente encerra as violências materiais.

Momentos de aumento da instabilidade econômica, insegurança e tensões sociais provocadas por diminuição da capacidade de acesso a bens de consumo mais básicos como habitação e alimentação, considerável aumento da violência e exploração do trabalho, proporcionam oportunidade de agência política, que podem ter vieses moralizantes, como a que gerou a mudança do ciclo do capitalismo na década de 1970-80 (Fraser, 2023). Essa instabilidade provocada por crises econômicas, ambientais e de reprodução societal, às vezes “menos agudas” –consideradas aquelas que não deslocam com grande profundidade uma percepção social imediata; pode levar a uma reconfiguração nas esferas de mudanças de consumo ou do trabalho.

Retomando-se o argumento trazido por Fiona Tolan, de que o romance distópico seria uma crítica a segunda onda do movimento feminista, utilizando para isso as falas da personagem da Tia Lydia, de que haveria uma suposta proteção a objetificação e assédio às mulheres em *Gilead*, a partir de uma regulação do governo para inibir determinadas atitudes tomadas por homens, entendo que o próprio enredo do livro aponta de modo contrário a persistência da objetificação e assédio feminino. N’**O Conto da Aia**, o Comandante Fred passou a convidar *Offred* para encontros à noite em seu escritório, momento em que ela não poderia recusar. Por mais sofisticado, com menor potencial agressivo, disfarçado sob leitura, jogos e bebidas, o convite pode ser encarado como uma importunação da qual a Aia não poderia escapar: “Mas recusar-me a vê-lo poderia ser pior. Não há nenhuma dúvida quanto a quem detém o poder de verdade” (Atwood, 2017a, p. 165).

Outro exemplo que pode ser apontado é quando, na consulta mensal de saúde, o médico que atendeu *Offred* insinuou a possibilidade de engravidá-la durante o procedimento, sob o argumento de ajudá-la. “*Dá-me filhos, ou senão eu morro. Há mais de um significado para isso*” (Atwood, 2017A, p. 75, grifo no original). É nesse momento também em que se descobriu, pelo mesmo médico, que os Comandantes provavelmente eram estéreis. A própria existência da casa de Jezebel demonstra a permanência da objetificação das mulheres, ainda que houvesse uma restrição legal para o sexo fora do intuito da gestação.

“Bendito seja o fruto”, saudação utilizada pelas personagens no contexto do romance distópico, apresenta-se como um valor social repetido cotidianamente: a importância da

gestação para *Gilead*, não no sentido de consideração da maternidade como uma etapa da vida, mas como uma obrigação a ter descendentes – e superioridade do/a filho/a em relação à própria saúde e integridade da mãe.

As violências contra as mulheres não se encerram neste dois pontos específicos, a restrição de acesso às mulheres pelos homens pelas leis *gileadianas* não tolhia, de certa forma, a liberdade de vida dos homens, mas sim das mulheres. As Aias eram obrigadas a usar uma “touca com grandes abas ao redor da cabeça” (Atwood, 2017a, p. 16), utilizadas para evitar o contato direto com outras pessoas, conforme descreveu a narradora “(...) são destinadas a nos impedir de ver e também de sermos vistas” (Atwood, 2017a, p. 16).

Percebe-se, ainda, no contexto d’**O Conto da Aia**, que a personagem Tia Lydia, em uma de suas pregações, acusou as mulheres de se tornarem preguiçosas em razão de possíveis benefícios estatais concedidos no período pré-*Gilead*, apesar de não estarem descritos expressamente quais eram estes benefícios ou como eram disponibilizados, a personagem aponta uma dependência econômica das mulheres ao erário público.

[*Offred*] Por vezes, contudo, o filme seria o que Tia Lydia chamava de um documentário de Não mulheres. Imaginem, dizia Tia Lydia, desperdiçarem seu tempo assim, quando deveriam ter estado fazendo alguma coisa útil. Naquela época, as Não mulheres estavam sempre desperdiçando tempo. Eram encorajadas a fazê-lo. O governo lhes dava dinheiro para fazerem exatamente aquilo. (Atwood, 2017a, p. 145).

Vale resgatar que as remodelações dos ciclos do capitalismo promoveram alterações nas relações sociais, inclusive quanto à atuação do Estado. A mudança do capital liberal para o de Bem-Estar Social fomentou uma participação estatal na distribuição de renda e disponibilização de serviços de reprodução societal como escolas, creches, serviços de saúde públicos etc. Tendências essas que foram sendo diminuídas com a substituição do Estado de Bem-Estar social pelo neoliberalismo a partir de 1980 nos EUA (Fraser, 2023). Não que em cada ciclo do capitalismo não tivesse existido contradições próprias nas suas formas, a disponibilização de apoio social pelo Estado estava longe de ser uma reparação às desigualdades existentes,

A hierarquia de gênero também não estava ausente desses arranjos, (...) a ampla tendência do capitalismo gerenciado pelo Estado nos países do núcleo era a valorização do modelo heteronormativo de homem provedor/mulher dona de casa. O investimento público em reprodução social reforçou essas normas. Nos Estados Unidos, o sistema de assistência social assumiu uma forma dualizada, dividida em uma assistência estigmatizada para mulheres e

crianças (brancas), sem acesso a salário masculino e seguro social respeitáveis para aqueles considerados “trabalhadores”(Fraser, 2023, p. 60, aspas no original).

Perry Anderson (1995) afirma que as ideias que compuseram o projeto neoliberal começaram a ser disseminadas logo após a Segunda Guerra Mundial, ainda no nascimento do Estado de Bem-Estar Social, sendo um de seus maiores defensores Friedrich Hayek, autor do livro **O Caminho da Servidão** (1944). Perry Anderson argumenta que neste livro estão as bases para a construção do projeto que só se iniciou efetivamente após a crise do modelo econômico em 1973, nos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra (1970) e Ronald Regan nos EUA (1980). A ideia central do Hayek, diz Perry Anderson, era promover um Estado forte que desestabilizasse os sindicatos e investimentos sociais, garantindo uma “saudável” desigualdade, necessária para o dinamismo econômico. As estratégias no Norte Global foram assumidas pelos governos de direita da década de 1970-80, colocando em prática àquilo idealizado pelo o grupo *Mont Pèlerin*, organizado por Hayek e outros autores.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos do bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar sindicatos (Anderson, 1995, p. 2, aspas no original).

A diminuição de políticas públicas pode estar associada ao contexto de ampliação de postos de trabalho para mulheres cis brancas, inclusive ao pensamento “pós-feminista” (Grecca, 2018, p. 51) de acesso a direitos na década de 70-80. Esse discurso suprime, por exemplo, o trabalho de mulheres negras, indígenas, latinas e da classe trabalhadora, as quais sempre estiveram vinculadas à necessidade de assalariamento.

Rita Von Hunty (2023), ao tratar sobre a identidade LGBTQI+, afirma que a conceituação de identidades a partir de práticas sexuais, no capitalismo, tem como característica a unificação de diferentes construções materiais de subjetividades sob o paradigma do ideal, que será considerado o normal em contraponto aos indivíduos divergentes. Uma colisão entre o Eu e o Outro que gera consequências de desvalorização e legitima a violência sobre o ser desviante. Em certo grau, essa identificação única perpassa também as definições dos papéis de gênero ou daquilo que é ser mulher, considerando as diferenças decorrentes do processo histórico de cada movimento.

A normatização do gênero e da sexualidade desencadeia o processo de identificação de práticas sexuais dentro do moralmente respeitado (“normal”) ou dissidências (“anormais”), e a conceituação destes em identidades permite a sua regulamentação jurídico moral, que podem legitimar as violências que recaem sobre os sujeitos. Controlar a sexualidade é controlar os limites de vida em torno da produção, mesmo que de forma mediata, “ (...) pois, a sexualidade se torna um meio para um fim e não um fim em si mesmo” (Sears, 2023, p. 290).

Saffioti, ao analisar a liberdade conquistada pelas mulheres brasileiras, indica que o problema da igualdade formal é que na prática ela torna-se desigual (Saffioti, 2015, p. 46). Lise Vogel (2020, p. 273 a 304) apresenta que Lênin já havia reconhecido, a partir das mudanças realizadas na União Soviética (URSS), que a democratização de direitos por meio da regulação legislativa não é por si só inclusiva, é necessária uma alteração substantiva na materialidade da vida:

O novo governo soviético começou a legislar concedendo igualdade formal às mulheres em muitas áreas. No entanto, precisamente porque a igualdade formal permanece distinta da igualdade social real, mesmo na transição socialista, a legislação poderia não ser suficiente (Vogel, 2020, p. 297).

Flávia Biroli aponta, em sua análise sobre o processo de “desdemocratização” – processo de aumento das políticas de austeridade e diminuição de políticas públicas e sociais – na América Latina, a partir da década de 1980, a importância dada à família considerada como tradicional para o avanço do neoliberalismo, para a autora há uma moral conservadora ligada ao movimento de políticas de austeridade. O feminismo, com suas consequentes conquistas nas políticas públicas de proteção às mulheres e liberdade sexual por meio de regulamentação estatal, é considerado como inimigo da sociedade, da família e da liberdade individual como um todo (Biroli, 2013, p. 138).

A crise econômica das últimas décadas torna esses conflitos ainda mais agudos, na medida em que a agenda da "austeridade econômica" e do "equilíbrio fiscal" tem significado menos garantias trabalhistas, rotinas de trabalho menos reguladas e um estrangulamento dos recursos para políticas de cuidado, saúde e educação. Em todos os casos, a posição relativa das mulheres nas sociedades faz com que sejam elas as mais oneradas pelas responsabilidades privatizadas e pelo tempo desregulamentado do trabalho. (Biroli, 2013, p. 150, aspas no original).

O argumento de Flávia Biroli, apesar de versar sobre a América Latina, o que não é objeto dessa pesquisa, é trazido aqui pois demonstra que existe uma justificativa moral

inerente ao neoliberalismo que, por um lado, aponta que as políticas sociais, benefícios previdenciários e acesso a liberdades civis das minorias (de direito) como prejudicial aos cofres públicos e, por outro, culpabiliza a população por sua dependência.

O conceito de “empoderamento” das mulheres ganhava espaço enquanto um modelo privatizado de acesso a oportunidades se estabelecia, com a recomendação de ajustes econômicos e de redução do Estado (Biroli, 2013, p. 145, aspas no original).

A culpabilização da distribuição de renda e gastos com a reprodução societal pelo Estado suprime a crítica à forma de organização da sociedade do modo de produção capitalista. Somente há necessidade de amparo por meio de políticas públicas porque as pessoas são despossuídas de meios de subsistência, precisando de um apoio estatal para complementação da renda e utilização de serviços públicos, principalmente por não terem acesso aos mesmos serviços de forma privatizada e terem que se enquadrar à disponibilização de mão-de-obra no mercado de trabalho. De outra forma, essa “distribuição” também vai ocorrer, dentro do romance distópico, ao disponibilizar o acesso dos Comandantes a um grupo de mulheres consideradas férteis, ou seja, a questão crucial não é a disponibilização de bens e serviços pelo Estado, mas quais grupos sociais vão ser beneficiados por ele.

N’O Conto da Aia o uso de uma base religiosa produziu as justificativas morais para a regulamentação do trabalho de reprodução social e liberdades individuais, enquanto coube ao Estado a legitimação desta por meio de seu aparato jurídico formal, ambos em esforço conjunto para continuidade de um sistema socioeconômico.

3.2 Vermelho, Azul e Cinza

O capitalismo é um sistema socioeconômico totalizador, isso significa que a tendência é que todas as atividades da vida humana, e as relações entre ser humano e natureza, sejam incorporadas direta ou indiretamente ao sistema produtivo. Dessa forma, as premissas de igualdade, propriedade privada, liberdade e família cisheteronormativa são condições que afetam como os indivíduos irão se constituir individualmente (em sua autoconsciência ou consciência individual), e como irão se organizar em torno das práticas de lazer e profissionais (Ferguson, 2023).

A TRS se coloca enquanto instrumento teórico de análise da totalidade capitalista para sua superação, entendendo que a violência é composta por diversos fatores, com nuances sofisticadas, e não se restringe a expressão de força e dominação. Não se quer aqui minimizar as situações de violação física, psíquica ou econômica da violência de gênero, mas apenas explicitar suas matizes na sociedade *gileadiana*, entre todas as cores, o vermelho e azul, a violência existe no cinza.

Tithi Bhattacharya (2019b), por exemplo, faz uma correlação entre violência sexual e pobreza no neoliberalismo. A autora menciona, neste artigo, alguns casos de violência sexual contra trabalhadoras de *callcenters* em Delhi, na Índia, e de fábricas de roupa em Lesoto, argumentando que a preocupação em decorrência da exposição ao risco de mulheres a violências no período noturno nestes locais decorre de um complexo de relações socioeconômicas. Ela expõe que com a acentuação das desigualdades materiais houve uma maior vulnerabilização dessas mulheres, já que estas foram impelidas a se submeterem ao trabalho informal ou mal remunerado, ficando sujeitas a sobrejornada ou jornadas alternativas para ajustarem-se ao fuso horário ocidental.

Um método comum de “culpar” as vítimas de estupro sujeita a mulher, ao invés do estuprador, a um exame crítico. Na Índia, as mulheres que sofreram estupro foram culpadas por saírem “tarde à noite”, o que, segundo esse argumento as fez merecer seu destino violento. No tribunal, um advogado de defesa de três dos cinco homens acusados no caso da mulher violada e morta em Délhi em 2012 declarou que mulheres “respeitáveis” não eram estupradas. “Eu não vi nenhum incidente ou exemplo de estupro com uma senhora respeitada”, Manohar Lal Sharma disse ao tribunal, culpando a vítima por sair durante a noite com um amigo com quem ela não era casada (Bhattacharya, 2019b, p. 25-26).

Em uma sociedade capitalista, a percepção de “tempo livre” está intimamente ligada ao trabalho. Quais horas do dia são destinadas ao divertimento, quais meses, como se pode divertir ou não, quem pode se divertir ou não, vão ser orientadas a depender da disposição sobre o trabalho em cada lugar. Não é de se estranhar, então, as regulamentações jurídico legais (e repressão física) em torno de atividades vinculadas ao divertimento ou uso do tempo livre. Normatizações jurídicas que podem gerar a marginalização daqueles/as que não trabalham, com uso de força repressiva para sua dispersão e criminalização de determinadas

atividades, como por exemplo, leis contra vadiagem, distribuição de bebidas alcoólicas, criminalização de práticas esportivas etc.

A relação lazer-trabalho se revela não como uma oposição, mas de forma complementar, uma vez que a diversão é também um espaço de intencionalidade e envolve, em certa medida, a criação de algo. A diferença é que o trabalho, em uma sociedade capitalista, é uma atividade instrumentalizada, que aliena o ser humano e o reifica, por isso, é necessário o disciplinamento por meio de orientações contra a distração (e o prazer) no ambiente de trabalho. Isso não significa que não possa existir satisfação pessoal no exercício da profissão, ao contrário, o trabalho é também um momento de contentamento, mas ele será individualizado e parcial.

Embora as relações capitalistas exijam a repressão e a alienação do eu, processos de trabalho concreto – aqueles realizados sob a alçada direta do chefe e aqueles realizados como trabalho doméstico não remunerado – mantêm pelo menos o potencial de maior autorrealização (isto é, para o exercício de prazeres imaginativos e sensitivos). Geralmente, esse potencial é (e só pode ser) expresso de maneira parcial – por exemplo, o metalúrgico que se orgulha de resolver uma falha na linha de montagem ou a equipe de segurança que não volta do intervalo para terminar o jogo de cartas. De diferentes maneiras, esses trabalhadores moldam seus trabalhos concretos de acordo com suas motivações pessoais, realizando algo por si mesmos no decorrer de seu tempo de trabalho para o capital (Ferguson, 2023, p. 195-196)

A estruturação do trabalho vai depender de como a sociedade está organizada, e, ainda, das circunstâncias ambientais (e sociais) específicas de cada momento. Alan Sears (2023, p. 282) explica que escritoras feministas e antirracistas entenderam que a expropriação continuada produz uma classe trabalhadora que se organiza em torno da diferenciação de gênero, racialização e colonialismo. As divisões do trabalho (sexual, social, racial) vão se influenciar mutuamente resultando em formas diferentes de degradação de determinadas atividades, nas “sociedades capitalistas, por exemplo, o cuidado tende a ser sistematicamente desvalorizado” (Sears, 2023, p. 283). O autor ainda aponta que a forma como cada indivíduo vai se perceber depende da sua posição nas hierarquias de gênero e raciais, resultando na percepção sensorial de sua própria individualidade.

A atividade sexual se constitui, então, não apenas em uma hierarquia entre indivíduos, mas envolve uma gama de circunstâncias e orientações: a diferentes salários, quantidade de tempo à disposição do trabalho e lazer, discursos que vulnerabilizam imigrantes, pessoas

racializadas, mulheres e dissidentes de gênero, organização do sistema ou regime patriarcal, atuação ou não do Estado de Bem-Estar Social, maternidade, sexualidade, divisão no trabalho de cuidado. E, diante dessa conjuntura socializada, existem as necessidades de adequação das pessoas à sobrevivência, isso significa dizer que o espaço entre concessão e repressão é mais nebuloso do que ordinariamente se expõe.

N’**O Conto da Aia**, por exemplo, para *Offred* as definições de escolha e imposição não estão bem definidas, ao mesmo tempo em que ela sabe que não pode dizer não para o Comandante Fred, sujeitando-se a ser sua amante, ela se coloca em uma posição de manifestação de vontade. Esse limite acinzentado, em *Gilead*, decorre da forma como há a divisão sexual e social do trabalho, as consequências ambientais da industrialização e do forte teor moral construído em torno da sexualidade, que impedem *Offred* de perceber que aquilo que realmente ocorre na Cerimônia mensal é um estupro legitimado pelo Estado. E que é “permitido” pela Esposa do Comandante, pelas Marthas, pelas Tias, pelos Anjos, Guardiões etc. É errado Janine sucumbir ao disciplinamento do Centro Vermelho? É errado *Offred* escolher ser uma Aia? Quais outras opções que elas teriam nesse contexto?

Talvez estas sejam perguntas que não tenham uma resposta adequada sem a observação do todo. Assim como a mitologia cristã decorre de um eixo narrativo linear, com começo, meio e fim (Von Hunty, 2024), o capitalismo, após a desfazimento do bloco de países socialistas, sentenciou o fim da história. É preciso imaginar novos começos para que as pessoas se apercebam dos seus incomôdos e tenham possibilidade real de escolha, sem que seja levada em consideração a troca de uma vida brutalizada em face da manutenção da sua subsistência.

Em **O Conto da Aia**, a personagem do professor Pieixoto, ao apresentar possíveis nomes para o Comandante Fred, menciona que um dos candidatos foi aquele que criou a “Cerimônia de Participação” (Atwood, 2017a, p. 360), momento em que as Aias tinham oportunidade do uso de força física contra outras pessoas, em geral, indivíduos policamente contrários à *Gilead*. A justificativa da existência dessa Cerimônia foi para ser um momento de “dar vazão” aos sentimento de subordinação das mulheres, ao mesmo tempo, participar desse processo de punição também era uma medida socioeducativa, aquilo que pode ocorrer com aquelas que rompem com a ordem. A narradora afirma:

Como sabiam os arquitetos de Gilead, para instituir um sistema totalitarista eficaz ou, de fato, qualquer sistema, seja lá qual for, é preciso que se ofereçam alguns benefícios e liberdades, pelo menos para uns poucos privilegiados, em troca daqueles que se retiram. (Atwood, 2017a, p. 362).

Apresentado o argumento no tópico anterior deste capítulo, de que a divisão sexual do trabalho não se fundamenta necessariamente em uma diferenciação biológica entre os sexos, parte-se do pressuposto de que as formas como a autoconsciência ou consciência individual das pessoas vão ser criadas esbarram nos limites das configurações reais estabelecidas e socializadas em determinado tempo e território. E as características consideradas como masculinas ou femininas dependem também de como a família é organizada.

Não é a família em si, como um conceito universal e abrangente, que é fonte da opressão contra as mulheres ou as sujeitam a um estado de opressão, mas é nela que as violências primeiro podem se expressar, principalmente contra pessoas consideradas “sexo-gênero dissidentes” (Núñez, 2023). Isso decorre das relações que levam a formulação de uma família cisheteronormativa patriarcal com os limites impostos pelo sistema capitalista. É interessante notar que bell hooks (2021) aponta um aspecto positivo à família como um lugar de segurança e apoio emocional, esclarecendo o aspecto dialético da sua composição. A depender de como se organizam, as pessoas podem criar comunidades com socialização do trabalho de reprodução social e de afeto, como a autora aponta ter existido em sua infância nos bairros negros dos EUA.

A formulação da família monogâmica cisheterossexista atual é consequência de uma série de processos históricos de expropriação de terra na acumulação primitiva, sua continuidade dentro das alterações dos ciclos do capital e do colonialismo no Sul Global. Maria Mies²⁷ (2022) argumenta que o colonialismo criou uma dupla percepção da família, instituindo para a Europa uma organização diferente daquela tratada nas colônias. A autora aponta, com base na escravização ocorrida no Caribe, que os colonizadores preferiam importar mão-de-obra a incentivar a reprodução de escravizados, isso porque consideravam apenas os lucros quanto aos meses de trabalho perdido durante a gestação e amamentação pelas mulheres escravizadas.

²⁷ Não é uma autora referência da TRS, mas apresenta uma argumentação interessante sobre as diferentes formas de constituição da família considerando o colonialismo no Sul Global.

Como demonstrou Rhoda Reddock (1984), a atitude dos colonizadores em relação à escravidão e às mulheres escravizadas no Caribe foi baseada nitidamente nos cálculos capitalistas de custo-benefício. Isso era particularmente verdadeiro no que diz respeito à questão de permitir ou não que as mulheres escravizadas “reproduzissem” mais escravos. Ao longo dos séculos do comércio moderno de escravizados e da economia escravista (de 1655 a 1838), essa questão não foi respondida de acordo com os princípios da ética cristã – que supostamente se aplicavam à “pátria mãe” –, mas segundo as necessidades de acumulação dos capitalistas proprietários de terra (Mies, 2022, p. 183).

Ao contrário, na Europa, a classe burguesa forçava o matrimônio monogâmico para as mulheres, construindo uma ideia de exclusão destas do trabalho produtivo e privatização do trabalho de reprodução social (Mies, 2022). É preciso enfatizar que essa construção de sentido de família excluía as pessoas da classe operária, criando uma cisão de comportamentos no próprio Norte Global, com arranjos familiares diferentes a depender das diferenças de classe e políticas racializadas.

Geni Núñez (2023) argumenta que a noção de monogamia cisheteronormativa foi uma imposição colonial no Brasil, já que existiam diversos arranjos afetivos e sexuais indígenas diferentes daqueles impulsionados pelo colonialismo de base cristã. A autora aponta que a monogamia aparece na bíblia primeiramente nas interpretações voltadas ao monoteísmo, uma vez que o cristianismo excluiria as possibilidades de escolha ou de convivência pacífica de diferentes credos. Esse argumento de unicidade de religião vai condicionar o casamento (cristão) às ideias de indissolubilidade do vínculo matrimonial e fidelidade. A autora, então, afirma que “embora muitas pessoas não associem a monogamia a uma religião específica, mas a algo universal e neutro, na verdade ela é uma orientação cujas bases vêm diretamente do cristianismo” (Núñez, 2023, p. 45). Trago esses argumentos para demonstrar que aquilo que é dito como universal, é, em verdade, co-construído socialmente, a partir das relações sociais decorrentes de um conjunto de interesses para a manutenção de um sistema socioeconômico, e que estão amalgamados as hierarquias raciais e de gênero construídas nesse processo histórico. Sendo ao mesmo tempo espaços de sociabilização, segurança e afeto. Não há aqui um julgamento moral sobre a família, mas percebe-la como uma possível fonte do consenso formado nas sociedades capitalista sobre o seu padrão. Até porque, a depender dos marcadores de grupos sociais, principalmente nas diferenças de classes, as famílias vão ser organizadas de modos diversos daquele esperado e imposto pelos meios culturais e instituídos jurídico formalmente.

A noção de centralização afetivo-sexual do casamento em uma unidade econômica privatizada concentra o trabalho de reprodução social nas mulheres, que destituídas de autonomia são condicionadas a satisfazer as necessidades da “casa” no trabalho doméstico, e dos homens com o sexo, em troca de segurança e meios de subsistência. A justificativa moral cristã, inclusive, repercute a ideia de sexo como uma obrigação das mulheres dentro da relação monogâmica,

Em muitos casos, essa premissa acaba por borrar as fronteiras do consentimento, uma vez que não bastaria que apenas uma das pessoas não quisesse a prática sexual; a Bíblia só admite que o sexo não ocorra quando for por “mútuo consentimento”. Diante disso, no confessionário, o trabalho dos padres direcionava-se a inculcar, especialmente nas mulheres, a ideia do sexo como um dever (Núñez, 2023, p. 29).

Lise Vogel (2022), ao traçar historicamente algumas das discussões do movimento feminista marxista, apresenta o entendimento de Clara Zetkin da “questão da mulher” na modernidade. Para Zetkin haveria uma diferenciação nas sujeições das mulheres nas diferentes classes sociais, o que gerou uma divergência entre as mulheres na luta por emancipação.

Assim, as mulheres da classe mais privilegiada estariam submetidas a dependência econômica, mas desligadas do trabalho doméstico, por exemplo, por terem possibilidade de contratar esse serviço. As mulheres da classe intermediária de pequenos burgueses ou proletários qualificados, lutam pela qualificação educacional para alcançar o nível econômico de seus pares masculinos, enquanto as mulheres da classe operária sempre estiveram sujeitas ao trabalho, existindo para elas igualdade com os homens proletários quanto ao acesso ao trabalho (Vogel, 2022, p. 273-303). A análise de Zetkin se contrapõe a idealização da constituição familiar universal independente de uma divisão de classes. Por mais que tenha existido a criação do consenso de ideal sobre o casamento, com a sedimentação do trabalho de reprodução social recaindo sobre as mulheres, na materialidade da vida, as formas como cada grupo social irá estabelecer suas relações dependem de como os participantes vão ser alocados dentro da divisão do trabalho e da produção.

A privatização (de parte) do trabalho de reprodução social é uma consequência de uma série de agências socio-jurídicas (de proibições legais e reações moralistas) em um mar limitado pela adaptação do capital às insurgências sociais de cada época. A depender do

momento e território, e, é claro, da preocupação com a orientação de determinada classe. A escrita disruptiva de Margaret Atwood expressa as contradições inerentes de uma sociedade capitalista, a todo momento, no enredo, existem situações em que é possível perceber uma barganha, que dependia dos privilégios de cada classe. Quanto mais vulnerabilizado e dependente, mais é cerceada a troca, uma vez que as personagens pouco tinham a sua disposição para a transação, assim, menos possibilidades de decisões sobre sua vida.

No romance distópico, houve a descrição do parto de Janine, Aia do Comandante Warren, nesta cena *Offred* apresenta a fartura de comida oferecida às Esposas dos Comandantes, com diversos tipos de bebidas e comida, sendo disponibilizado às Aias apenas “leite e sanduíche”. Não eram todas as mulheres, assim, que estavam privadas de bebidas alcoólicas ou tinham restringidas suas condições de vida.

[*Offred*] À esquerda, as portas duplas da sala de jantar estão dobradas para trás, e lá dentro posso ver a mesa comprida com a toalha branca e um bufê servido: presunto, queijo, laranjas – eles têm laranjas! -, e pães frescos e bolos recém-saídos do forno. Quanto a nós, seremos servidas de leite e sanduíches, numa bandeja mais tarde. Mas elas têm uma cafeteira com torneira e garrafas de vinho, por porque as Esposas não deveriam ficar um bocadinho bêbadas num dia tão triunfante? (Atwood, 2017a, p. 142).

O triângulo da “poligamia serial” central do enredo é constituída pelo Comandante Fred; sua esposa, Serena Joy, e a Aia e narradora, *Offred*. Quando apresentadas, Serena Joy estabeleceu os limites para a relação funcionar: “No que me diz respeito, isto é uma transação comercial, um negócio” (Atwood, 2017a, p. 25). Há entre as duas uma necessidade, Serena Joy permite *Offred* porque ela quer (ou foi criada a necessidade para ela querer) ter uma criança, que só é possível, para ela, a partir da aceitação de uma Aia na relação conjugal. “Bendito seja o fruto”, frase utilizada como saudação em *Gilead*, apresenta a moeda de troca para a sobrevivência das Aias, a permissão de ter acesso a alimentação, habitação e cuidado com a saúde em troca de uma violência cotidiana legitimada pelo Estado, com a justificativa da gestação.

[*Offred*] Ela [Serena Joy] não fala comigo, a menos que não possa evitar. Sou uma vergonha para ela; e uma necessidade. (...)

Então, é você a nova, disse ela [Serena Joy]. Não deu um passo ao lado para me deixar entrar, apenas ficou parada ali, no vão da porta, bloqueando a entrada. Queria fazer com que eu sentisse que não poderia entrar em sua casa a menos que ela me autorizasse. Há uma disputa de poder, hoje em dia, com relação a detalhes desse tipo (Atwood, 2017a, p. 22-23).

Há também uma negociação entre *Offred* e o Comandante Fred, quando este passou a convidá-la para encontros no seu escritório. Por mais que a narradora não pudesse recusar o convite, ela descobre uma brecha para conseguir acesso a situações e objetos banais: leitura, jogos, bebida alcoólica, loção para pele, em troca de flerte e, em certa medida, culpa.

[*Offred*]- O senhor quer que minha vida seja suportável para mim – digo. Isso sai não como uma pergunta, mas como uma afirmação clara; clara e sem dimensão. Se minha vida for suportável; talvez o que eles estão fazendo seja correto no fim das contas.

[Comandante Fred]- Sim – diz ele. – Quero. Preferiria que fosse.

[*Offred*]- Então está bem – digo. As coisas mudaram. Agora, tenho algo que posso usar para pressioná-lo em meu proveito. O que tenho para pressioná-lo é a possibilidade de minha morte. O que tenho para pressioná-lo é sua culpa. Finalmente. (Atwood, 2017a, p. 224-225).

Isso não significa que as Aias detinham algum poder social. Este é um recorte individual de *Offred* que percebeu uma possibilidade de acesso a bens de consumo e satisfação pessoal por meio da leitura e jogos. O assédio e violência não foram interrompidos, ao contrário, ela teve que se tornar amante do Comandante sem ter tido escolha.

Em relação às Jezebéis, o sexo como objeto de escambo aparece de maneira mais evidente. Ao serem consideradas Não-Mulheres, a única opção viável seria o trabalho forçado em campos tóxicos ou agricultura, sendo permitida uma saída que possui “vantagens” em uma sociedade de restrições: acesso ao álcool, cigarro, relações interpessoais etc.

[Moirá] “De modo que depois disso, eles disseram que eu era perigosa demais para que me fosse concedido o privilégio de voltar para o Centro Vermelho. Disseram que eu seria uma influência corruptora. Eu tinha a minha escolha, isto aqui ou as Colônias. Bem, merda, ninguém exceto uma freira escolheria as Colônias. Quero dizer, eu não sou uma mártir. Já tinha mandado ligar minhas trompas, anos antes, de modo que nem precisava da

operação. Ninguém aqui tem ovários viáveis tampouco, você pode imaginar o tipo de problemas que causaria.

[Moirá] “De modo que aqui estou. Eles nos dão até creme facial. Você deveria arranjar alguma maneira de entrar para cá. Teria três ou quatro bons anos antes que a boceta ficasse gasta e eles mandassem você para o cemitério. A comida não é má e tem bebida e drogas, se você quiser, e só trabalhamos à noite.” (Atwood, 2017a, p. 241-242, grifo no original)

A sexualidade apresenta-se, assim, como um caráter intermediador para as relações da vida. Associadas a uma formulação conjugal monogâmica e cisheteronormativa com dependências econômica, de segurança e afetiva, normatizando o conjunto familiar na centralidade do casal, que exclui outras possibilidades de arranjos (Núñez, 2023). Essa padronização associa as pessoas de gênero e sexualidade dissidentes como “diferentes” ou “anormais”, fazendo da própria família um local de violência. Além de auxiliar a privatização do trabalho de reprodução social, majoritariamente feito por mulheres, e que, por consequência, reflete em uma diferença salarial entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Isso é bastante óbvio no caso do trabalho sexual remunerado, mas muitas vezes nos vemos usando a sexualidade para cumprir nossas metas de vida, incluindo obter companheirismo, sustento, fuga da tristeza e conquista de significado para uma vida em que outras atividades parecem vazias. A sexualidade é profundamente moldada pela alienação na sociedade de classes (Sears, 2023, p. 290).

Portanto, a análise crítica das relações sociais em uma sociedade capitalista revela a complexidade dos percursos dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, evidenciando como a organização da família está intrinsecamente ligada a como o trabalho será desigualmente distribuído. Através da Teoria da Reprodução Social, compreendemos que a violência de gênero não é apenas física, mas também está enraizada nas relações sociais e econômicas, manifestando-se de diversas formas, desde a exploração do trabalho reprodutivo não remunerado até a objetificação da sexualidade como moeda de troca. A construção da família cisheteronormativa e monogâmica, longe de ser universal, é moldada por processos históricos e econômicos específicos, refletindo e perpetuando as hierarquias de classe e gênero. Enquanto buscamos compreender essas dinâmicas complexas, é necessário imaginar

novas formas de organização social que possibilitem verdadeira autonomia, sem que a subsistência esteja condicionada à submissão a estruturas opressivas e desiguais.

3.3 A Teoria da Reprodução Social e O Conto da Aia

A Teoria da Reprodução Social é uma proposta teórico-metodológica relevante para compreensão das dinâmicas sociais, oferecendo uma estrutura analítica para examinar as dinâmicas ocorridas na produção e reprodução societal. Ao destacar a importância do trabalho reprodutivo para a manutenção do sistema capitalista, a TRS apresenta as formas pelas quais a apropriação e opressões se estendem para além do âmbito do trabalho assalariado, penetrando profundamente nas definições dos papéis de gênero, família e sexualidade.

Segundo Tithi Bhattacharya (2023), Marx apresenta uma proposição contrária à economia política burguesa, estabelecendo como protagonista do capitalismo o trabalho, único meio de produção de valor (mais-valor), e não a mercadoria. Como essa produção, a partir do trabalho, é organizada influencia a constituição total da sociedade, inexistindo separação entre as esferas da reprodução social e societal, dessa forma “o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que é chamado de não econômico” (Bhattacharya, 2023, p. 130), em uma “interdependência contínua”(Marx *apud* Bhattacharya, 2023, p. 130) entre essas unidades do todo. Integrando o não econômico (ou extraeconômico) estão a forma Estado, instâncias jurídico-formais, religião, serviços de manutenção da vida públicos ou privados, a divisão social racial e sexual do trabalho.

Sendo a força de trabalho a “mercadoria única” (Bhattacharya, 2023) para a produção de valor, a sua regeneração e reposição é especialmente importante para continuidade desse sistema socioeconômico. A proposta da TRS é enfatizar o trabalho generificado para a reposição geracional de trabalhadores/as e sua contínua renovação, na medida em que para que uma pessoa possa sobreviver é necessário um conjunto ininterrupto de relações sociais, que estão, em uma sociedade capitalista, limitados e organizados pelas disposições sobre o trabalho e tempo livre.

Existe um provérbio africano, de autoria desconhecida, que afirma que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Explicitando a importância de todo corpo social para o desenvolvimento infantil, esse conceito pode ser ampliado para conceber qualquer

indivíduo. Uma vez que o ser humano é constituído a partir de uma série de relações sociais já estabelecidas e em desenvolvimento, em um acúmulo de saberes, tecnologias e mercadorias. Os serviços que serão ofertados no âmbito privado ou público, o acesso a bens de consumo de subsistência, o acesso à educação formal, o direito à expressão religiosa, a influência religiosa no âmbito jurídico, as práticas sexuais, a conjuntura da família, todas as atividades humanas decorrem dessas dinâmicas sociais, que são complexas e contraditórias.

Em uma sociedade capitalista, o binômio trabalho-capital acompanha todas essas relações sociais subjacentes, existindo uma luta constante entre uma maior exploração e melhores condições de vida. A TRS aponta por um reconhecimento de que a luta de classes está inserida em todos os tensionamentos que envolvem o binômio (Bhattacharya, 2023), principalmente na luta das mulheres por pão²⁸ (Arruzza; Bhattacharya, 2019).

Através do enredo distópico criado por Margaret Atwood, n’**O Conto da Aia**, há um enfrentamento do/a leitor/a com uma sociedade em que algumas mulheres tiveram as condições de vida reduzidas, havendo uma divisão do trabalho que considera cada trabalho de reprodução social enquanto um cargo a ser preenchido, tendo a sua autonomia e liberdade suprimidas. No quadro 2 apresentado no capítulo um dessa dissertação, há a descrição do trabalho de reprodução social fragmentado em cargos ou grupos sociais criados pelos Filhos de Jacob, e distribuídos especificamente para as mulheres em decorrência do esteriótipos socialmente condicionados. Essas foram destinadas a atividades não econômicas, mas que serviam para manter o todo social, principalmente na prestação de serviço para uma classe dominante, desde o serviço doméstico realizado pelas Marthas até a gestação pelas Aias. Os valores sociais sobre a sexualidade e as definições dos papéis de gênero (Mulher, Homem e Não-mulher) reforçam a preocupação de *Gilead* sobre o tempo livre das pessoas, coagindo sujeitos sociais a participarem da organização instituída pelo regime a partir da coerção física e psicológica, expressamente enfatizado na exploração do trabalho nas Colônias e disposição das pessoas assassinadas pelo regime no Muro.

Essa análise revela como as estruturas de poder patriarcal e religiosas se co-constituem com as relações de produção capitalista, perpetuando um ciclo de opressão que subjuga as mulheres tanto no espaço público quanto no privado. Ainda que para todas as mulheres haja um reflexo do patriarcado, com algum tipo de privação a liberdades, política ou poder.

²⁸ A “luta por pão” é uma referência aos conflitos por aumento do preço desse item de subsistência, que geraram as Revoluções Francesa (1789) e da União Soviética (1917), sendo o pão um signo que concentra a ideia de alimentação.

Essas desigualdades podem ser concentradas no significado da categoria patriarcado, entendido como práticas sociais contínuas e renovadas de hierarquização dos papéis de gênero e sexualidade, em que os homens detêm, na realidade e no símbolo, poder e privilégio em detrimento das mulheres, que permeia todos os aspectos da sociedade e molda as identidades individuais e coletivas. Essa categoria caracteriza-se não apenas pelos valores familiares tradicionais ao redor de um pai ou marido, mas perpetua-se também no controle da sexualidade feminina, nas práticas legitimadas de violência, na divisão generificada do trabalho e discriminação salarial. Opera, inclusive, na privatização do trabalho de reprodução social – no sentido dessas atividades serem majoritariamente realizadas dentro de um âmbito doméstico, trabalho essencial para manutenção de um sistema socioeconômico que necessita da mercadoria força de trabalho para produzir valor. Os aspectos alienador e reificador do trabalho concretizam-se, assim, não apenas na produção, mas em todos os âmbitos das sociedades.

As categorias patriarcado, religião e Estado estão intrinsecamente associadas no romance distópico objeto desta pesquisa, não podendo haver uma separação entre elas. As intermediações na sociedade *gileadiana* só podem ser compreendidas quando os conceitos são apreendidos em conjunto, uma vez que não é possível conceber a República de *Gilead* sem sua justificativa moral de base religiosa, nem analisar as interpretações da tradição veterotestamentária sem observar seu conteúdo militar e patriarcal.

Da mesma forma, a noção de que as relações de gênero e sexualidade são negociadas de maneira muito mais complexa do que comumente associado. A violência permeia as composições desiguais e hierarquizadas, mas não sem abarcar também as negociações que permitem a sobrevivência de cada indivíduo. No enredo ficcional, as personagens retratadas ressoam uma variedade de vozes, apresentadas no quadro 3 do capítulo um da dissertação, que comunicam diversas formas de repressão, mas também que revelam resistência e subversão diante do poder patriarcal e religioso que as oprimem. Desde pequenos atos de resistência cotidiana, como compartilhar informações e formar laços de solidariedade entre si, até o desmantelamento do regime *gileadiano* como um todo.

Após a tomada do poder institucional pelos Filhos de Jacob, houve uma reorganização do trabalho, com proibição do assalariamento às mulheres, mas, de forma contraditória uma confirmação de que para *Gilead* as atividades de reprodução social estão inseridas no conceito de trabalho, ainda que não remunerado. Para a TRS, inclusive, as diferenças entre como a

reprodução social se apresenta na realidade, se público ou privatizado, doméstico ou feito “fora de casa”, são apenas consequências da luta de classes, de como o sistema capitalista vai englobar serviços para manutenção da vida ao assalariamento a partir das necessidades materiais, integralizando enquanto serviço atividades de sociabilização, por exemplo.

Resgata-se o argumento já trazido nesta dissertação sobre a mercadoria força de trabalho. Antes de ser um objeto produzido capitalisticamente, esta mercadoria não pode ser arrancada do ser humano, um ser biológico, psíquico, social e sexual que produz outras mercadorias a partir do trabalho. As limitações de uma sociedade capitalista se impõe nessa mercadoria orgânica em uma contradição que lhe é inerente: o capital necessita de trabalhadores/as para produção, mas tenciona aspectos extraeconômicos para subordinação destes/as ao sistema de produção (Sears, 2023). A variabilidade de acesso a bens de consumo, o aumento ou diminuição de salário, as políticas sociais de Estado, as proibições legislativas a partir da forma-jurídica, todo um conjunto de situações é promovido para a continuidade da exploração da força de trabalho.

Esse cerceamento das liberdades é ocultado sob o ideal do trabalho livre ou da *liberdade formal*. A relação de troca entre assalariamento e venda de força de trabalho ocorre entre dois sujeitos de direito igualmente equiparados. A sombra dessa relação encobre os aspectos da expropriação, trabalhadores/as apenas “aceitam” esta imposição pois é a única forma de alcançar os meios de subsistência; e aspectos da exploração, o valor pago pelo tempo disponibilizado para o capitalista não corresponde, de igual para igual, ao produto total que o/a trabalhador/a produz. Há uma relação entre formalmente iguais, mas em uma estrutura desigualmente distribuída.

O sistema socioeconômico impulsiona todos despossuídos para o mercado de trabalho, considerando inclusive o exército industrial de reserva, onde a maneira de conseguir sobreviver no mundo é a partir da sujeição ao assalariamento. Isto impacta também como as sexualidades e os papéis de gênero vão ser organizadas, uma vez que importa aquilo que aqueles/as que trabalham fazem em seu tempo livre, a própria ideia de “tempo livre” é organizada em torno do trabalho. Assim, a sexualidade reificada é entendida como um espaço de liberdade individual, contudo, as liberdades formais em uma sociedade capitalista estão sujeitas aos desencontros inerentes da contradição do trabalho-capital.

O capitalismo preparou o terreno para o surgimento de formas de sexualidade que combinam liberdade com compulsão. A liberdade sexual no capitalismo é baseada na reprodução social do trabalho “livre”, pois a classe trabalhadora se distingue de outras classes subordinadas ao longo da história,

uma vez que pode reivindicar a propriedade formal de seus próprios corpos. No entanto, a liberdade de trabalho baseada na autopropriedade é necessariamente combinada com formas de compulsão. Os trabalhadores não possuem ou controlam os meios de produção e, portanto, devem vender suas capacidades de trabalho àqueles que os possuem, a fim de obter acesso às necessidades da vida. Além disso, o trabalho livre em si não substitui, mas se desenvolve em relação a formas de falta de liberdade, que incluem a escravidão, colonização, encarceramento, negação da nacionalidade (apátridas) e negação de vistos para residência (os indocumentados) (Sears, 2015, p. 279, aspas no original).

Os aspectos extraeconômicos são parte integrante da forma de produção capitalista, incluído nesses as condições para manutenção da produção (reprodução societal), renovação da força de trabalho e sua reposição geracional (reprodução social). As diversas atividades vinculadas a regeneração dos/as trabalhadores/as aparecem, assim, como essenciais para manutenção do próprio sistema socioeconômico, e vão estar inseridas na lógica da luta de classes, principalmente, quando cooptadas enquanto mercadorias, tornando o seu acesso desigual, uma vez que necessária a forma-dinheiro para sua mediação.

Quando a fertilidade passa a ser escassa, como apresentado no romance distópico, a reposição geracional deixa de ser uma consequência da formação das famílias e passa a ser entendida enquanto um trabalho. Com maior ou menor acesso às mulheres pelos homens, a depender da sua capacidade econômica. A solução encontrada pelos Filhos de Jacob foi a incorporação desse trabalho ao Estado, com sociabilização entre os Comandantes das mulheres consideradas férteis, valiosas (por sua escassez), mas ao mesmo tempo descartáveis (pensando as Colônias, por exemplo).

A partir de uma leitura do romance distópico através das lentes da TRS, podemos fazer uma reflexão sobre o trabalho generificado envolvido na reposição geracional (e sua constante renovação), reconhecendo que as relações sociais são essenciais para a sobrevivência da vida humana e, portanto, estão sujeitas a uma luta constante entre exploração e melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores, busquei explorar como o sistema socioeconômico capitalista está co-constituído pelas definições dos papéis de gênero e sexualidade. Para além da exploração do trabalho, a TRS explica que são necessárias diversas atividades para a manutenção deste sistema, que engloba tanto a regeneração das suas próprias condições como a renovação dos/as trabalhadore/as.

Se a literatura é um campo onde podemos suspender a realidade por um instante para melhor analisá-la, **O Conto da Aia**, de Margaret Atwood, é o exemplo de como a reposição geracional é essencial para manutenção do capitalismo. São vários os rios que desembocam na complexidade do enredo do romance distópico, repleto de vozes dissonantes e contradições, mas assim também é a realidade, por mais sensível que seja aos olhos de quem a compõe, nomear os sentidos perpassa reconstruir o todo articulado de múltiplas determinações. Resgatar os relatos da história para composição dessa unidade concreta talvez seja o trabalho mais árduo da pesquisa, posto que a ideologia hegemônica fixa os consensos sociais em um sentido universal, determinando uma linearidade excludente e a construção da memória que satisfaça suas necessidades. Trabalho que exige grande esforço quando a própria história é uma abstração posta em palavras, que costura diversos acontecimentos reais em si.

No desenvolvimento da pesquisa, busquei responder as perguntas apresentadas na introdução, já que elas sintetizam a curiosidade que me moveu durante o processo: o que faz com que nos acostumemos com a brutalidade do dia a dia? Quem define quais são os períodos como passíveis de compaixão ou o que deixamos de memória? E, por que as diferenças biológicas entre mulheres e homens normalizam a violência de gênero?

Restou evidente, a partir d'**O Conto da Aia**, que as barbaridades ocorrem no cotidiano, longe de serem silenciosas, elas se mostram para todos, nas primeiras ideias propagadas e não repreendidas, nas “pequenas” violências permitidas, nos primeiros atos governamentais não questionados, no correr do dia abarrotado de trabalho, que nos faz pensar apenas em como poderemos cumprir todos os nossos objetivos, dificultando enxergar para além da nossa própria exploração.

A ideologia é, assim, um aspecto fundamental para a continuidade da reprodução societal do capitalismo, ao acomodar a reificação e alienação em todas as relações sociais e estabelecendo os consensos sociais rígidos de sentido para a produção da história.

A importância da memória e da reconfiguração da história também pode ser observada na obra de Dionne Brand. A autora, nascida em Trindade e Tobago e radicada no Canadá, escreveu um livro chamado **Um mapa para a Porta de Não Retorno: notas sobre pertencimento** (*A map to the door of no return: notes to belonging*, tradução livre), em suas primeiras páginas apresenta uma história pessoal em que perguntando a seu avô sobre sua origem étnica, este não consegue recordar. A ausência de uma etnia de origem da sua família biológica (ressalvando aqui que a família biológica não é sinônimo de pertencimento) cria uma lacuna na autora, espaço que pode ser preenchido pela ficção: de um Outro colonizador, que lhe retirou a sua memória; e de si mesma, na constituição de novas histórias (Debellian, 2023). Sendo a Porta de Não-Retorno uma referência ao monumento construído na atual Benim, localizando um dos principais portos de embarque dos escravizados para o comércio internacional de pessoas.

Não ter um nome para requerer era não ter passado; não ter passado apontava para a fissura entre o passado e o presente. Aquela fissura está representada na Porta do Não Retorno aquele lugar de onde nossos ancestrais partiram de um mundo para outro; do Velho Mundo para o Novo Mundo. O lugar onde todos os nomes foram esquecidos e onde todos os começos foram remodelados. Em algum sentido desolado, foi o lugar de criação dos Negros na Diáspora do Novo Mundo ao mesmo tempo em que significou o fim dos começos rastreáveis. Começos que podem ser notados por meio de um nome ou do conjunto de algumas histórias familiares que se estendem mais longe no passado do que quinhentos e alguns anos, ou os tipos de começos que podem ser expressos em um nome que sucessivamente delinearum um território ou uma ocupação. Eu estou interessada em explorar a criação deste local — a Porta do Não Retorno, um local esvaziado de começos — como um local de pertencimento ou não-pertencimento (Brand, 2001, p. 6).

Essa parece ter sido a decisão de Margaret Atwood ao explorar a construção do enredo d'**O Conto da Aia**, a partir da perspectiva de uma *Offred*, uma Aia, como narradora principal. A personagem apresenta não apenas a opressão vivida, mas insere no enredo possibilidades de refratação. Mais importante para esta pesquisa, ao localizar seu o tempo e espaço a/ao leitora/leitor, ainda que a história seja repleta de *flashbacks*, consegue apontar pontes na integração entre patriarcado, religião e Estado, demonstrando que as relações sociais no sociometabolismo do capital são muito mais dinâmicas do que aquilo que é ideologicamente propagado.

Ao tomar o romance como objeto de análise, e utilizando como fundamento teórico a TRS, buscamos, dessa forma, apresentar como a divisão social do trabalho é co-constituída aos papéis de gênero e sexualidade. No primeiro capítulo, demonstramos isto ao expor os motivos ensejadores para a tomada de poder estatal e o processo político de diferenciação entre os gêneros, associado ao conjunto de atividades desempenhados por cada função. Constatamos que a fragmentação do trabalho de reprodução social das mulheres, no romance, não estava iminentemente vinculada ao caráter biológico, mas, antes, de controle da sexualidade e perpetuação da ordem social.

No segundo capítulo, aprofundamos a análise da estrutura de *Gilead* a partir da relação entre Estado e religião. A abordagem bakhtiniana permitiu evidenciar como os discursos em **O Conto da Aia** são plurais e revelam a sua contradição inerente. A ideologia desempenha um papel central na manutenção da ordem social em *Gilead*, impondo um regime político, e também discursivo, que restringe a subjetividade dos indivíduos, principalmente das mulheres, e limita suas possibilidades de resistência. Ao mesmo tempo, a crítica marxista da religião demonstrou como o Estado instrumentalizou o discurso religioso para justificar sua estrutura de dominação. A fusão entre religião e Estado não apenas legitima a exploração - com base em seus conjuntos de regras morais e jurídico-formais, mas também opera como um mecanismo que desvia a percepção da realidade material para um horizonte conservador, articulando-se para manutenção e reprodução da exploração pelo capital.

No terceiro capítulo, evidenciamos como a opressão das mulheres também é essencial para isso, sendo que há reconfigurações na reprodução social conforme as necessidades do poder. O controle da sexualidade das mulheres em *Gilead* reflete, de maneira extremada, a subordinação destas na realidade material. A partir da TRS pudemos observar o caráter totalizador do capitalismo, em que a tensão trabalho-capital se expressa em todas as relações sociais, inclusive e principalmente, naquelas em que se tem em disputa o tempo livre e as atividades voltadas à sobrevivência – sejam elas relativas a acesso aos bens de consumo básicos, seja no cuidado necessário para o ser humano subsistir, seja na procriação.

A Teoria da Reprodução Social se apresenta, portanto, como uma ferramenta teórica metodológica essencial para compreender as múltiplas determinações do concreto, revelando as dinâmicas que sustentam o capitalismo e as condições necessárias para sua reprodução. A literatura, ao expor essas contradições, torna-se um espaço privilegiado de crítica e elaboração das estruturas de poder, permitindo visualizar as formas como a opressão

de gênero, sexualidade e classe são historicamente construídas e reconfiguradas. Nesse sentido, visitar os rastros das histórias reais e fictícias não é apenas um exercício teórico, mas um ato político: uma forma de reescrever sobre as violências, romper com as narrativas hegemônicas e construir novos sentidos. Se o Norte Global declarou o fim da história com a queda do Muro de Berlim, cabe ao Sul Global recuperar os rastros apagados e reinscrevê-los não apenas na memória, mas na própria estrutura das lutas sociais. Revisitar os caminhos negados e reescrever as narrativas é, portanto, uma afirmação da resistência e uma reivindicação do direito ao futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte

ATWOOD, Margaret Eleanor. *O Conto da Aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017a.

ATWOOD, Margaret Eleanor. *The Handmaid's Tale*. Boston: HMH, 2017b.

Metodologia e Teoria

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista. Tradução: Murillo van der Laan. Revisão: Mariana Shinohara Roncato e Rafael Dias Toitio. **Revista Science and Society**, vol. 80, n. 1, Janeiro 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod_resource/content/1/ARRUZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf. Acesso em: 27 maio 2022.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**. In: Marx e Marxismo 2019. Minicurso 2, 2019, Rio de Janeiro. Canal NIEP-Marx, YouTube, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDKnqEcvpxw>. Acesso em 7 nov. 2022.

ATAIDE, Glauber. **O conceito de reificação em História de Consciência de Classe, de Georg Lukács**. 102f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte: 2020. Defesa em: 11 maio 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014, Cap. 1, 2 e 6.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** In: Esquerda Online. Tradução de Renata Vereza. [S.I], 08 mar. 2019a. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em 22 abr. 2022.

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. Trad. de Laura Viríssimo. **Marx e o marxismo**, Rio de Janeiro: v.7 n.12 2019b. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/319>. Acesso em 24 jan. 2023.

BATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300719&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 20 jun. 2022.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARVALHO, Ana Paula Monteiro de.; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; RABELO, Josefa Jackline. A Reificação das Relações Sociais: Fragmentação das Subjetividades no Processo de Produção e Reprodução do Capital. **Germinal**: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 186–194, 2019. DOI: 10.9771/gmed.v10i3.26741. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26741>. Acesso em: 20 jun. 2022.

D'EMILIO, John; DAY, Meagan. **O capitalismo tornou a identidade gay possível. Agora precisamos destruí-lo**. In Jacobin. Tradução Natanael Alencar. [S.I.], 15 jan. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/01/o-capitalismo-tornou-a-identidade-gay-possivel-agora-precisamos-destrui-lo/>. Acesso em 24 abr. 2023.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Porto: afrontamento, 1976, p. 15-52.

FEDERICI, Silvia. Privatização de terra na Europa, a produção de escassez e a separação entre produção e reprodução. In: **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. 1. Ed. São Paulo: Elefante, 2017, p. 130-147.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. In: **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, nov. 2017. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.

FERGUSON, Susan. Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social. In BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socioreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução Junior Assis Simões. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.],

v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia literária, 2022.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2. ed. Tradução de Luiz F. Cardoso; Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 1- 25; 91-104.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18n2p201. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 03 abr. 2022.

hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HUNTY, Rita Von. IDENTIDADE E LUTA. Edição: Carol Perroni. São Paulo: Youtube, 27 fev. 2023a. 27m20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K5ROANo8ZOW>. Acesso em 27 fev. 2023.

HUNTY, Rita Von. SAGRADO É O CAPITAL: Rita em 5 Minutos #04. Edição: Carol Perroni. São Paulo: Youtube, 7 dez. 2023b. 7m30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jro-c5QXw3Q&t=8s>. Acesso em 25 jan. 2024.

HUNTY, Rita Von. NARRATIVAS DE FIM DO MUNDO. Edição: Carol Perroni. São Paulo: Youtube, 29 fev. 2024. 29m40s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qFih9AstbSs>. Acesso em 29 fev. 2024.

IASI, Mauro Luís. O MÉTODO: CATEGORIAS FUNDANTES DO SÉCULO XXI. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 33-67, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28302>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IASI, Mauro Luís. Consciência e revolução no pensamento marxista. In: **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. 1ª ed. São Paulo: Viramundo, 2014, pág. 91 - 138.

IASI, Mauro. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: **Política, Estado e ideologia**. São Paulo: ICP, 2017.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Cap. 1 e 2.

LÖWY, Michael. Goldmann e o estruturalismo genético. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2016, n. 125, pp. 24-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.054>. Acesso em 23 maio 2022.

LÖWY, Michael. **Karl Marx como sociólogo da religião**. In: A sociologia marxista da religião. Minicurso, 2014, São Paulo. Canal TV Boitempo, YouTube, 6 jan. 2015a. 1h16m. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oFY_poT0X6U . Acesso em 8 abr. 2023.

LÖWY, Michael. **Engels como sociólogo da religião**. In: A sociologia marxista da religião. Minicurso, 2014, São Paulo. Canal TV Boitempo, YouTube, 13 jan. 2015b. 2h2m4s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oFY_poT0X6U . Acesso em 9 abr. 2023.

LÖWY, Michael. **Marxismo e religião: ópio do povo?** In: A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas. CLACSO: Buenos Aires, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715080929/cap11.pdf> . Acesso em 9 abr. 2023. p. 298 – 315.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da Religião. **Lua Nova: Revista de cultura e política**. Nº 43, 1998. Trad. Frank Roy Cintra Ferreira. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jbvKLfL5B7zBH3tPmQRqxB/?lang=pt> . Acesso em 9 abr. 2023. p. 157 – 222.

MARQUES, Victor. O velho está morrendo e o novo sempre vem. In **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia literária, 2022, p. 7 – 32.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I. Cap. 1 a 7, 21 a 24.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (1843). Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p.151-163.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 94-132.

MEZSÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Nélio Schneider. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17 a 85.

MIES, Maria. Colonização e donadecasificação. In **Patriarcado e acumulação em escala mundial** [livro eletrônico]: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1 Ed. São Paulo: Ema Livros, Editora Timo, 2022.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In BRAIT, Beth (org.). **Mikhail Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Ediotexto, 2017. p. 167 a 176.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos** [livro eletrônico]: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**. [on-line]. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 2, São Paulo, novembro de 2010, p. 66–76.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Rev. Estudos Avançados**. São Paulo, 31 (89), 2017. p. 271-283. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pL9zbDbZCwW68Z7PMF5fCdp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jan. 2024.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2020, p.379-415.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEARS, Alan. Políticas do corpo: a reprodução social das sexualidades. *In* BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. *In* BRAIT, Beth (org.). **Mikhail Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Ediotexto, 2017. p. 177 a 190.

SUVIN, Darko. On the Poetics of the Science Fiction Genre. *College English*, vol. 34, no. 3, 1972, pp. 372–82. **JSTOR**, <https://doi.org/10.2307/375141>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/375141>. Acesso 28 Set. 2022.

TONET; Ivo. Introdução. *In* MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. Trad. Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

WOOLF, Virginia. Profissão para mulheres. *In* **Profissão para mulheres e outros ensaios**. Trad. e Org. Wagner Schadeck. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. p. 136 -145.

Estudos sobre a Fonte

ARBO, Jade Bueno; MARQUES, Eduardo Marks de. Confinadas em si mesmas: a morte social e o isolamento do sujeito em O conto da aia, de Margaret Atwood. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 164-176, 2019. DOI: 10.5007/2175-7917.2019v24n2p164. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2019v24n2p164>. Acesso em: 8 maio 2022.

BARBOSA, Gabriela. **O mundo distópico de Margaret Atwood**. *In* Centro de crítica da mídia. Minas Gerais, [s.d]. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/ccm/o-mundo-distopico-de-margaret-Atwood/>. Acesso em 31 jul. 2023.

BLOOM, Harold. The Story Behind the Story. In **Bloom's Guide: The Handmaid's Tale**. New York:Chelsea House, 2004, p. 13 a 15.

FREIRE, Luísa. O discurso religioso e violento em o conto da aia: o embate de vozes em a cerimônia. **Migulim: Revista Eletrônica do NETLLI**, v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/2353>. Acesso em: 8 maio 2022.

FRITZEN, Laís Callegaro. **As equivalências de sentidos no exercício tradutório: um estudo de The Handmaid's Tale**. 63 f. Monografia (Bacharelado em Letras – Tradução Português - Inglês). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: 2018. Defesa em: 14 dez. 2018.

GRECCA, Gabriela Bruschini. O feminino como excesso obscuro em o conto da Aia, de Margeret Atwood. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 2, p. 44–59, 2018. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19763>. Acesso em: 8 maio. 2022.

GRUBSTEIN DE CYKMAN, Avital; BORNÉO, Susan Funck. A RAIVA DA AIA NO CONTO DA MARGARET ATWOOD. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/16648>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HOGEMANN, Edna Raquel; JUNIOR, Oswaldo Pereira de Lima. “O conto da aia”: a (des)personalização como dimensão epistêmico-moral fundadora da condição de sujeito de direito da mulher. **ANAMORPHOSIS: Revista Internacional de Direito e Literatura**. V. 5, 1. p. 69-93, jan/jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/24797/A/2019>. Acesso em: 8 maio 2022.

HOLANDA, Ana Carolina Pessoa; XEREZ, Rafael Marcílio. O conto da aia e o aborto no Brasil. **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, 29(1): p. 1-14. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LBdSdHZVD3WfPPrCpxPsPFz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2022.

KRÜGER, Luana de Carvalho; MARKS DE MARQUES, Eduardo. O corpo-objeto em O Conto da Aia -a desperformatização do corpo da mulher no universo distópico do romance. In: CUNHA, Andrei dos Santos; FERREIRA, Cinara; NEUMANN, Gerson Roberto; BITTENCOURT, Rita Lenira. (Org.). **Ilhas Literárias-Estudos de Transárea**. Porto Alegre: Editora do Instituto de Letras UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppglettras/coloquiosularquipelagos/artigos.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MEDEIROS, Valéria da Silva; MATEUS, Andrea Martins Lameirão. Literatura Distópica, ontem e hoje: um percurso na História e na Ficção. **Literatura e Autoritarismo**, [S. l.], n. 22, 2019. DOI: 10.5902/1679849X38413. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/38413>. Acesso em: 8 maio. 2022.

MOLARI, Beatriz. O patriarcalismo em O Conto da Aia. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 179–190, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.47772. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/47772>. Acesso em: 8 maio. 2022.

NASCIMENTO, Monique Batista do. O Conto da Aia: Uma análise sobre a divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. **Revista Idealogando**, V. 3, N.2, p. z-w, 2019, UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/243059>. Acesso em 23 mar. 2022.

PUGLIA, Daniel.; BONEZI, Aline Gevezier. The Handmaid's Tale: relações entre ficção e história. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 3, n. 23, p. 34–60, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3965>. Acesso em 8 maio 2022.

ROOZBEH, Roohollah. (2018). **The Handmaid's Tale Through the Lens of Marxism**. Studies in Literature and Language, 17(1), 16-20. Available from: <http://www.cscanada.net/index.php/sll/article/view/10328>. DOI: <http://dx.doi.org/10.3968/10328>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SAMPAIO, Ariane Silva da Costa; FARIAS, Washington Silva de. O corpo em (dis)curso: dominação e resistência no Conto da Aia. **Raído**, [S. l.], v. 14, n. 35, p. 119–139, 2020. DOI: 10.30612/raido.v14i35.11630. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/11630>. Acesso em: 8 maio. 2022.

SASSE, Pedro. Marco Zero: da crise à violência fundadora do estado distópico. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 10, n. 18, p. 198-224, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/38766/23391>. Acesso em 8 maio. 2022.

SOUTO, Luana Mathias. Narrativas de vida e direitos humanos: reflexões sobre os direitos das mulheres e estado de exceção. **ANAMORPHOSIS: Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 6, n. 1, p. 151-75; jun., 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7490776>. Acesso em 23 mar. 2022.

TOLAN, Fiona (2005). Feminist utopias and questions of liberty: Margaret Atwood's The Handmaid's Tale as critique of second wave feminism. **Women: A Cultural Review**. 16:1, 18-32, DOI: 10.1080/09574040500045763. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09574040500045763>. Acesso em 23 jan. 2023.

TOLAN, Fiona. The Handmaid's Tale: Second-Wave Feminism as Anti-Utopia *In Margaret Atwood: Feminism and Fiction*. New York: Rodopi B.V., Amsterdam - New York, 2007.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. O Facismo e o Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 597-606, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sRDPf3Vy7nVJDswQ9vc5ftp/?lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2022.

Entrevistas, conversas e textos de Margaret Atwood

AGUILAR, Andrea. **Margaret Atwood, autora de ‘O Conto de Aia’**: “Para mim é natural ser uma ‘raposa velha’ malvada”. Londres, 07 set. 2019 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/cultura/1567786560_937893.html. Acesso em 20 mar. 2022.

ATWOOD, Margaret. **In other Worlds: SF and the Human Imagination**. 1st US ed. New York: Nan A. Talese, Doubleday, 2011. Introdução.

ATWOOD, Margaret. **Haunted by The Handmaid's Tale**. In The Guardian. [S.I.], 20 jan. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2012/jan/20/handmaids-tale-margaret-Atwood>. Acesso em 20 mar. 2022.

COLOMBO, Sylvia. **Margaret Atwood: Governos latinos praticam tortura ao impedir o aborto, diz Margaret Atwood**. In Folha de São Paulo, 01 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/02/governos-latinos-praticam-tortura-ao-impedir-o-aborto-diz-margaret-atwood.shtml>. Acesso em 10 de jan. 2024.

LIFE, Vice. Iconic Author Margaret Atwood on Abortion, Twitter, and Predicting Everything We're Doing Wrong. New York. Youtube, 14 jan. 2016. 9m05s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PPPxR3PcXkQ>. Acesso em 12 jan. 2024.

MACRUM, Robert. **Margaret Atwood interview: 'Go three days without water and you don't have any human rights. Why? Because you're dead'**. In The Guardian. [S.I.], 28 nov. 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2010/nov/28/margaret-Atwood-interview>. Acesso em 01 fev. 2023.

MARGARET ATWOOD: *a word after a word after a word is power*. Direção e Produção de Nancy Lang, Peter Raymont. Canadá: Paramout+, 2019 (52 minutos).

MARGARET ATWOOD WEBSITE. Website da autora, desenvolvido pela *vjbauer*. Canadá, 2013-2002. Disponível em: <http://margaretAtwood.ca/>. Acesso em 23 abr. 2022.

The Handmaids Tale Brasil. YouTube Originals | Entrevista Margaret Atwood sobre The Testaments. Youtube, 4 fev. 2020. 17m33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNQJ5sVR688>. Acesso em 12 jan. 2024.

VINEYARD, Jeniffer. **Margaret Atwood comenta as bases reais do livro e série para O Conto da Aia**. In Folha de São Paulo, 19 jun. 2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/06/1893807-margaret-atwood-comenda-bases-reais-do-livro-e-serie-o-conto-da-aia.shtml>. Acesso em 10 abr. 2023.

Dicionário

AIA. In MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aia/>. Acesso em 06 ago. 2023.

ANJO. In MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anjo/>. Acesso em 06 ago. 2023.

CÁLICE. In MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/c%C3%A1lice/>. Acesso em 21 jan. 2024.

HANDMAID. In Cambridge Dictionary. Dicionário inglês-português. Cambridge: Cambridge University Press & Assessment 2023. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/handmaiden?q=handmaid> . Acesso em 07 ago. 2023.

Texto bíblico

BÍBLIA. Inglês. American King James Verson. Disponível em: <https://bibliaestudos.com/akjv/>. Acesso em 30 jul. 2023.

BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

Demais referencias

BRAND, Dionne. **A map to the door of no return: notes to belonging**. [s.l.]: Doubleday Canada, 2001. p. 3–6. Tradução Lourdes Modesto. Disponível em: <https://loumodesto.com/index.php/2020/03/24/ola-mundo/>. Acesso em 04 fev. 2024.

CHICO BUARQUE; GILBERTO GIL. **Cálice**. São Paulo. Polygram. 1978. LP. 4m

DEBELLIAN, Marcio. Ana Maria Gonçalves e os livros fundamentais na sua formação. Edição: Bend Eventos. São Paulo: Youtube, 7 nov. 2023. 1h23m47s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wsg3zXfzNgU> . Acesso em 10 jan. 2024.

Governor General's Literary Awards. **Encyclopædia Britannica**, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/Governor-Generals-Literary-Awards>. Acesso em 24 jan. 2023.

Lebensborn: as vítimas pouco conhecidas da loucura de Hitler. Revista Planeta. 2022. Disponível em: <https://revistaplaneta.com.br/lebensborn-as-vitimas-pouco-conhecidas-da-loucura-nazista/>. Acesso em 12 jan. 2024.

O que é o bálsamo de Gileade?. In: **Respostas Bíblicas**: perguntas e respostas à luz da Bíblia e da fé cristã evangélica. 7graus, c2023. Disponível em: <https://www.respostas.com.br/balsamo-de-gileade-significado/#:~:text=B%C3%A1lsamo%20de%20Gileade%20era%20um,povo%20de%20Israel%20tinha%20rejeitado>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Sir Arthur C. Clarke. **King's College London**. [S.I.]. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/people/arthur-c-clarke>. Acesso em 23 jan. 2023.

SIMONE, Baltimre. Nova York. CTI Records. 1978. LP. 2m24s.

SZKLARZ, Eduardo. Guerras Santas: O Velho Testamento cita dezenas de batalhas porque conta a história da conquista de Canaã, a terra que Deus prometeu aos israelitas. In **Super Interessante**. Editora Abril: São Paulo. 11 fev. 2013. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/guerras-santas/>. Acesso em 06 ago. 2023.

THE ARTHUR C. CLARKE AWARD, [S.I.]. Página oficial do prêmio. Disponível em: <https://clarkeaward.com/#about>. Acesso em 23 jan. 2023.